



**FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL**

DOCTORADO EN CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

WILMA KARLLA PAIXÃO SILVESTRE

UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021.

Asunción, 2023

Silvestre, Wilma Karlla Paixão.

UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021.

Silvestre, Wilma Karlla Paixão.

Orientador: Professora Doutora: Sandra Siqueira Santos

Tese (Doutorado) - Universidad Tecnológica Intercontinental. Facultad Pós-graduação, 2013.

1. Avaliação Ideb. 2. Prova SAEB. 3. IDHM-educação. 4. Políticas Públicas Educacionais.

CDD

WILMA KARLLA PAIXÃO SILVESTRE

UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021.

Tese apresentada à Faculdade de Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Intercontinental como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Ciências da Educação.

Orientadora:



Prof^a. Dr^a. PHD Sandra Siqueira Santos


Assunção – Paraguay

2023

DIREITO DO AUTOR

A abaixo-assinada WILMA KARLLA PAIXÃO SILVESTRE com o RG N° 4.619.873 SDS- PE, autora do trabalho de pesquisa intitulado UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021, afirma que voluntariamente cede de forma gratuita, simples, irrestrita e irrevogável para a Universidade Tecnológica Intercontinental de copyright como patrimônio que pertence como autora sobre a obra de referência. Como dito anteriormente, essa atribuição dá a UTIC a capacidade de comunicar o trabalho, divulgar, publicar e reproduzir mídias analógicas ou digitais na oportunidade que o considere apto. A UTIC deve indicar que a autoria ou a criação da obra pertence a mim e irá se referir ao tutor e as pessoas que colaboraram nesta pesquisa.

Na cidade de Assunção, em 25 de junho de 2023



Wilma Karlla Paixão Silvestre

CARTA DE APROVAÇÃO DO ORIENTADOR

A Prof^a. Dr^a. SANDRA SIQUEIRA SANTOS, Doutora em Ciências da Educação, portadora da Cédula de Identidade RG 0.894.011 SSP SE, orientadora do trabalho intitulado UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021, elaborado pela Doutoranda WILMA KARLLA PAIXÃO SILVESTRE para a obtenção do Título Doutora em Ciências da Educação, informa que o trabalho atende aos requisitos pela Faculdade de Pós graduação da Universidad Tecnológica Intercontinental, e pode ser submetido à avaliação, ser apresentado diante dos professores que forem designados para compor a Banca Examinadora.

Assunção-Paraguai, 10 de junho de 2023



Assinatura da Professora Orientadora

TERMO DE APROVAÇÃO

UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021.

Wima Karlla Paixão Silvestre

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC.

Sandra Siqueira Santos

Tutor

Mesa Examinadora:

Aprovada na data: _____

DEDICATÓRIA

¹²Então tomou Samuel uma pedra, e a pôs entre Mizpá e Sem, e chamou-lhe Ebenézer; e disse: Até aqui nos ajudou o Senhor.

1 Samuel 7:12

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em nome de Jesus Cristo e as intenções da santíssima Virgem Maria por tudo que representa esta vitória.

E agradeço à Deus outra vez por ter apresentado a Prof^a. Dr^a. Sandra Siqueira Santos como a minha orientadora.

UMA CORRELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) APRESENTADO PELAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR E ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE O ANO DE 2021.

Autora: Wilma Karlla Paixão Silvestre

Orientador: Prof. Dr^a. Sandra Siqueira Santos

RESUMO

Este trabalho está estruturado a partir dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB numa correlação muito estreita entre si, se há desenvolvimento da qualidade de vida também haverá evolução do nível de aprendizado escolar, entretanto quando em comunidades com semelhantes condições de desenvolvimento humano uma delas sobressai nas avaliações escolares é necessário estudar o fenômeno, quais fatores se correlacionaram e foram determinantes para os estudantes de uma escola apresentarem proficiência superior aos da outra. O estudo metodológico com enfoque correlacional envolvendo pesquisa documental e aplicação de questionários aos atores permitiu concluir que há uma correlação ínfima positiva entre o IDHM do entorno das escolas com os resultados das avaliações do IDEB. .

Palavras chave: Avaliação Ideb. Prova SAEB. IDHM-educação. Políticas Públicas Educacionais.

UNA CORRELACIÓN TÉCNICA ENTRE EL ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) Y EL ÍNDICE DE DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA (IDEB) PRESENTADO POR LAS ESCUELAS SECUNDARIAS COLEGIO TIRADENTES POLICÍA MILITAR Y ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO EN EL MUNICIPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE EL AÑO 2021.

Autor: Wilma Karlla Paixão Silvestre

Asesor: Profr. Dr. Sandra Siqueira Santos

RESUMEN

Este trabajo se estructura en base al Índice de Desarrollo Humano Municipal-IDHM y al Índice de Desarrollo de la Educación Básica-IDEB en una correlación muy estrecha entre sí, si hay desarrollo en la calidad de vida también habrá una evolución en el nivel de aprendizaje escolar, sin embargo, en comunidades con condiciones similares de desarrollo humano, una de las cuales destaca en las evaluaciones escolares, es necesario estudiar el fenómeno, qué factores se correlacionaron y fueron decisivos para que los estudiantes de un colegio tuvieran mayor rendimiento que los de otro. El estudio metodológico con enfoque correlacional que involucró la investigación documental y la aplicación de cuestionarios a los actores permitió concluir que existe una mínima correlación positiva entre el IDHM del entorno de las escuelas y los resultados de las evaluaciones del IDEB.

Palabras clave: Evaluación del Ideb. Examen SAEB. IDHM-educación. Políticas Públicas Educativas.

A TECHNICAL CORRELATION BETWEEN THE MUNICIPAL HUMAN DEVELOPMENT INDEX (IDHM) AND THE BASIC EDUCATION DEVELOPMENT INDEX (IDEB) PRESENTED BY THE SECONDARY SCHOOLS COLÉGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR AND ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO RUBENS CANUTO IN THE MUNICIPALITY OF MACEIÓ, STATE OF ALAGOAS, DURING THE YEAR 2021.

Author: Wilma Karlla Paixão Silvestre

Advisor: Prof. Dr. Sandra Siqueira Santos

SUMMARY

This work is structured based on the Municipal Human Development Index-IDHM and Basic Education Development Index-IDEA in a very close correlation with each other, if there is development in quality of life there will also be an evolution in the level of school learning, however when in communities with similar conditions of human development, one of which stands out in school assessments, it is necessary to study the phenomenon, which factors were correlated and were decisive for students from one school to have higher proficiency than those from the other. The methodological study with a correlational focus involving documentary research and the application of questionnaires to the actors allowed us to conclude that there is a minimal positive correlation between the MHDl surrounding schools and the results of the IDEA assessments.

Keywords: Ideb evaluation. SAEB exam. IDHM-education. Educational Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

01	Mapa do município de Maceió no Contexto Regional.....	40
02	Mapa de IDHM por UDHS no Censo de 2000	43
03	Mapa de IDHM por UDHS no Censo de 2010	44

LISTA DE QUADROS

01	Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.....	40
02	Tamanho da População	68
03	Descrição da População Pesquisada	68
04	Proficiência da Prova Brasil – Ideb (CTPM)	74
05	Proficiência da Prova Brasil – Ideb (EEDRC)	75
06	Aproveitamento Escolar Prova Brasil (CTPM)	75
07	Aproveitamento Escolar Prova Brasil (EEDRC)	76
08	Evolução do Aprendizado Prova Brasil (CTPM)	76
09	Evolução do Aprendizado Prova Brasil (EEDRC)	77
10	Interesse dos Pais Pelo que Acontece na Escola (CTPM)	77
11	Interesse dos Pais Pelo que Acontece na Escola (EEDRC)	78
12	Indicador de Aprendizagem Prova Brasil (CTPM)	78
13	Indicador de Aprendizagem Prova Brasil (EEDRC)	79
14	Metas de Evolução do Ideb Para o CTPM	79
15	Metas de Evolução do Ideb para a EEDRC	80
16	Evolução das Notas de Português e Matemática do CTPM	80
17	Evolução das Notas de Português e Matemática da EEDRC	81
18	Percentual de Alunos (as) Aprovados (as) no CTPM	81
19	Percentual de Alunos (as) Aprovados (as) na EEDRC	82
20	Infraestrutura Disponível no CTPM	82
21	Infraestrutura Disponível na EEDRC	83
22	Correlação de Pearson	113
23	Correlação entre o IDHM e o IDEB	114

LISTA DE TABELAS

01	Evolução do IDHM do Município de Maceió.....	41
02	IDHMs mais baixos por UDHS do município de Maceió.....	42
03	IDHMs mais altos por UDHS do município de Maceió.....	42
04	Operacionalização das Variáveis.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

01	O município de Maceió promove políticas públicas para melhorar o IDHM dos bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra?	84
02	A política pública promovida pelo município de Maceió tem sido suficiente para elevar o IDHM nos bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra?	85
03	O gestor de assist. Social tem visitado os bairros para conhecer a realidade e as necessidades dos moradores e apresentado projetos para melhoria do IDHM	85
04	Sr. Gestor os bairros apresentam IDHM semelhantes ao de países como Gana e Mianmar enquanto Ponta Verde e Aldebaran superiores a Noruega e Austrália	86
05	O Atlas Brasil mostra que Maceió cresceu no IDHM, mas ainda está abaixo do média Brasil	87
06	As regras rígidas são responsáveis pelo respeito existente entre alunos, alunos e professores e a ausência de Bullying na escola	88
07	Os resultados obtidos nas Olimpíadas Nacional de Ciências são frutos da disciplina na escola?	88
08	O baixo índice de repetência é resultado da disciplina e acompanhamento individual dos alunos?	89
09	A avaliação do IDEB reflete a realidade do aprendizado?	89
10	As políticas públicas são suficientes para que o IDHM reflita na proficiência dos estudantes?	90
11	Os professores da Secretaria Estadual da Educação não apresentaram dificuldades para se adaptar às normas disciplinares do CTPM?	91
12	Os alunos não têm problemas de identidade por se adaptarem às normas rígidas do CTPM?	91
13	O modelo de admissão no CTPM é motivo de exclusão de minorias?	92
14	O plano de ação metodológico do CTPM é o mesmo das outras escolas?	93
15	O bom IDEB alcançado pelos (as) estudantes do CTPM é reflexo do regime disciplinar?	93
16	Você teve dificuldades para se adaptar ao modelo disciplinar do CTPM?	94
17	Você conhece algum professor que solicitou transferência por não se adaptar ao modelo de gestão do CTPM?	95
18	A aprovação de 99% dos (as) estudantes decorre das regras de acompanhamento e da disciplina do CTPM?	96
19	Os alunos com dificuldades de aprendizagem são convidados a solicitar transferência do CTPM?	97
20	A proficiência acima da meta nas provas SAEB é consequência do modelo disciplinar do CTPM?	98
21	Concorda que a maior liberalidade permite o desvio do foco na aprendizagem e menor proficiência no IDEB?	99
22	A menor participação dos pais prejudicou a proficiência dos (as) alunos (as) no IDEB?	100
23	Um limite menor de alunos nas salas de aulas permite melhor acompanhamento dos alunos?	100
24	A ausência de políticas públicas tem reflexo no aproveitamento escolar dos (as) alunos (as)?	101
25	A proposta de ação pedagógica tem apresentado os resultados esperados?	102
26	A tolerância às normas disciplinares resulta em menor proficiência na avaliação IDEB?	103
27	A maior participação dos pais resultaria na melhor proficiência na avaliação do IDEB?	104

- 28 Um limite menor de alunos nas salas de aulas permitiria melhor acompanhamento dos alunos? 104
- 29 O baixo IDHM no entorno da escola tem reflexo no percentual de repetência? 105
- 30 A proposta de ação metodológica tem apresentado os resultados esperados? 106

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – MARCO INTRODUTÓRIO	17
1.1 Introdução	17
1.2 Tema	18
1.3 Título	18
1.4 Problema	18
1.4.1 Formulação do problema	18
1.4.2 Descrição do problema	19
1.4.3 Problema geral	20
1.4.4 Problemas específicos	20
1.5 Objetivos	21
1.5.1 Objetivo geral	21
1.5.2 Objetivos específicos	21
1.6 Justificativa	21
1.7 Alcance e Limites	22
1.7.1 Delimitação epistemológica	22
1.7.2 Delimitação geográfica	23
1.7.3 Delimitação institucional	23
1.7.4 Delimitação temporal	23
1.7.5 Participantes	23
1.8 Viabilidade	23
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO REFERENCIAL	24
2.1 Definições dos Termos Chave	24
2.1.1 IDEB	24
2.1.2 SAEB	24
2.1.3 IDH	25
2.1.4 IDHM	25
2.1.5 Comunidades periféricas	25
2.1.6 Práticas educativas	25
2.1.7 BNCC	26
2.2 Antecedentes da Investigação	26
2.3 Base Legal	37
2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM	37
2.4 Base Teórica	38
2.4.1 IDEB e IDHM-Educação como indicador de qualidade	38
2.4.2 IDHM como implementador de políticas públicas	39
2.4.3 O IDHM no município de Maceió, Estado de Alagoas	40
2.5 O Ideb como política pública de educação	45
2.5.1 Ideb monitor das políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação	48
2.6 Políticas Públicas	50
2.6.1 Ciclos das políticas públicas	52
2.7 Desempenho escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade	54
2.7.1 A participação da família no desempenho escolar do aluno	56
2.8 Políticas Públicas Para Incentivar a Permanência e/ou Retorno à Escola	56
2.9 Escolas de Bairros com Baixo IDHM e as Avaliações do IDEB	57
2.9.1 Colégio Tiradentes Polícia Militar	57

2.9.2	Escola Estadual Deputado Rubens Canuto	58
2.10	Educação Militar	58
2.10.1	Escolas cívico-militares	59
2.10.2	Colégio Tiradentes x disciplina militar	59
2.11	Definição das Variáveis	60
CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO		63
3.1	Enfoque da Pesquisa	63
3.2	Nível de Profundidade da Pesquisa	64
3.3	Desenho da Pesquisa	65
3.4	Considerações Éticas	66
3.5	População	67
3.5.1	Definição da população	67
3.5.2	Critérios de inclusão	69
3.5.3	Critérios de exclusão	69
3.6	Hipóteses	69
3.6.1	Hipótese primária	69
3.6.2	Hipóteses secundárias	69
3.7	Técnicas, Instrumentos e Procedimentos para Coleta de Dados	70
3.7.1	Instrumento de coleta de dados	70
3.7.2	Técnica de coleta de dados	70
3.7.3	Procedimento de coleta de dados	70
3.8	Procedimentos Para Análise de Dados	71
3.8.1	Procedimentos para apresentação, interpretação e discussão de dados	72
3.9	Apresentação e Discussão dos Resultados	73
CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS		74
4.1	Exposição e Análise dos Resultados	74
4.1.1	Análise documental	74
4.1.2	Análise das respostas dos questionários	83
4.1.2.1	O Gestor de assistência social do município de Maceió	84
4.1.2.2	O gestor administrativo do Colégio Tiradentes Polícia Militar	87
4.1.2.3	O gestor pedagógico do Colégio Tiradentes Polícia Militar	90
4.1.2.4	Os professores do Colégio Tiradentes Polícia Militar	94
4.1.2.5	O gestor da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto	98
4.1.2.6	Os professores da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto	102
4.2	Resultados Gerais	107
4.2.1	Análise documental Colégio Tiradentes Polícia Militar	107
4.2.2	Análise documental Escola Estadual Deputado Rubens Canuto	108
4.2.3	Análise dos questionários	109
4.2.4	Correlação entre o IDHM e o IDEB apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, em 2021	113
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		116
5.1	Conclusões	116
5.1.1	Conclusão específica	116
5.1.2	Primeira conclusão específica	117

5.1.3	Segunda conclusão específica	118
5.1.4	Terceira conclusão específica	118
5.1.5	Conclusão geral	119
5.2	Recomendações	120
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXOS	127

CAPITULO I – MARCO INTRODUTÓRIO

1.1 Introdução

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM retrata os dados de desenvolvimento de um município nas áreas da educação, renda, trabalho, entre outros, permitindo comparações ao longo do tempo. A transparência é fundamental para que o índice possa ser utilizado no direcionamento das políticas públicas e enfrentamento das realidades.

O mais importante balizador da necessidade de implementação de políticas públicas vem da área da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, criado em 2007 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Estudiosos do problema da baixa proficiência em Língua Portuguesa e Matemática obtida pelos estudantes moradores em bairros periféricos com IDHM baixo apontam as questões sócio econômicas, a evasão escolar, o abandono da escola para trabalhar e contribuir na renda familiar como alguns dos fatores responsáveis pelas notas abaixo das metas estipuladas pelo IDEA.

O município de Maceió, Estado de Alagoas, com seus bairros dispostos entre o mar e os morros convivem lado a lado com índices de desenvolvimento comparados com os mais altos do planeta e também com os mais baixos. Nesse contexto selecionamos dois bairros, um com grande área de ocupação denominado Benedito Bentes e outro com área menor denominado Trapiche da Barra, ambos com IDHM semelhantes – Baixo IDHM –.

O desempenho dos estudantes da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, situada no Bairro Benedito Bentes, foi baixo, aquém da meta estipulada pelo IDEA, entretanto as notas obtidas pelos estudantes da Colégio Tiradentes Polícia Militar, do bairro Trapiche da Barra, foram acima da meta esperada, contrariando dessa forma as expectativas e justificativas dos teóricos com relação à performance de estudantes das escolas de bairros com baixo IDHM e, estimulando-nos a desenvolver este trabalho com o objetivo de identificar que fatores relacionados à aprendizagem levaram os (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar a apresentarem, segundo divulgação do IDEA, proficiência superior aos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, uma vez

que, ambas as unidades educacionais estão localizadas em bairros com índices IDHM semelhantes.

1.2 Tema

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

1.3 Título

Uma correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

1.4 Problema

Esta investigação refere-se à avaliação externa das escolas de Ensino Médio do município de Maceió, Estado de Alagoas, divulgada pelo IDEB relativo ao ano de 2021, revelando desempenho discrepante entre os alunos do Colégio Tiradentes Polícia Militar – Nota 6,2 – superando a meta de 5,8 - e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto – Nota 3,0 – abaixo da meta 5,0 – ambas, de acordo com o IDHM, situadas em ambiente socioeconômico semelhantes, considerados de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

1.4.1 Formulação do do problema

O índice IDEB combina o desempenho dos alunos na avaliação e o fluxo escolar, chegando a um parâmetro objetivo (nota), que julga refletir a qualidade educacional brasileira. O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade (ou expectativa de vida), educação (ou acesso ao conhecimento) e renda (ou padrão de vida) estimulando a implementação de políticas públicas no nível municipal e priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões. As argumentações partem da premissa de que estes dois elementos são incipientes para determinar a qualidade educacional do município, na medida em que não se levam em conta os fatores que incidem sobre a qualidade, quais sejam: formação docente;

valorização do magistério; condições materiais e imateriais de trabalho; gestão escolar; infraestrutura da escola, e insumos, entre outros. A reflexão que conduz ao debate sobre a insuficiência de elementos para estabelecer a qualidade da educação percorre os caminhos da avaliação externa no Brasil, da racionalidade técnica da gestão escolar referenciada primordialmente pelo IDEB e sua governabilidade, para atingir as metas determinadas pelo índice.

1.4.2 Descrição do problema

Por todo o país e mesmo dentro de uma única cidade, se multiplicam as diferenças entre as escolas, inclusive da mesma rede. Pode ser que umas apresentem melhor infraestrutura e mais acesso a serviços do que outras, o projeto político-pedagógico e o corpo docente podem ser diferenciados, mas mesmo que algumas diferenças sejam naturais, o problema é quando se tem, na verdade, desigualdades que afetam o desempenho dos alunos (as).

A questão que se apresenta é se essas desigualdades podem ser produzidas de acordo com a localização da escola: se no centro ou na periferia, ou, mais especificamente, em regiões com alta concentração de pessoas mais pobres, mais heterogêneas e mais ricas.

Neste estudo observamos que duas instituições de ensino estão localizadas em áreas que apresentam baixo IDHM (0,522 que pode ser comparado ao de países como Gana – 0,573, na África - e Mianmar – 0,524 na Ásia Continental) dotadas de infraestrutura semelhantes como biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sanitários dentro da escola, água filtrada, cozinha, fornecimento de alimentação e professores da rede estadual de ensino apresentaram rendimento escolar substancialmente diferentes, tais como:

Escola Estadual Rubens Canuto, Ideb 3 – Meta: 5,0 – A cada 100 alunos 27 não foram aprovados;

Colégio Tiradentes Polícia Militar, Ideb 6,2 – Meta 5,8 – A cada 100 alunos 1 não foi aprovado.

A partir da reforma do Estado, proposta na década de 1990, quando foram delineadas as políticas educacionais no Brasil e adotadas as avaliações externas como mecanismo de controle e regulação do Estado a concepção de

qualidade de ensino passou a ser significativamente pautada pelas notas e pelos resultados obtidos por meio das avaliações externas.

Nesse contexto, como consequência direta desse processo, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador do Ministério da Educação (MEC), para reunir os dados do SAEB e da Prova Brasil, e divulgar as taxas de aprovação, reprovação e evasão, obtidas por meio dos dados sistematizados do Censo da Educação Básica.

Assim, este estudo buscará entender porque, diferente da realidade nacional, que vem sistematicamente apresentando índices preocupantes de desempenho escolar, principalmente dos jovens matriculados no ensino médio, que integram famílias de baixa renda, moradores da periferia, frequentadores de escolas públicas os (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar de Maceió, capital do Estado de Alagoas, fogem a esta regra e surpreendentemente obtém notas acima das metas estabelecidas pelo IDEB.

1.4.3 Pergunta geral

Há correlação técnica entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDEB e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB que fundamente a discrepância dos resultados obtidos na Prova Brasil pelos (as) alunos (as) das escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado Alagoas, durante o ano de 2021?

1.4.4 Perguntas específicas

1. A insuficiência de públicas municipais no entorno da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, durante o ano de 2021, acentuaram as dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos (as) alunos (as) da referida instituição de ensino?

2. A evasão escolar e/ou faltas constantes às aulas pode ser apontada como consequência da carência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano nas imediações da escola?

3. A metodologia, utilizada pelos (as) professores (as) da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, contribuiu para que os (as) alunos (as) não lograssem obter melhor proficiência nos resultados IDEB 2021?

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar se há correlação técnica entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDEB e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB que fundamente a discrepância dos resultados obtidos na Prova Brasil pelos (as) alunos (as) das escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado Alagoas, durante o ano de 2021.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Analisar se a insuficiência de políticas públicas municipais no entorno da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, durante o ano de 2021, acentuaram as dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos (as) alunos (as) da referida instituição de ensino.

- Averiguar se a evasão escolar e/ou faltas constantes às aulas pode ser apontada como consequência da carência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano nas imediações da escola.

- Verificar se a metodologia, utilizada pelos (as) professores (as) da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, contribuiu para que os (as) alunos (as) não lograssem obter melhor proficiência nos resultados IDEB 2021.

1.6 Justificativa

Nesta investigação, apontamos que as condições socioeconômicas dos alunos (as), a situação de vulnerabilidade social por eles (as) vivenciadas no entorno das instituições de ensino, consideradas como de baixo IDHM, explicam a baixa proficiência desses indivíduos nas avaliações do IDEB. Entretanto, se os (as) estudantes de uma das instituições ignoram todas essas dificuldades e logram obter resultados acima da meta imposta pelo Ideb para as escolas, este fato justifica o desenvolvimento do estudo com o objetivo de obter e fornecer informações para a construção de práticas pedagógicas que facilitem o processo de ensino aprendizagem dos educandos (as) residentes nas comunidades periféricas, carentes de IDHM positivo, permitindo que todos possam atingir o IDEB esperado.

Outra justificativa, não menos importante, reside no fato de que este estudo assume especial relevância para as comunidades acadêmicas, científicas e gestores públicos, em todo o território brasileiro, por de forma inédita, analisar os resultados das políticas educacionais, tendo como base o IDHM dos bairros onde se situam as entidades de ensino e as notas IDEB obtidas pelos (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar e da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, levando em conta que as políticas públicas educacionais, no Brasil, compõem-se de um conjunto de ações planejadas com o objetivo de alcançar uma educação justa, eficiente e eficaz para todos contribuindo para o desenvolvimento humano.

A presente abordagem, de forma alguma, espera que os estudos se esgotem com os resultados aqui transcritos; que esses resultados contribuam para subsidiar novas pesquisas que motivem, efetivamente, a redefinição e/ou criação de novas políticas públicas para o ensino médio.

1.7 Alcance e Limites

Esta pesquisa se limita ao Colégio Tiradentes Policia Militar, situado no bairro Trapiche da Barra e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, situado no bairro Benedito Bentes, ambas no município de Maceió, capital do estado de Alagoas, localizado no Nordeste do Brasil.

1.7.1 Delimitação Epistemológica

Esta investigação está relacionada à Pedagogia, a Metodologia e a Didática.

1.7.2 Delimitação Geográfica

As pesquisas serão desenvolvidas:

- a) No Colégio Tiradentes Polícia Militar situado no bairro Trapiche da Barra, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, Brasil.
- b) Na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto situada no Conjunto Benedito Bentes 2 – Benedito Bentes, no município de Maceió, capital do Estado de Alagoas, Brasil.

Os referidos espaços escolares encontram-se localizados em áreas geograficamente favoráveis dentro dos requisitos necessários exigidos pela rede de ensino do estado.

1.7.3 Delimitação Institucional

A investigação se dará com os Gestores Estadual da Educação e Municipal da Assistência Social de Maceió, com os Gestores e Professores do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Tiradentes Polícia Militar e da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

1.7.4 Delimitação Temporal

A temporização da pesquisa é seccional, pois a coleta de dados acontecerá em um tempo específico do primeiro semestre do ano de 2023. Sendo que a viabilização e aceitação prévia foi realizada, confirmando autorização institucional e encontra-se aguardando a formalização da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC.

1.7.5 Participantes

ICD – D1Gestão Estadual de Educação e Municipal da Assistência Social
ICD – D2Professores e Gestores escolares

1.8 Viabilidade

O projeto contará com o comprometimento da pesquisadora e da orientadora do trabalho para viabilizar a pesquisa. Além da autorização da Secretaria Estadual de Educação e dos (as) Diretores (as) escolares, do livre acesso às comunidades escolares. Contribuem também a existência de tempo, material e disponibilidade de internet, livros, revistas, artigos e documentos pertinentes ao tema proposto, que garantem a credibilidade da pesquisa.

CAPÍTULO II - MARCO TEÓRICO REFERENCIAL

Nesta parte do projeto se apresenta os aspectos conceituais, teóricos, éticos e legais que servirão de marco de referência para compreender o tema, objeto de investigação.

2.1 Definições dos termos chave

Neste tópico se apresenta as definições dos termos chave da pesquisa de maneira sucinta: IDEB; SAEB; IDH; IDHM; Comunidades Periféricas; Práticas Educativas e BNCC.

2.1.1 IDEB

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, esse índice foi criado em 2007 com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino nas escolas brasileiras e traçar metas para aperfeiçoar esse aprendizado. O indicador vai de 0 a 10 e leva em conta dois fatores:

- Fluxo escolar (aprovação dos alunos) — utiliza dados do Censo Escolar;
- Média de desempenho nas avaliações (aprendizado) — utiliza os resultados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), referente aos Estados, Distrito Federal e ao País, e da Prova Brasil, referente aos municípios.

Por meio desse índice, as escolas podem estipular metas para melhorar o desempenho, buscando mais qualidade na educação.

2.1.2 SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais.

2.1.3 IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

2.1.4 IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade (ou expectativa de vida), educação (ou acesso ao conhecimento) e renda (ou padrão de vida) estimulando a implementação de políticas públicas no nível municipal e priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

2.1.5 Comunidades periféricas

A palavra periferia no contexto brasileiro, é algo típico do processo de metropolização dos anos 1960-70. O termo tem sido usado para designar loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda.

As comunidades periféricas simbólicas ou midiáticas criativas, de certa forma, apaziguam as tensões entre centro e periferia, como mundos antagônicos e excludentes. Ou seja: compreende-se também como grupos ou comunidades sociais excluídas da sociedade central ou mais rica.

2.1.6 Práticas educativas

Definimos prática educativa como o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem.

É nessa direção que Libâneo (2009, p. 10) defende que o principal compromisso das práticas educativas na atualidade deve ser o de reduzir a distância entre o conhecimento científico e a cultura de base produzida no cotidiano das pessoas. Sendo assim, as práticas educativas direcionadas para as comunidades periféricas devem sempre estar interligada ao currículo oculto dessas comunidades escolares e suas necessidades cotidianas.

2.1.7 BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Este documento, tem a função de determinar os conhecimentos e as habilidades essenciais que todos os alunos e alunas têm o direito de aprender, o que significa que, independentemente das regiões e estados brasileiros, raça ou classe socioeconômica, todos estudantes do Brasil devem aprender as mesmas habilidades e competências ao longo da sua vida escolar.

2.2 Antecedentes da investigação

Aqui se apresenta os antecedentes investigativos que servirão de apoio e ilustração teórica para a investigação. A partir deles, se desenvolve os significados assumidos pelos principais tópicos operacionalizados com o tema-problema e objeto de investigação.

Qualidade da educação é um conceito que deve ser pensado em uma perspectiva de múltiplos interesses. Nele estão implícitos projetos de sociedade, posicionamentos políticos ideológicos, interesses econômicos, entre outros.

A qualidade educacional brasileira historicamente se constituiu de três formas. Até a década de 1980, qualidade foi sinônimo da expansão do acesso à escola, até então restrita apenas à elite. Ainda nos dias atuais se escuta o discurso de que o processo de ampliação das oportunidades educacionais deixou de lado a questão da qualidade. Certamente, porque a escola não se preocupou em como lidar com a diversidade que se encontrava em seu interior com sua ampliação e que a bagagem que estes novos alunos traziam era muito diferente dos anteriores. Era preciso adequar-se às condições dos sujeitos, respeitando o processo de ensino aprendizagem de cada um. Como a escola não conseguiu adequar-se a essas diferenças, acabou gerando um novo problema, que era a permanência na escola.

Superado o problema da falta de acesso ao ensino fundamental, a o acesso ao ensino médio e a evasão surgem como duas novas demandas, a partir dos anos 1980, mais educação gera demanda por mais educação, assim, a

desigualdade atual não é igual à anterior. Evidentemente, a desigualdade e a exclusão permanecem os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado.

Muitos são os elementos que expressam a qualidade da educação, pois se modifica de acordo com circunstâncias políticas, econômicas e sociais. Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma educação de qualidade, alteram-se no tempo e no espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais.

No terceiro período, a partir dos anos 2000, a qualidade passa a ser aferida a partir de testes padronizados de larga escala. A avaliação ganha importância como forma de acompanhamento do processo educativo desenvolvido na escola. Os dados têm apontado que, apesar de se observarem melhoras significativas no rendimento dos estudantes, as desigualdades sociais e regionais permanecem, inviabilizando a garantia da permanência na escola com nível de qualidade equivalente.

A avaliação externa e sua centralidade política e social foi discutida por diversos autores (AFONSO, 2005; ARAÚJO; LUZIO, 2005; FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007; SOUSA; OLIVEIRA, 2010; WERLE, 2011; ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013). Os estudos, por eles desenvolvidos, discutiram os caminhos percorridos pelas avaliações externas no Brasil por mais de vinte anos, e ao mesmo tempo procuraram desvelar políticas educacionais e de organização do trabalho na escola frente a uma nova governabilidade da educação pública e a um novo conceito de qualidade educacional consubstanciado no IDEB.

De acordo com Coelho (2008), a ineficiência do sistema escolar, assim como as novas exigências de qualificação e formação, aliadas à reestruturação do Estado brasileiro, alicerçaram a implantação das avaliações externas no Brasil. A partir do momento em que o Estado deixa de ser provedor para ser o regulador, as recomendações de agências internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, passam adequar o sistema escolar brasileiro a um modelo economicista, para atender às necessidades do mercado de trabalho.

Cabe destacar que a reforma do Estado, proposta na década de 1990, delineou as políticas educacionais brasileiras, a partir do momento em que propôs a avaliação externa como mecanismo de controle e regulação do Estado.

Desta forma, a concepção de qualidade de ensino passou a ser significativamente pautada pelas notas e pelos resultados obtidos através das avaliações externas realizadas pelo SAEB e a Prova Brasil. Estas avaliações têm, por um lado, o objetivo de mensurar habilidades cognitivas dos estudantes em conteúdos pertinentes às áreas de Língua Portuguesa e Matemática, e, por outro lado, o objetivo de oferecer um indicativo sobre a possível qualidade de ensino que é ministrado nas escolas, subsidiando, desta forma, a tomada de decisões da gestão escolar.

Como consequência direta desse processo foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador do Ministério da Educação (MEC), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), reunindo os dados do SAEB e da Prova Brasil, e as taxas de aprovação, reprovação e evasão, obtidas por meio dos dados sistematizados do Censo da Educação Básica. A combinação desses dados gera um parâmetro balizador de metas a serem atingidas, com o propósito de monitorar e avaliar o sistema educacional do país, assim como assegurar a melhoria na qualidade da educação.

O IDEB como parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n.º 6.094/07), dispositivo legal que aciona as 28 propostas contidas no PDE, tem como eixos principais a qualidade educacional e a mobilização social para atingir as metas estabelecidas pelo plano. Para tanto, empreende-se uma articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil em prol da qualidade da educação. Segundo o Art. 1.º do Decreto 6.094:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).

Assim, cada ente federado assume voluntariamente o compromisso e a responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em

sua esfera de competência, mediante meta estabelecida pelo IDEB (BRASIL, 2007).

Para Haddad (2008) a proposta oficial é coibir a reprovação indiscriminada e estabelecer metas para os sistemas de ensino e as escolas, numa mobilização pela qualidade da educação, esperando que, em 2021, o país consiga atingir a meta de qualidade educacional dos países desenvolvidos.

Dessa forma, o IDEB, passou a ser, além de proponente de políticas públicas, o indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade. Embora seja um indicador de resultado, e não de qualidade, é a partir deste – e da divulgação dos seus resultados – que se mobilizam ações para melhoria da qualidade.

Para os teóricos (BRUNO, 1996; OLIVEIRA, 1996; SOUZA, 1997), a busca da qualificação da escola está ligada à reestruturação capitalista e à lógica da produtividade, uma vez que, numa sociedade globalizada e tecnológica, o foco do processo produtivo passa a ser o intelecto e não a força. Nesse sentido, é preciso investir na qualificação do sistema de ensino para formar cidadãos capacitados que atendam às necessidades exigidas pelo mercado. Portanto, a busca da qualidade na educação não é referência para a consolidar o direito do cidadão em exercer sua participação política e social. A busca da qualidade está muito mais ligada ao desenvolvimento econômico do país com vistas à sua inserção no grupo dos países desenvolvidos.

Segundo, Souza (1997)

“[...] a educação precisa alcançar qualidade capaz de responder às demandas decorrentes das transformações globais nas estruturas produtivas e do desenvolvimento tecnológico”. Ainda segundo essa mesma autora, as avaliações legitimam a qualidade nos processos educativos e nas escolas, pois funcionam como instrumentos de medida, adequação e controle dos sistemas educativos, passando a orientar políticas públicas na área da educação. (SOUZA, 1997, p.264)

Na opinião de Afonso (2005) a responsabilidade maior não recai sobre os governos e as políticas públicas, mas sobre as escolas e os sistemas de ensino.

[...] desta ideologia da privatização, ao enaltecer o capitalismo de livre mercado, conduziu a alterações e mudanças fundamentais no papel do Estado, tanto ao nível local como ao nível nacional. Neste sentido [...] diminuir as despesas públicas exigiu não só a adoção de uma cultura gestonária ou gerencialista no setor público, como também induziu a criação de mecanismos de controle e responsabilização mais sofisticados. A avaliação aparece assim como um pré-requisito para

que seja possível a implementação desses mecanismos (AFONSO, 2005, p. 49).

A Constituição Federal de 1988, artigos 206 e 209, contempla a qualidade educacional e a estratégia de avaliar os processos educativos por meio de avaliações de larga escala. O artigo 206 da Carta Magna estabelece a garantia de padrões de qualidade como dever do Estado e como uma das diretrizes da educação brasileira. Já o artigo 209, por sua vez, determina que o Poder Público deve realizar avaliações dos seus respectivos sistemas de ensino, com o intuito de mensurar a qualidade dos mesmos.

Segundo Pinto (2008), embora na legislação esteja prevista a qualidade da educação e, estabeleça, para os sistemas de ensino, preceitos legais que a garantam, a realidade está longe de ser cumprida, uma vez que, enquanto as escolas particulares preparam seus estudantes para o ensino superior, a escola pública não consegue garantir os domínios mínimos de leitura, escrita e cálculo. Referindo-se à aferição da qualidade, o autor explica que:

O atual sistema chamado de avaliação [...], mas que na verdade não passa de um conjunto de testes padronizados de português e matemática, é claramente insuficiente para aferir a qualidade da educação oferecida pelos sistemas de ensino, mesmo considerando os limites dos objetivos postos pela legislação. (PINTO, 2008, p. 59).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) normatizado pela Portaria 931, de 21 de março de 2005, é composto por duas provas complementares: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que avalia as competências cognitivas e habilidades utilizadas pelos alunos no processo de construção do conhecimento e a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC), cujo instrumento de avaliação é a Prova Brasil.

O SAEB tem como objetivo monitorar a qualidade da educação básica brasileira, utiliza como referência instrumentos de coleta, como testes de conhecimentos de língua portuguesa e de matemática, questionários socioeconômicos, respondidos por alunos, professores, diretores e pelo responsável pela coleta de dados.

Para Horta Neto (2007) o SAEB além de monitorar a qualidade se constitui num importante mecanismo de direcionamento das políticas públicas voltadas à qualidade, na medida em que fornece aos gestores dos sistemas de ensino informações relevantes para subsidiar decisões.

De acordo com Araújo e Luzio (2005) os testes aplicados, por amostragem, nos sistemas públicos e particulares de educação, contemplam estudantes do 5.º e do 9.º ano do ensino fundamental e, alunos do 3.º ano do ensino médio. Estão excluídos dessa população amostral os alunos que frequentam salas multisseriadas, classes de aceleração e classes de educação de jovens e adultos.

Segundo Silva (2010) além das provas de conhecimentos em português e matemática, professores, alunos e diretores das escolas também respondem a questionários que tem como objetivo identificar fatores que possivelmente influenciam o rendimento escolar e, conseqüentemente, a qualidade. O objetivo de aplicar estes questionários é de identificar o nível socioeconômico dos alunos, as rotinas de estudo, o perfil docente e dirigente, as condições de trabalho, a organização da escola e sua estrutura física.

Ainda, na opinião do Autor, estas variáveis apesar de interferirem na melhoria da qualidade não são exploradas quando da sua definição.

Apesar de o nível socioeconômico ser um determinante presente no questionário de contexto aplicado no Saeb, ele não é considerado a contento na constituição, divulgação e exploração dos indicadores de qualidade de ensino produzidos pelo governo e nem considerado seriamente na agenda de redefinição de políticas públicas [...] o que se percebe é que as notas referentes ao desempenho estudantil são supervalorizadas e destacadas enfaticamente em detrimento de outros determinantes de igual ou maior relevância na mensuração da qualidade do ensino. (SILVA, 2010, p.434)

Para Oliveira e Araújo (2005), os resultados das provas do SAEB indicam que a maioria dos alunos das escolas públicas não atingem os padrões mínimos de conhecimentos nessas disciplinas. Entretanto, alguns especialistas apontam que esses testes não revelam exatamente o diagnóstico do sistema educativo.

Isso ocorre porque os resultados dos testes sofrem influência de variáveis como perfil socioeconômico da família e o nível de escolaridade dos pais. Esses fatores acabam interferindo em seus resultados.

Os dados do SAEB indicam o desempenho relativo dos alunos nos vários estados. O fato de um estado ou uma rede de ensino ter média superior a de outros estados ou redes significa que em média os alunos desse estado ou rede de ensino sabem mais do que os outros em relação às competências avaliadas. Mas isto não significa que o ensino seja melhor. Há outras variáveis que afetam os resultados escolares como educação dos pais, renda, nível socioeconômico. (OLIVEIRA; SCHWARTZMAN, 2002, p. 27)

Entretanto, para o INEP, a análise dos resultados dos levantamentos do SAEB permite acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores que incidem na qualidade e na efetividade do ensino ministrado nas escolas, possibilitando a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelos diferentes sistemas de ensino existentes no Brasil.

Desta forma, o SAEB acabou se tornando um importante sistema de avaliação educacional de larga escala do país; mas segundo Silva (2010), é preciso definir com maior propriedade qual o objetivo final da avaliação e quais ações políticas serão incrementadas a partir do diagnóstico apontado pela prova. Neste sentido, de acordo com o autor, é necessário refletir qual é o uso social dos resultados apresentados pelo SAEB.

A consolidação das avaliações externas, cada vez mais utilizadas pela maioria das escolas públicas brasileiras, permite que os resultados sirvam, por exemplo, para subsidiar ações da gestão escolar, como alocar os conteúdos das avaliações no currículo escolar; evitar a reprovação dos alunos, elevar a nota da avaliação externa e não prejudicar o IDEB, e principalmente rever o próprio mecanismo de gestão na perspectiva de auto avaliação. Neste sentido, o IDEB se ajusta como indutor tanto de políticas públicas quanto de ações das secretarias de educação e da própria escola, para alcançar as metas estabelecidas pelo índice.

Segundo Silva (2010) enquanto o SAEB avalia por amostragem, a Prova Brasil caracteriza-se como uma avaliação censitária, ou seja, universal para todos os alunos matriculados nos 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental público, privado ou federal.

A Prova Brasil – ou Avaliação Nacional de Rendimento Escolar – foi um instrumento de avaliação externa criado pelo MEC/INEP em 2005, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes das escolas de nível fundamental urbanas, nas áreas de Língua Portuguesa, com foco na leitura, e Matemática. A Prova Brasil por ser mais detalhada e agregar todas as escolas, sem exceção, complementa a avaliação realizada pelo SAEB. (SILVA, 2010).

Para Fernandes (2007) o IDEB, mecanismo criado pelo INEP para ser um indicador sintético da educação brasileira considerando os resultados

acadêmicos e o fluxo escolar obtidos através da Prova Brasil, do SAEB e do Censo Escolar tem como princípio que o aluno aprenda e avance para as séries seguintes. Seu cálculo é realizado da seguinte forma:

$$\text{IDEB} = (1/T) \cdot N \text{ (nota) (1)}$$

Em que:

T = número de anos que, em média, os alunos gastam para completar uma série (T = tempo). Quando esse fluxo é feito adequadamente (1/T), o IDEB equivale ao valor da nota, e sua tendência é manter-se estável ou aumentar. Mas quando o fluxo é interrompido por repetência, evasão ou abandono, T assumirá valores maiores e, conseqüentemente, o índice tende a diminuir, comprometendo a nota final.

N = média das avaliações externas, ou seja, o valor do desempenho dos estudantes no SAEB e na Prova Brasil, expressa em valores que vão de 0 a 10.

Logo, os referenciais 'tempo de estudo' e 'nota de desempenho dos estudantes nos exames padronizados' são os dados quantitativos que formam o IDEB (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

Ainda, segundo Fernandes (2007) a compilação desses dados resulta em uma média para as Unidades da Federação e para as próprias escolas, gerando gráficos informacionais sobre o nível de qualidade de cada escola e de cada sistema de ensino. Assim, o IDEB se constitui no principal indicador objetivo utilizado para monitorar a qualidade da educação básica no país.

Para alcançar as metas propostas pelo IDEB é preciso que as escolas e os sistemas de ensino regularizem o fluxo escolar, ou seja, quanto menores forem a reprovação e o abandono de alunos, melhor a nota do índice. Outra exigência para aumentar o valor da nota é a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas.

De acordo com Haddad (2008) a média nacional da aferição do IDEB no ano de 2005 foi de 3,8; no ano de 2007, o resultado subiu para 4,2 e, em 2009 o IDEB, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, alcançou nota 4,6.

O que se observa foi um resultado crescente do IDEB ao longo das aplicações das provas ANEB e ANRESC. A meta proposta pelo IDEB foi de alcançar a nota 6 em 2021. Uma vez que seja atingido este objetivo, o país poderá, então, integrar o grupo dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). (HADDAD, 2008)

A estratégia de simplesmente não reter (reprovar) os estudantes para elevar os indicadores de fluxo e rendimento escolares subiria o IDEB das escolas alcançando notas altas, sem que isso signifique, de fato, qualidade nos processos educativos.

Outra estratégia utilizada pelas escolas é o de treinar os estudantes para a realização da avaliação. Neste caso, evidenciam-se, nas ações da gestão escolar, os procedimentos de ressignificação das avaliações externas, ou seja, a adaptação do ambiente escolar e dos conteúdos curriculares, na busca de demonstrar o atributo ou o suposto nível de qualidade de cada estabelecimento.

O IDEB é um indicador importante na medida em que demonstra fragilidades nas escolas brasileiras relacionadas a fluxo e desempenho escolar; no entanto, é insuficiente para medir a qualidade da educação por restringir-se apenas a essas duas variáveis, desconsiderando outros aspectos igualmente importantes para a qualidade, como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias, e o estilo de gestão e liderança.

Para Chirinéa (2010) atualmente, o IDEB é considerado o termômetro da qualidade da educação brasileira. No entanto, ele demonstra apenas dados estatísticos ou quantitativos coibindo as escolas de se adequarem a determinadas normas de condutas, principalmente da gestão escolar, para atingir notas cada vez mais altas e alcançar expectativas pré-definidas de desempenho escolar.

De acordo com Chirinéa (2010) o tipo de gestão da escola, o clima organizacional e o sentimento de pertencimento dos professores são condições que favorecem a qualidade, além dessas dimensões a condição socioeconômica e cultural dos estudantes e de suas famílias também constitui fator determinante para a qualidade da educação. Tais dimensões não são consideradas na composição da nota do IDEB, tampouco nos resultados apresentados.

Na opinião de Pinto (2008) tais variáveis conduzem ou contribuem para a qualidade da educação, o tamanho da escola, por exemplo, faz diferença em termos qualitativos, escolas menores são mais fáceis de gerenciar. Escolas com equipes mais estáveis e menor índice de absenteísmo dos professores tendem a apresentar melhores resultados em termos de qualidade. O perfil do diretor e seu tipo de gestão podem influenciar a qualidade dos processos educativos.

Para Castro (2009) as avaliações externas são necessárias na medida em que auxiliam a reflexão da própria escola sobre suas fragilidades, o que é questionável é o uso estatístico que se faz das avaliações externas como mecanismos de coerção do Estado para atingir metas de qualidade e produtividade na educação brasileira, sob o pretexto de medir a qualidade da educação.

Ainda, segundo a Autora:

[...] os testes padronizados são instrumentos necessários, mas insuficientes para avaliar a melhora da qualidade da educação, principalmente os testes como SAEB e o Enem, adotados pelas políticas públicas, pois possuem um caráter restrito de avaliação. É importante considerar, nesse processo, não só os insumos, mas também outros indicadores como a cultura organizacional da escola, as práticas e as relações entre professores e alunos. (CASTRO, 2009, p. 34)

Esses critérios restringem o processo didático-pedagógico em detrimento do resultado final alcançado pela escola no IDEB, através apenas do desempenho estudantil, apresentado em dados quantitativos

Para Freitas (2007) os problemas da educação brasileira durante muito tempo foram mantidos num constante jogo de tensões entre duas vertentes. De um lado, as questões pedagógicas próprias da educação formal e, conseqüentemente, da escola, e de outro lado, os fatores sociais. Nenhum dos dois lados assume isoladamente a responsabilidade pela produção do fracasso escolar ou pela baixa qualidade da educação brasileira.

Freitas (2007) argumenta que as duas vertentes são responsáveis, em conjunto, no coletivo e de forma dialética. Por isso, somente a responsabilização da escola pelo sucesso ou fracasso escolar, baseado no IDEB, sem levar em consideração outras variáveis que interferem no processo e que são relegadas ou negligenciadas pelo índice, pode comprometer o resultado.

Na opinião do autor:

Diante deste quadro, escolher apenas uma variável, desempenho do aluno, para analisar a educação básica brasileira, como o IDEB faz, é certamente temerário em face deste complexo de variáveis. (FREITAS, 2007, p. 972)

A qualidade, portanto, não emerge da própria escola e de sua construção coletiva, consubstanciada no Projeto Político-Pedagógico, “[...] a qualidade é vista como objeto de medida de desempenho como eficiência do sistema de

ensino e não como igualdade de resultados dos alunos matriculados nesse sistema” (FREITAS, 2007, p. 974).

Paro (2001) entende que não há na escola um padrão único de aferição de sua qualidade, até porque não há previsão dos insumos (alunos) que entram no sistema escolar, tampouco um acompanhamento dos egressos deste sistema. Avaliar a qualidade da escola sob essa perspectiva requer definir padrões de um bom ensino, como sinônimo de um bom processo e, portanto, garantia de um bom produto, que é o próprio aluno, após sua etapa de escolarização.

De acordo com Azevedo (2007) a função da avaliação externa é quantificar, mensurar, padronizar e, após tudo isso, elaborar escalas de competição entre as escolas. O fato é que esse tipo de avaliação desconhece a complexidade dos processos educacionais. Os parâmetros buscados são o da eficiência, eficácia e produtividade.

O conhecimento é reduzido à sua dimensão cognitiva, traduzido em acúmulos quantitativos, mensuráveis, como se fosse possível separá-lo das relações ricas e complexas entre educador, educando, desvinculá-lo do emaranhado que tece os laços da instituição escola com valores éticos e culturais que compõem os contextos educativos. (AZEVEDO, 2007, p. 10)

Segundo Nóvoa (1995) as instituições de ensino possuem especificidades muito particulares, não podendo ser pensadas ou administradas com alto grau de racionalidade, como acontece com as empresas. Para o autor, as mudanças na sociedade exigem mudanças também na escola, entretanto, é preciso pensar essas mudanças sob o ponto de vista da complexidade técnica, científica e humana, próprio das instituições de ensino.

Para Lima (2008), a avaliação em larga escala centra-se somente nos resultados observáveis e que podem ser medidos numa ação que tramita de fora para dentro da escola, sem que se levem em conta as questões culturais ou subjetivas do processo.

Ainda, segundo Lima (2008):

Convoca-se uma mono-racionalidade de tipo técnico e uma perspectiva gestonária-utilitária (neo-tayloriana), decompõe-se e fragmenta-se o processo de avaliação, quantificando, mensurando, formalizando; adopta-se uma visão mecanicista da organização escolar, centrada nas operações técnicas, na eficácia e na eficiência. (LIMA, 2008, p. 131)

Em suas argumentações Castro (2009) afirma que as avaliações externas, como o SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio-Enem e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-Enade, constituem um referencial vago e inadequado para a qualidade na educação. Segundo a autora:

Essas avaliações baseadas em indicadores de desempenho mostram-se restritas e inadequadas para medir a qualidade efetiva da educação, pois não ultrapassam o nível instrumental. Fundamentam-se em pressupostos técnicos que se distanciam de juízo de valor, do compromisso com a justiça social, bem como das ações e dos interesses dos sujeitos que, concretamente, a definem e a adotam. (CASTRO, 2009, p.31)

Na opinião de Ball (2001), Souza e Oliveira (2003) e Afonso (2005), o IDEB funciona como uma espécie de quase mercado educacional, na medida em que se insere hoje como parâmetro de qualidade na área educacional ao eleger e diferenciar escolas e sistemas de ensino, promovendo inclusive a competição entre as escolas. Isso ocorre porque, após a divulgação de seus dados pela mídia e pelos órgãos oficiais, elege-se a melhor escola, assim como a pior, funcionando, portanto, como um *marketing* educacional.

2.3 Base legal

2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou em 1990 o primeiro Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, com a definição:

- Medida do grau de desenvolvimento humano de um país, estado ou município;

Considerando que:

- desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter;

- a abordagem de desenvolvimento humano se popularizou com a criação e adoção do IDHM (centrado nas pessoas) como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto - PIB (que se limita ao crescimento econômico), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.

- reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento – educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda.

Método de Cálculo:

- O IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda.
- A dimensão longevidade, no IDHM, é medida pela esperança de vida ao nascer, calculada por métodos indiretos.
- A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

- A dimensão Renda do IDHM considera a renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar, expressa em reais, em 1º de agosto de 2010.
- Corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos.
-

2.4 Base teórica

2.4.1 IDEB e IDHM-Educação como indicadores de qualidade

Este estudo traz resultados parciais de pesquisa que tem como objetivo realizar uma correlação técnica da evolução do IDEB, do IDHM Educação em

duas escolas públicas de Maceió, capital do Estado de Alagoas, buscando os encontros e desencontros desta evolução.

De acordo com Abrucio (2010, p.39), os impactos das políticas de federalismo no funcionamento e resultados da educação, são marcados especialmente a partir da Constituição de 1988, dentre os quais o autor ressalta alguns “dilemas para implementar políticas descentralizadas num país bastante heterogêneo, desigual e marcado por significativas tensões intergovernamentais”. O autor esclarece que a noção de sistema que pauta a agenda política brasileira, pode ser analisada em comparação com o setor da saúde, por exemplo, sendo que um aspecto diferencial da educação frente aos outros setores, é a proposição de um regime de colaboração entre os níveis de governo como instrumento que garantiria a boa implementação da política em todos os seus ciclos, em especial na educação básica. O mesmo autor afirma, no entanto, que a motivação, o processo decisório e os resultados das mudanças ocorridas, geraram impactos diferenciados nos diferentes estados e municípios: “o problema que permaneceu importante, embora já sendo contestado nos estados e cidades maiores, foi o baixo grau de democratização e republicanização no plano local”. (ABRUCIO, 2010, p. 41)

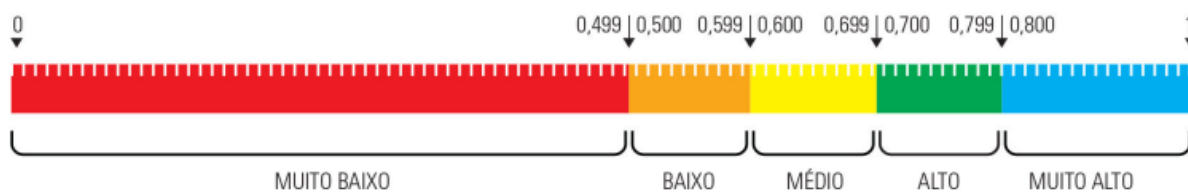
2.4.2 IDHM como implementador de políticas públicas

O IDHM como medida composta dos indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade (ou expectativa de vida), educação (ou acesso ao conhecimento) e renda (ou padrão de vida), adequa a metodologia de obtenção do IDH a nível global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Trata-se de uma medida de 0 a 1 em que, quanto mais próximo do máximo, significa maior desenvolvimento humano daquela unidade territorial. Este índice populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico e viabiliza a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo. O ranking do IDHM estimula a implementação de políticas públicas no nível municipal e prioriza a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

Reproduzimos, no quadro 01, abaixo a escala do IDHM utilizada no Atlas Brasil

Quadro 01: Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



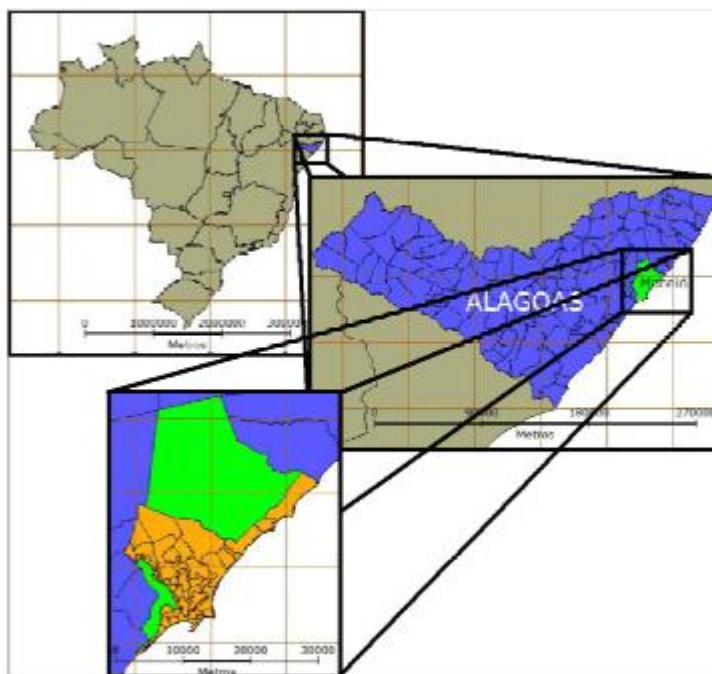
Fonte: Atlas Brasil (2013)

2.4.3 O IDHM no município de Maceió, Estado de Alagoas

O município de Maceió, localizado na região Nordeste do Brasil, entre as latitudes 9° e 10° Sul e longitudes 35° e 36° Oeste no Datum SAD69 possui de acordo com o IBGE (2022) a estimativa da população de 1.031.597 habitantes. Os bairros de Maceió, de acordo com a Lei municipal 4952/2000, desde janeiro do ano 2000, foram subdivididos oficialmente em 50 bairros.

Essa subdivisão se deve a um estudo feito pela Secretaria Municipal de Planejamento de Maceió (SEMPPLA) com a finalidade de reconhecimento da realidade do município em comparação com estudos anteriores. A figura 1, abaixo, ilustra a área de estudo e sua contextualização regional.

Figura 1: Mapa do Município de Maceió no Contexto Regional



Fonte: 3° GeoAlagoas – Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no Estado de Alagoas

De acordo com o Atlas Brasil (2022)

Maceió se encontra na posição 1266º entre 5565 municípios brasileiros tendo a média do IDHM de 0,717, que na faixa do IDH é considerado alto, sendo o município com o maior IDHM e, o único nessa faixa do Estado de Alagoas, no entanto, ainda está abaixo da média do Brasil que é de 0,727. Entre 2000 e 2010, o IDHM de Maceió passou de 0,584 para 0,721, crescendo para 0,734 em 2019 e, recuando para 0,717 no ano de 2021.

A nível Brasil como um todo, o IDHM, no período de 2000 a 2010, subiu de 0,612 para 0,72 aumento de 0,115 em números absolutos (percentual de crescimento igual a 18,79%). O resultado mostra que embora o IDHM de Maceió, ainda esteja abaixo do índice nacional cresceu, nesse período, acima da média. O principal componente responsável por esse considerável incremento foi o índice da Educação, com crescimento de 0,202, em termos absolutos. Em seguida foi a Longevidade e depois a Renda das pessoas, incrementados respectivamente em 0,132 e 0,050. Outro aspecto que deve ser considerado é o incremento do IDHM ocorrido entre os anos de 1991 a 2010 no município de Maceió que passou de 0,507 em 1991 para 0,721 em 2010, representando uma taxa de crescimento de 42,21% para o município - (em valores absolutos 0,214 de incremento) -, já o país passou de 0,493 para 0,727, ou seja, 47% (0,234 em números absolutos). Assim observamos que Maceió, nas duas últimas décadas, teve uma evolução mais lenta de desenvolvimento humano que o país como um todo. De acordo com o Atlas Brasil (2012) neste intervalo também foi observado que o principal incremento foi o da Educação, crescendo em 0,296, em números absolutos, seguida por Longevidade 0,205 e por Renda 0,09.

Observa-se na tabela 01, abaixo, a evolução do IDHM do município de Maceió no período compreendido entre 2012 e 2021.

Tabela 1 – Evolução do IDHM do município de Maceió

Territorialidades	Renda per capita PNAD	Renda per capita PNAD	Renda per capita PNAD	IDHM Renda PNAD	IDHM Renda PNAD	IDHM Renda PNAD	IDHM PNAD	IDHM PNAD	IDHM PNAD
	2012	2019	2021	2012	2019	2021	2012	2019	2021
Brasil	759,11	814,30	723,84	0,732	0,743	0,724	0,746	0,785	0,766
Alagoas	395,06	419,89	404,28	0,627	0,636	0,630	0,651	0,687	0,684
RM Maceió	572,88	583,84	558,07	0,686	0,689	0,682	0,714	0,734	0,717

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FIP, 2022.

Todas as Unidades de Desenvolvimento Humano-UDH (bairros) do município de Maceió apresentaram aumento de IDHM. Se, em 2000, a maioria das UDHs estavam na faixa de IDHM muito baixo, em 2010, observa-se uma visível melhora, onde a maioria passou para a faixa de IDHM médio, nenhuma UDH sequer permaneceu como área na faixa muito baixa. A evolução pode ser observada nas Tabelas 2 e 3 abaixo.

Tabela 2 – IDHMs mais baixos por UDHs do município de Maceió.

<i>Colocação</i>	<i>Nome da UDH</i>	<i>Bairro</i>	<i>IDHM</i>	<i>IDHM-E</i>	<i>IDHM-L</i>	<i>IDHM-R</i>
139°	Vales do Benedito	Benedito Bentes	0,522	0,381	0,706	0,528
138°	Rural	Zona Rural	0,573	0,453	0,726	0,573
137°	Alto da Boa Vista	Ipioca	0,573	0,453	0,726	0,573
136°	Vila Emater	Jacarecica	0,573	0,453	0,726	0,573
135°	Alto de Bela Vista	Guaxuma	0,573	0,453	0,726	0,573

Fonte: 3° GeoAlagoas – Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no Estado de Alagoas

Os IDHMs mostrados na tabela acima podem ser comparados com os IDHs globais de países como Gana (0,573), na África e Mianmar (0,524), no sul da Ásia continental, respectivamente 138° e 150° colocados no ranking mundial, de 187 países analisados.

Tabela 3 – IDHMs mais altos por UDHs do município de Maceió.

<i>Colocação</i>	<i>Nome da UDH</i>	<i>Bairro</i>	<i>IDHM</i>	<i>IDHM-E</i>	<i>IDHM-L</i>	<i>IDHM-R</i>
1°	Ponta Verde	Ponta Verde	0,956	0,925	0,946	1,000
2°	Aldebaran	Jardim Petrópolis	0,956	0,925	0,946	1,000
3°	Pajucara	Pajuçara	0,939	0,918	0,935	0,965
4°	Jatiúca	Jatiúca	0,939	0,918	0,935	0,965
5°	Farol	Farol	0,939	0,918	0,935	0,965

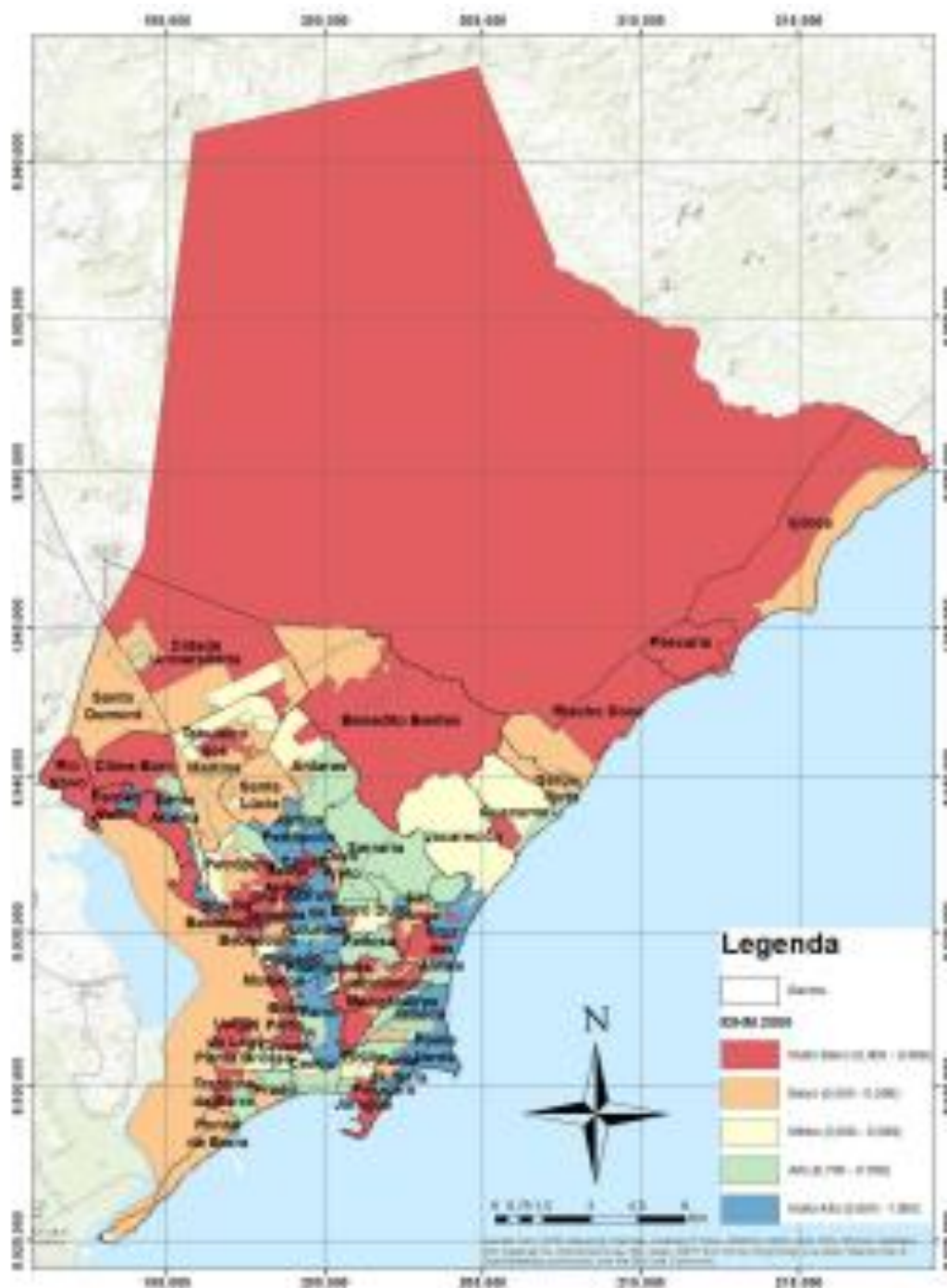
Fonte: 3° GeoAlagoas – Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no Estado de Alagoas

A Tabela 3 revela que os IDHMs dos bairros Aldebaran e Ponta Verde apresentam-se maiores que os obtidos pelo melhor colocado à nível mundial, Noruega (0,944), seguido de Austrália (0,933). São IDHs considerados como de “primeiro mundo”. Esses resultados mostram que, provavelmente há uma concentração maior de políticas públicas beneficiando estas UDHs em detrimento das outras, e acentuam as diferenças, principalmente nos componentes de IDHMs de educação e de renda, reforçando a desigualdade social existente entre esses bairros.

Os dados do Censo de 2000 demonstram que a maior do território do município de Maceió apresentava índices de desenvolvimento humano muito baixos, entre eles, o bairro Benedito Bentes. Essas áreas evoluíram de tal forma que nenhuma mais se encontra na faixa de IDHM muito baixo, passando para a faixa de índice baixo a médio. A evolução do IDHM é demonstrada no mapa temático (figura 2):

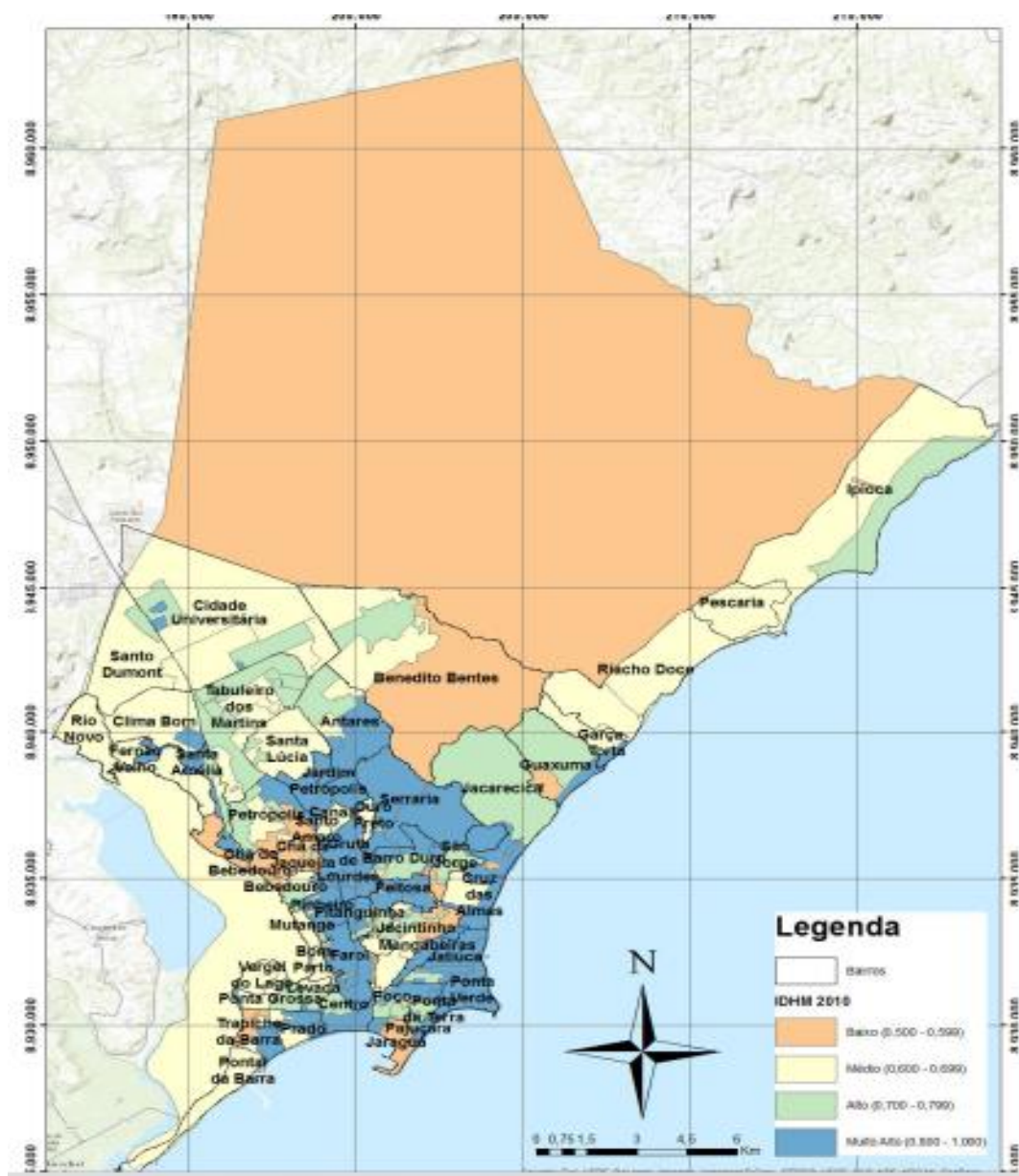
Figura 2 - Mapa de IDHM por UDHS do Censo 2000, na Escala de 1:500.000.

Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL (2015).



De acordo com o Censo de 2010 a evolução do IDHM no município de Maceió no período de 2000 a 2010 apresenta crescimento das UDHs da ordem de até 0,100 como baixo crescimento, significando subir o máximo uma faixa de IDHM. (Figura 2) Todo o município de Maceió apresentou acréscimo no IDHM, a maior parte do território teve um crescimento médio, seguido de baixo crescimento e poucas UDHs apresentaram crescimento alto, com destaque para a UDH do Novo Jardim que em 2000 não apresentava IDHM e, em 2010 apresentou o IDHM de 0,573.

Figura 3 – Mapa de IDHM por UDHs baseado no Censo 2010, na Escala de 1:500.000.



Fonte: Adaptado de ATLAS BRASIL (2015).

2.5 O Ideb Como Política Pública de Educação

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep - o Ideb, criado em 2007, com o objetivo de medir a qualidade das escolas e das redes de ensino, cada município e escola receberam uma meta para ser atingida até o ano de 2021, todas as escolas do país deveriam alcançar, pelo menos, a média de proficiência 6,0 numa escala de 0 a 10 equiparando-se com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a nota Ideb é resultado da junção inédita do fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão) com a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), usualmente conhecida como Prova Brasil. A partir do atingimento deste índice é estabelecido um monitoramento por parte dos órgãos públicos e da sociedade para verificação regular e estabelecimento de metas internacionais a serem alcançadas.

Para entender o Ideb enquanto monitorador de políticas públicas da educação é necessário conhecer seu funcionamento. A análise das políticas públicas envolve o grupo que as elabora e as executa, assim como o grupo social que será contemplado com esta política e a construção de processos diferenciados de aceitação, de rejeição, ou de adaptação. Existem medidas que podem ser discordantes das necessidades sociais, no caso da educação, das redes ou das escolas e comunidades nelas envolvidas. Depois de determinadas, as políticas públicas para sua concretização, a partir principalmente de planos de ação, programas e projetos, são submetidos a acompanhamentos e avaliações.

O Ideb, segundo documento divulgado às escolas pelo MEC/INEP Prova Brasil (2011, p.4) é mais que um número, mais que um avaliador, ele é determinante das principais políticas públicas para o ensino básico no país:

O Ideb é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita tanto o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, como também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino. Dessa forma, o índice permite acompanhar se as metas de qualidade propostas pelo Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica estão sendo alcançados.

O PNE (Plano Nacional da Educação) envolve vários segmentos ligados a educação e o monitoramento que representa o Ideb regula ações de forma direta ou indireta e sua visibilidade, pelo menos a midiática é notória, embora não muito bem compreendida. Assim o Ideb é uma consequência de políticas públicas ligadas à educação e o próprio MEC (Ministério da Educação) justifica seu caráter compensatório.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (2009, p.2) o Ideb enquanto monitorador/intervencionista de política pública:

Identifica quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitam de maior atenção como apoio financeiro e de gestão.

O Ideb foi concebido para ser o termômetro de qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil, sendo um dos eixos do PDE permite uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está à educação em nossas escolas, assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade.

Souza (2009) afirma que uma das principais características das políticas de avaliação adotadas hoje no Brasil, resumem-se a: gestão de resultados; atribuição de mérito a alunos, instituições ou gestores e suas redes e o ranqueamento sem a devida articulação com a auto avaliação. A pasta da educação atualmente responde por uma das mais dinâmicas e estratégicas formas de política social do país, são mais de vinte programas e ações que vão desde o transporte, fornecimento de merenda, o planejamento pedagógico (PDE/Escola), a manutenção da estrutura escolar e um ambicioso plano nacional para a educação com metas predeterminadas e cronograma definido. O resultado do Ideb é utilizado como critério para que as escolas e redes sejam consideradas prioritárias no recebimento de assistência técnica e financeira por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola, o PDE/Escola, e programas que atendam as escolas daquela rede, podendo receber programas como o Programa Mais Educação.

Em 2007 o governo federal criou o Programa Mais Educação (PME) que, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007a) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010 (BRASIL, 2010a), teve por finalidade “contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças na escola, reduzir a evasão, a reprovação e a distorção

idade/série, mediante oferta de educação básica em tempo integral” (BRASIL, 2010a, Art. 1º).

Além do baixo IDEB e da localização em área de vulnerabilidade, os critérios para adesão ao programa foram sendo somados, progressivamente, a outras políticas sociais, como o Programa Nacional de Justiça de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), o Programa Bolsa Família (PBF) e o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). A definição desses critérios, além de apontar para o caráter Inter setorial do programa, também foi responsável pelo estabelecimento de redes de articulações que promoveram a ampliação de sua abrangência no território nacional (MENEZES; DINIZ JÚNIOR, 2020).

Todas as ações elencadas anteriormente são formas de estimular e manter o aluno na escola, entretanto, ao privilegiar escolas com os mais baixos Ideb, fica claro que, dessa forma existe uma política compensatória e conforme relatado no texto do PDE INEP/MEC/BRASIL (2009), o Ideb é visto como uma forma de apresentar “uma transparente prestação de contas à sociedade”. Afirmar que o Ideb deve “ser termômetro da qualidade da educação básica” talvez simplifique um processo tão complexo, quanto é a melhora da educação do país como um todo sendo esse um tema discutido em todos os países com as mais diversas vertentes e variáveis, e a avaliação é sem dúvida uma das fases mais importantes da implantação de qualquer política pública, embora muitas vezes seja subestimada ou distorcida, Souza (2009, p. 20):

A avaliação da educação nacional, ao contrário do que se percebe a primeira vista, não está restrita ao terreno pedagógico. Ela reflete orientações políticas dos governos e, muitas vezes, perde seu caráter de diagnóstico de situações a serem aperfeiçoadas, para tornar-se instrumento de controle do Estado.

A proposta documental do Ideb é monitorar o desempenho escolar no sentido de promover melhoria no processo de ensino e aprendizagem, contudo será preciso mais que análises de dados como testes padronizados, fluxos de alunos e planejamentos educacionais meramente burocráticos, para melhorar de fato a educação no país.

2.5.1 Ideb monitor das políticas públicas pela melhoria da qualidade da educação

Para Ribeiro (2009) o Ideb se evidencia mais como um modelo educativo devido à sua principal finalidade que é desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição avaliada. Este modelo está caracterizado pela ênfase na análise qualitativa incentivando o envolvimento de todos os segmentos da instituição, isso se retrata, especialmente, se considerarmos a escola como o todo, nesse sentido o Ideb apresenta-se mais completo que o PISA, por exemplo, onde são considerados apenas os testes pontuais e padronizados.

De acordo com a Prova Brasil (2011, p. 04), oficialmente, o Ideb “permite acompanhar se as metas de qualidade propostas pelo Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica estão sendo alcançados” ... “condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação”, o que evidencia um caráter de monitoramento, bem como da busca de qualidade por meio da participação coletiva, nesse sentido o Ideb representa um avanço, como um mecanismo de avaliação institucional, o mais abrangente possível, no tocante à escola, mas só à escola, ignorando variantes importantes para o desenvolvimento da instituição como seus trabalhadores ou a relação da escola e a rede.

O Ideb oficialmente não pretende influenciar outras instituições, tão pouco assumir um caráter persuasório, conforme já exposto na página oficial do MEC. O objetivo do Ideb é “medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino”. No site oficial do INEP está expresso que a sua missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro para “subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral”.

Para Fernandes e Bonamino (2000) Apud Faria e Filgueiras (2010, p. 361) “...o sistema de avaliação brasileiro não é apenas produtor de elementos para a formulação de políticas educacionais, mas também como tendo o objetivo implícito de justificar políticas pré-formuladas”. O uso da mídia televisiva gera cobranças que se atém à escola, leia-se a gestão e ao professor, nesse caso

duas vertentes devem ser postas, a primeira é que ao invés da discussão pública gerar resultados positivos pode, ao contrário, sectarizar escolas e culpabilizar atores, que também são tão vítimas quanto o aluno, do sistema educacional de ensino brasileiro.

A política educacional se assemelha à política social e numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política pública educacional desempenha importante papel para o desenvolvimento do país. Existem pesquisadores que afirmam serem os fatores externos que definem as principais políticas públicas para a educação e não os resultados da avaliação, para Höfling (2001):

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação. (Höfling (2001, p. 09)

Para Tedesco (2003) Apud, Becker (2010) as avaliações educacionais na América Latina, nos anos 90, levam à conclusão que os docentes receberam os mecanismos de avaliação mais como uma forma de pressão do que como um caminho para a melhora da qualidade da educação e, que os profissionais da educação até hoje têm dificuldades para lidar com as avaliações em larga escala, em outra pesquisa mais recente, levada a efeito em cinco estados brasileiros, Sousa (2009) concluiu que normalmente, existe pouca utilização das informações produzidas pelas avaliações em larga escala na comunidade escolar.

Entretanto as avaliações externas tendem cada vez mais à responsabilização, com fortes consequências, estabelecendo mecanismos de concessão de estímulos ou sanções aos sistemas de ensino, às escolas ou aos professores. De acordo com Souza (2003) Apud, Becker (2010) avaliações nacionais tanto podem ser um instrumento para que as escolas, gestores e demais profissionais repensem seu trabalho, quanto para se efetuar classificações que pouco contribuem para a melhora da qualidade das escolas. Se a avaliação for concebida apenas como mecanismo de controle ou se for

ignorada, seja pelos professores, pelos gestores ou pelos responsáveis pela formação de docentes, pouco contribuirão para a melhoria do ensino.

A pesquisa “A Avaliação Externa como Instrumento da Gestão Educacional nos Estados”, da Fundação Victor Civita–FVC (2011) apontou que grande parte dos professores não compreendem o significado dos números do Ideb. Em pesquisa aplicada em 24.5% das escolas de ensino fundamental regular da cidade de Maceió no Estado de Alagoas apenas 16% dos gestores sabiam quais as variantes envolvidas na composição da nota do Ideb, existindo inclusive gestores que afirmavam desconhecer completamente informações sobre o índice, o que é preocupante haja vista que é a partir desse índice que políticas públicas são monitoradas, o que nos leva a crer que a comunidade escolar ainda não tem a verdadeira noção de sua importância estratégica política, não apenas pedagógica, mas esse grande problema não se restringe às escolas. Dos 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal, dezesseis deles não têm plano estadual de educação como previsto por lei.

2.6 Políticas Públicas

As políticas de governo em geral são transitórias, possibilitando as ações do Estado, concretizando programas e projetos que podem tanto partir dos anseios da sociedade como de agendas políticas partidárias vigentes.

Para Höfling (2001) “políticas públicas podem ser entendidas como o Estado em ação” e de acordo com Gobert e Muller apud Höfling (2001, p. 02) “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Neste contexto políticas públicas que assegurem a educação por exemplo, são dever do Estado, o que está claramente posto na Constituição Brasileira de 1988, assim como na LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação), no título II artigo 2º, que trata em seu artigo 9.º da coleta, análise, disseminação de informações sobre a educação e a manutenção do processo nacional de avaliação do rendimento escolar nas três modalidades de ensino, em colaboração com as redes estaduais e municipais de educação.

No que diz respeito à definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino, é necessário lembrar que, políticas públicas não são necessariamente políticas estatais, tomando como exemplo a educação que atualmente, é muito

forte e muitas vezes necessitando da decisiva parceria público-privada. Ainda sobre a definição do conceito sobre políticas públicas, para Souza (2007, p. 68) “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Em revisão da Literatura do campo de políticas públicas a autora apresenta algumas definições do conceito formuladas pelos fundadores do campo:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Já a definição mais clássica é atribuída a Lowi apud Rezende (2004:13): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (SOUZA, 2007, p. 68).

Lordêlo e Dazzani org. (2010, p. 24) definem políticas públicas como resultantes de intrínsecos fatores sociais, e que a partir de necessidades e embates por prioridades, surgem às políticas públicas: Compreendemos política pública como um fenômeno social e histórico que expressa os interesses e necessidades de diversos sujeitos sociais, através do exercício do poder, e do processo de tomada de decisões baseada nos valores presentes na sociedade. Elas são estratégias voltadas para desenvolver um determinado modelo econômico e social em suas diversas áreas, cujas características resultam da correlação de forças dentro da própria sociedade.

Assim as políticas públicas devem ser colocadas em ação para atender as necessidades sociais, sejam elas de educação, saúde, segurança e assim sucessivamente, portanto políticas públicas, muitas vezes, se confundem com políticas sociais. Na visão de Höfling (2001) políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Höfling (2001) também nos lembra que políticas sociais como a educação são formas de interferência do Estado na sociedade. Desse modo é importante ressaltar que a sociedade pode enxergar a educação, enquanto política pública

social, em função do discurso de que só a educação muda a vida das pessoas mais carentes.

Para Faleiros (1991) políticas sociais, também, envolvem intensas questões ideológicas que muitas vezes atendem mais a blocos políticos que a blocos sociais, ou seja, quando os anseios e as necessidades oriundas da classe social mais representativa em termos quantitativos não seriam bem representados politicamente. Estudar a gênese das políticas públicas sociais permitem analisar de modo mais profundo, mais completo sobre a política educacional, uma vez que, mais de 80% dos estudantes brasileiros estão matriculados em instituições públicas de ensino.

Muito embora autores como Souza (2010) terem chegado à conclusão que os países da América Latina não são capazes de se organizarem politicamente no sentido de orientar políticas públicas duradouras e eficientes no âmbito social. Souza (2010) explica que a restrição de despesas é a principal política pública, e que as políticas sociais, desde a década de 80, deixam de ser universais para se tornarem focalizadas devido as graves crises econômicas nas décadas de 80 a 90, bem como, segundo Faria e Filgueiras (2010), nessas décadas a avaliação estava a serviço da reforma do setor público que se adequava a ajustes fiscais e redução de gastos e, esse fenômeno não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

2.6.1 Ciclos das políticas públicas

O chamado ciclo da política pública é um esquema interpretativo e analítico bastante difundido entre estudiosos e gestores de políticas públicas, que divide o processo de política pública em estágios ou fases, cada qual com características específicas. Segundo Serafim (2022) em linhas gerais, o ciclo de política pública compreende as seguintes etapas ou fases, guardadas as variações entre modelos distintos:

1. Identificação do problema (reconhecimento do problema enquanto público);
2. Formação da agenda (definição do conjunto de problemas que serão objeto de intervenção pública);

3. Formulação da política (identificação e avaliação de alternativas para solução do problema);
4. Tomada de decisão (escolha das soluções e definição de objetivos e métodos);
5. Implementação (tomada de ações concretas para atingir os objetivos da política);
6. Avaliação (exame do desempenho da política pública frente a seus objetivos e metas);
7. Manutenção, Substituição ou Extinção da política (decisão de dar continuidade, modificar ou extinguir a política pública diante do contexto).

Os diferentes estágios não necessariamente se articulam de forma linear e racional, e podem se retroalimentar, se alternar e se misturar. O monitoramento e o controle da política, interno e externo, não constituem uma única etapa, pois entende-se que estejam presentes ao longo de todo o ciclo de política pública.

Para Serafim (2022) apesar da importância dos governos e atores estatais, as políticas públicas são produzidas a partir do embate entre ideias e interesses, e pela ação concreta de um conjunto mais amplo de atores, que agem e constroem suas preferências a partir das limitações e oportunidades dadas em contextos políticos e institucionais variáveis, construídos historicamente. Isso significa dizer que, para se analisar ou construir uma política pública, é necessário considerar não apenas a existência de normas e instituições que limitam e criam oportunidades para a ação, mas também as relações – conflituosas ou cooperativas – entre atores políticos relevantes, dentro e fora do Estado.

O processo de política pública envolve diversos níveis de decisão ao longo das diferentes etapas do ciclo, e não apenas no momento da definição da política em um nível centralizado, especialmente em contextos federativos como o brasileiro. As preferências e ações dos atores envolvidos em todo o ciclo de política pública e níveis decisórios alteram seu curso e, por conseguinte, seus resultados. Estudiosos do processo de implementação de políticas públicas têm apontado para a influência de fatores como os valores e percepções a respeito das normas por parte dos agentes chamados “burocratas de nível de rua” e sua interação com os usuários sobre o processo de implementação da política

pública, e da provisão dos serviços públicos (LOTTA 2012; CAVALCANTE; LOTTI; PIRES, 2018). Neste processo, conforme demonstra Pires (2019), a exclusão de segmentos vulneráveis da população e as desigualdades já existentes podem ser reforçadas, em vez de reduzidas, em determinadas circunstâncias.

Para Lascoumes e Les Galès (2012) a ação pública para a efetiva superação de problemas públicos depende da articulação, interação e integração entre Estado e uma rede de atores diversos e requer o reconhecimento dos múltiplos atores como sujeitos legítimos no processo. Guarda, assim, o potencial de gerar reconfigurações das relações de poder entre Estado e demais atores, materializando o processo de construção da democracia e de redução das desigualdades.

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação social institucionalizada -movimentos sociais, organizações da sociedade civil e usuários dos serviços públicos na definição, no monitoramento e no controle social das políticas públicas - por meio de conselhos e conferências de políticas públicas. Para Farranha; Bataglia; De Paula (2021); Bezerra; Rodrigues; Romão (2022) tais instituições são fruto das lutas sociais, de negociações e articulações entre movimentos sociais e governos e seu peso no processo decisório, sua efetividade e sua continuidade, no entanto, não são dadas previamente. Nos últimos anos, tais instituições têm sido objeto de uma série de intervenções governamentais no sentido de extingui-las ou esvaziá-las em que pesem as críticas quanto a seu efetivo poder de influenciar o processo de definição das políticas públicas ao longo das últimas décadas, a extinção ou esvaziamento destas instituições constituem um grave retrocesso ao processo recente de democratização das instituições e políticas públicas no Brasil.

2.7 Desempenho Escolar dos Alunos em Situação de Vulnerabilidade

O desempenho escolar dos alunos do ensino médio no Brasil é o grande desafio das políticas educacionais na atualidade, pois há muitas controvérsias que se constituíram, ao longo das últimas décadas, acerca desse cenário educacional que envolve de forma peculiar a população de baixa renda que frequenta escola pública. Logo, se faz necessário entender quais os fatores que

podem interferir no desempenho desses alunos oriundos de famílias de baixa renda, e que vivem em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum acesso aos bens educativos e culturais, como bibliotecas, museus, jornais, revistas, e entre eles, as condições gerais as quais os alunos estão submetidos na relação família-escola.

No ano de 2014, com a promulgação da Lei Nº 13.005, de 25 de junho, ficou instituído o Plano Nacional de Educação – PNE, decenal (BRASIL, 2014). A legislação trouxe ao país, vinte metas e duzentas e cinquenta e quatro estratégias, com força constitucional, e entre os objetivos aprovados estão: o de universalizar a oferta da etapa obrigatória (de 04 a 17 anos), elevar o nível de escolaridade da população, elevar a taxa de alfabetização, melhorar a qualidade da educação básica e superior. Ressaltamos que, a Meta 3 de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), não se concretizou, comprovados, na época, pelos índices anuais apresentados à sociedade.

Quando o prazo para que os jovens entre 15 e 17 anos tivessem acesso a ensino médio de qualidade, em 2015, estava quase esgotado, continuava sendo uma questão não resolvida pela sociedade brasileira.

Segundo Castro, Torres e França (2013, p.4) essa etapa educacional “dá claros sinais de estagnação em cobertura e qualidade”. O documento aponta, ainda que:

Apenas metade dos jovens de 15 a 17 anos está cursando o ensino médio, e mais do que dobrou a proporção dos que abandonaram a escola na última década. Aqueles que nem trabalham, nem estudam chegam a 24% da população com 18 anos e a 25% daquela com 20 anos de idade. Além disso, a maior parte dos que não estudam e não trabalham está entre as famílias com renda familiar inferior a dois salários mínimos (CASTRO; TORRES; FRANÇA, 2013, p.3).

De acordo com a análise supracitada, 58,3% dos jovens que não trabalham, nem estudam, pertencem a famílias de baixa renda (menos de dois salários mínimos), implicando uma ligação da renda com a ausência desses jovens nas salas de aula. Além disso, “os indicadores do baixo desempenho

escolar praticamente não se alteraram na comparação entre 1999 e 2011, apesar dos esforços realizados pelo setor público nesse campo” (CASTRO; TORRES; FRANÇA, 2013, p.5).

2.7.1 A participação da família no desempenho escolar do aluno

Sobre a participação da família na aprendizagem e na vida escolar do aluno, estudos realizados por Chechia e Andrade (2005) Polonia e Dessen (2005) e Varani e Silva (2010) abordam questões relacionadas à influência da família na aprendizagem, e apontam que a família pode ser vista como incentivadora do bom desempenho escolar, ou, caso não haja interesse por parte dos pais (e/ou responsáveis) quanto à vida acadêmica de crianças e jovens, estes podem ter prejudicada a sua produtividade, em decorrência de perceberem uma provável desvalorização da educação por parte da família.

Polonia e Dessen (2005, p.309) pontuam que existe a crença de que “pais de nível socioeconômico inferior não estão preocupados com seus filhos, adotando frequentemente uma postura negligente e pouco participativa”. Devido à postura pouco participativa, pode-se entender que, talvez, não haja preocupação evidente no sentido de incentivar os filhos a estudar, a ler e a realizar as tarefas escolares. Contudo, as autoras ressaltam que nem sempre isso ocorre, pois, alguns pais, a despeito das barreiras culturais, baixa escolaridade e baixo padrão econômico, se interessam pela aprendizagem dos filhos.

A pesquisa de Varani e Silva (2010) mostra que embora a família seja fundamental no processo de desenvolvimento integral do aluno, ela não pode assumir sozinha a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, pois segundo as autoras, inúmeros fatores sociais, políticos, econômicos e culturais influenciam neste desempenho.

2.8 Políticas Estaduais Para Incentivar a Permanência e/ou Retorno à Escola

Principal programa de educação do Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), o Escola 10, implantado no início de 2017, estabelece que todo estudante da rede pública estadual de ensino que tiver frequência mínima de 80% nas aulas receberá um valor mensal de R\$ 100.

Já aqueles que retornaram às aulas presenciais receberão R\$ 500; e os concluintes do ensino médio serão premiados com R\$ 2 mil. Os benefícios são cumulativos e o mesmo aluno pode se enquadrar em categorias de incentivo diferentes.

O programa busca garantir que todos os alunos da rede pública estejam alfabetizados em língua portuguesa e matemática até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, reduzir os índices de analfabetismo e de evasão escolar, além de diminuir a distorção idade-série e propiciar aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

No Ensino Médio – redes estadual, municipais e privada – a nota para o estado passou de 3,1 em 2015 para 3,5 em 2017. Nesse caso, Alagoas subiu 11 posições no ranking nacional, deixando a última posição para ocupar o 16º lugar. Já no Ensino Médio da rede pública estadual, saiu da 26ª posição em 2015 para a 20ª posição em 2017.

Um dos resultados mais importantes obtidos pelo Escola 10 foi o salto de qualidade apontado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018 e 2020, com a divulgação dos números do IDEB referentes a 2017 e 2019.

2.9 Escolas de Bairros com Baixo IDHM e as Avaliações do IDEB

2.9.1 Colégio Tiradentes Polícia Militar

Instituição educacional pertencente à Rede Estadual de Ensino, criado através da Lei 5.332, datada de 10/abril/1992, oferta a Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos termos da legislação educacional vigente, está localizado na Avenida Roberto Pontes Lima, nº 208-E, bairro Trapiche da Barra, no município de Maceió CEP 57.010-385, com CNPJ Nº 04.457.619/0001-80, endereço virtual ee.tiradentes@educ.al.gov.br e telefone (82)3315-1499, ministra a Educação Básica, nos níveis de Ensino Fundamental II e Ensino Médio funcionando em (02) dois turnos das 8:00 às 18:00.

A escola efetivamente trabalha a partir de ações para a permanência desse alunado, como também mobilizar a comunidade através de campanhas de conscientização que visem estimular os jovens da comunidade a ingressarem na escola, terem acesso a como e por que pensar em seu projeto de vida, e conseqüentemente planejá-lo, ou seja, vislumbrar o resultado de cada passo

dado a médio e longo prazo, de forma consistente. Para tanto a escola tem um grande desafio em virtude da realidade socioeconômica das famílias.

Atualmente, a escola tem 781 alunos matriculados, o que corresponde a 100% da sua capacidade. Assim, torna-se imprescindível para atingir as metas estabelecidas no plano de ação, bem como garantir que todos os jovens acessem a escola e nela permaneçam para a efetivação do seu projeto de vida.

2.9.2 Escola Estadual Deputado Rubens Canuto

Instituição educacional pertencente à Rede Estadual de Ensino, criada pela Resolução nº 18/2017, homologada pela Portaria 465/2018-SEDUC/AL, oferta a Educação de Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos termos da legislação educacional vigente, está localizado na Avenida Gurgury, S/N, Cj. Benedito Bentes 2 – Bairro Benedito Bentes no município de Maceió CEP 57.084-050 com CNPJ Nº 00.773.778/0001-33, endereço virtual ee.rubenscanuto@educ.al.gov.br e telefone (082)3342-0338, ministra a Educação Básica, nos níveis de Ensino Fundamental II e Ensino Médio funcionando em (02) dois turnos das 8:00 às 18:00.

A escola efetivamente trabalha a partir de ações para a permanência desse alunado, como também mobilizar a comunidade através de campanhas de conscientização que visem estimular os jovens da comunidade a ingressarem na escola, terem acesso a como e por que pensar em seu projeto de vida, e consequentemente planejá-lo, ou seja, vislumbrar o resultado de cada passo dado a médio e longo prazo, de forma consistente. Para tanto a escola tem um grande desafio em virtude da realidade socioeconômica das famílias.

2.10 Educação Militar

Segundo a Abril Educação (2020),

A educação militar em todo o país é marcada como um ensino progressista e de extrema qualidade. As escolas militares são instituições que possuem como principal objetivo preparar seus alunos para a vida em sociedade, formando cidadãos eticamente corretos que são guiados pelos valores e pelas tradições da educação militar.

Os colégios militares oferecem todo o seu ensino fundamental e médio dependente de militares, militares licenciados e professores da sociedade civil fazem parte do quadro de funcionários dessas instituições. Para os professores civis é necessário a aprovação em concurso público e no caso de militares acontece uma análise de currículo e entrevista que viabilizam esses profissionais para fazerem

parte da instituição e assim iniciarem no ensino militar dessas escolas. (ABRIL EDUCAÇÃO, 2020)

2.10.1 Escolas cívico-militares

De acordo com a Abril Educação (2020)

Seguindo um objetivo semelhante, apenas com algumas diferenças pedagógicas, surgiram as escolas cívico-militares. As escolas cívicas militares são instituições que seguem preceitos militares de conduta, mas no quesito ensino a responsabilidade é exclusiva de profissionais da área pedagógica. Comportamentos e disciplina são pontos cobrados por militares que ficam como seus responsáveis.

Nessas instituições a presença e atuação de militares na área administrativa é certa, mas na área pedagógica a interferência deles ainda é algo muito discutida.

O currículo dos profissionais de ensino é determinado pela Secretaria de Educação assim como o plano de ensino também passa pela secretaria. Esse ensino é uma mescla entre escolas tradicionais e militares formando assim instituições com cobranças comportamentais puxadas para o lado militar só que com alguns pontos principalmente no ensino que puxam para o lado das escolas cívicas tradicionais. (ABRIL EDUCAÇÃO, 2020)

2.10.2 Colégio Tiradentes x disciplina militar

Segundo Madeiro (2020),

A presença militar não é a única diferença do colégio. No currículo, uma disciplina difere das demais instituições: a CSR (continência e sinais de respeito). "Ela abrange os cânticos e hinos e a ordem unida —que é aprendido da marcha, dos comandos de pé firme, desfiles etc."

Apesar da inclusão da matéria no currículo, o colégio é como outra escola qualquer no ensino. "O único ponto que diferencia da rede estadual é a hierarquia e disciplina, que são exigidas. 90% dos professores são da rede pública, poucos são militares.

No Colégio Tiradentes, há um limite de 27 alunos por turma. Todo aluno passa por análise de comportamento, o que pode resultar em uma saída compulsória da escola, eles podem ser convidados a deixar a escola. Entre os alunos, há pontuação decrescente e promoções por mérito. Todo aluno começa recebendo dez pontos, que podem ser descontados em caso de advertências ou mau desempenho com notas. Se ao fim do ano ele não permanecer com ao menos cinco deles, vai ao conselho escolar, que pode decidir por sua retirada do colégio.

Mas, à medida que os alunos tiram boas notas, eles passam a disputar ascensões de patentes, como na hierarquia militar.

A pontualidade também é exigida à risca. O aluno tem de chegar com até 30 minutos após o início da aula, senão fica fora. Namoro entre alunos e celulares dentro da escola não são permitidos. Os livros, ao fim do ano letivo, devem ser devolvidos, sob pena de não ter a matrícula renovada.

"Na Olimpíada Brasileira de Física, entre as escolas públicas, o Colégio foi responsável pelo melhor resultado de Alagoas e o quinto do Brasil. Das 29 medalhas de alunos do estado, 19 foram do Colégio. Todas as sete de ouro também."

Além disso há um enorme rigor com a questão do bullying, se há uma brincadeira que seja ofensiva. (MADEIRO, C. 2020, UOL Educação.

2.11 Definição das Variáveis

Para Núñez Flores (2007),

“[...] a variável é tudo o que vai ser medido, controlado e estudado em uma investigação, é também um conceito classificatório. Pois assume valores diferentes, que podem ser quantitativos ou qualitativos. e também pode ser definido conceitualmente e operacionalmente”. (Núñez Flores, 2007, p. 167)

Sua importância nas palavras de Martínez Mediano (2004),

Sua importância está associada à validade do construto, uma correta operacionalização previne tanto a inclusão de mensurações que não contribuem com informações substantivas ao objeto de estudo, como o esquecimento de elementos importantes, contribuindo assim para a validade do construto. Em outras palavras, garante coerência entre as variáveis envolvidas nas hipóteses de trabalho e as porções da realidade passíveis de medição; assim “analisando e desagregando os atributos e dimensões dos conceitos ganha em materialidade e favorece a precisão na medição” (Martínez Mediano, 2004).

Tabela 4 - Operacionalização das Variáveis

VARIÁVEL	CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES	INSTRUMENTO
Uma correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.	Para Bussab e Morettin (2010) correlação é qualquer relação dentro de uma ampla classe de relações estatísticas que envolva dependência entre duas variáveis. Embora seja comumente denotada como a medida de relação entre duas variáveis aleatórias, correlação não implica causalidade.	1 - IDHM	-Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros em destaque; -Qualidade de vida dos bairros: -Evolução do Índice Educação; -Evolução do Índice Longevidade; -Evolução do Índice Renda.	1-Aplicação de questionários: a) Gestor Estadual de Educação; b) Gestor Municipal de Assistência Social; c) Gestor Administrativo Colégio Tiradentes Polícia Militar; d) Gestor Pedagógico Colégio Tiradentes Polícia Militar; e) Gestor Geral Escola Estadual Deputado Rubens Canuto; f) Professores do Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto.
		2 - IDEB	-Proficiência na Prova Brasil; -Aproveitamento Escolar; -Evolução do Aprendizado; -Evolução das Notas de Português e Matemática; -Fluxo escolar;	2-Análise documental do SAEB/INEP 2022 e Censo Escolar INEP 2022.

Fonte: Elaboração da Autora, 2023.

A Tabela de Operacionalização das Variáveis clarifica os indicadores de cada dimensão com o objetivo de verificar a existência de correlação entre o IDHM e o IDEB apresentado por duas instituições educacionais do município de Maceió, o Colégio Tiradentes Polícia Militar que apresenta sucessivos resultados de proficiência acima do esperado e a Escola Estadual Deputado Rubens Canuto que apresenta repetidos resultados aquém das metas para ela estabelecidas.

As duas instituições educacionais estão situadas em bairros considerados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil como de baixo desenvolvimento humano

apesar da evolução observada no município no período de 2012 a 2021 e, que de acordo com os estudiosos do problema decorrente da baixa proficiência em Língua Portuguesa e Matemática apresentado pelos estudantes moradores em bairros periféricos de IDHM baixo seria normal que os alunos destas unidades apresentassem rendimento e notas abaixo das metas estipuladas pelo IDEB.

Diante do exposto, a dimensão que aborda a qualidade de vida nos bairros contempla os indicadores da evolução de índices vitais para a aferição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM presente nos dois bairros objeto deste estudo.

E, no tocante à dimensão IDEB, os indicadores abordam pontos cruciais como proficiência, aproveitamento escolar, evolução do aprendizado, evolução das notas e fluxo escolar, que proporcionarão uma radiografia das duas entidades para que seja estabelecida a correlação entre o IDHM e o IDEB apresentado pelo Colégio Tiradentes Polícia Militar e a Escola Estadual Deputado Rubens Canuto tornando, de conhecimento público, os fatores que motivam diferentes resultados nas avaliações de conhecimentos.

CAPITULO III - MARCO METODOLÓGICO

Os aspectos metodológicos que orientam este estudo de acordo com Gil (1999), caracterizam-se pela utilização de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que buscam atingir o conhecimento. Para que o conhecimento seja reconhecido como científico é obrigatório que os passos seguidos sejam identificados possibilitando, assim, a sua verificação, ou seja, determinar o método que tornou possível chegar ao conhecimento desejado.

As principais características da investigação no que refere ao enfoque, nível de profundidade, tipo de desenho adotado, população, instrumentos, técnica e procedimentos para coleta, análise apresentação, interpretação e discussão dos dados serão demonstrados neste capítulo.

3.1 Enfoque da pesquisa

Para a realização deste estudo optamos pelo enfoque quantitativo, a partir da investigação e coleta de dados, por meio de identificação e mensuração numérica e/ou estatística e, para que assim possa ser analisado tais dados, na intenção de apontar resultados que possam identificar a correlação entre o IDHM e o IDEB apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

Destarte, destaca-se que para a realização da pesquisa com enfoque quantitativo, deve-se utilizar algumas características científicas específicas. Segundo Mussi (2020), a pesquisa quantitativa apresenta indicadores reais, com evidências e experiências imediatistas, onde o principal interesse de tal pesquisa é o coletivo e possui as características, predominantemente, do grupo. Sendo assim, “Essa dinâmica promove em seu interior o fortalecimento da estatística, diante da sua potencialidade na análise de dados e possibilidade de inferência, pedindo apenas o respeito à variabilidade aleatória amostral” (MINAYO; SANCHES, 1993. Apud Mussi, 2020.p.419).

Logo, a abordagem quantitativa visa um processo de generalização, onde a amostra receberá a responsabilidade de apresentar os resultados gerais da população.

Para Mussi (2020), a pesquisa quantitativa pode não dar a resposta ou solução para todas as problemáticas sociais, entretanto, consegue oferecer

importantes informações quanto a amostra populacional, sendo possível, portanto, a generalização do estudo. Deste modo,

A qualidade dos estudos quantitativos apresenta importante proximidade com a complexidade do modelo estatístico, do nível de planejamento, da variação e assertividade na seleção das variáveis, dos instrumentos aplicados e da fundamentação teórica que permitirão a melhor análise da hipótese. (MUSSI, 2020. p.419).

Assim sendo, entende-se que a pesquisa quantitativa buscar identificar, o máximo possível, a partir dos dados apresentados, as possíveis soluções a partir de uma amostragem, qual vai servir de base para análise da população.

3.2 Nível de Profundidade da Pesquisa

O estudo aborda um nível de profundidade correlacional procurando esclarecer as situações enfrentadas pelos alunos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto do município de Maceió, estado de Alagoas/Brasil no ano letivo de 2021, no período que antecedeu a aplicação das provas de conhecimentos SAEB que culminaram com o índice IDEB de 3,0 muito aquém da meta estipulada de 5,0 para a unidade escolar.

Para Damásio (2023) o método de pesquisa correlacional é um tipo de pesquisa científica que busca entender a relação entre duas ou mais variáveis. Esse método é útil porque permite ao pesquisador identificar padrões e relações entre as variáveis em uma amostra.

A correlação pode ser medida por meio de uma série de técnicas estatísticas, incluindo o coeficiente de correlação de Pearson e a correlação de Spearman. Essas técnicas podem ser usadas para avaliar a força e a direção da relação entre as variáveis

Neste sentido, o estudo procura identificar a correlação técnica entre o IDHM e o IDEB apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

Por outro lado, o estudo busca entender o que fez de diferente outra unidade escolar, no mesmo período letivo, situada em outro bairro com as mesmas características socioeconômicas para que seus alunos obtivessem resultados expressivos nas mesmas provas aplicadas pelo SAEB atingindo índice de proficiência, de acordo com o IDEB, acima da meta estipulada para o

Colégio Tiradentes Polícia Militar, também do município de Maceió, no Estado de Alagoas/Brasil.

3.3 Desenho da Pesquisa

Considerando a inserção da situação escolar em estudo direcionado para uma pesquisa de campo com enfoque quantitativo, o que, de certa forma evidencia de imediato o desenho de pesquisa a ser desenvolvida, fato que na opinião de Silva (2018, p.7). Logo, opta-se pelo processo transversalidade da pesquisa, com levantamento de dados.

Segundo, Zangirolami, R.; Echeimberg e Leone (2018), o desenho do corte transversal pode ser utilizado para análise de investigações científicas com a objetividade de obter o máximo de dados científicos, possíveis, os quais possibilitarão, ao final da pesquisa, conclusões confiáveis e palpáveis, as quais possibilitarão novas pesquisas, a partir de novas hipóteses sugeridas. Assim,

Tanto nos estudos analíticos, que buscam estabelecer relações e/ou associações entre dois ou mais fenômenos (denominados variáveis no processo de análise), quanto nos estudos descritivos, que têm como escopo apenas a descrição detalhada e organizada de um ou mais fenômenos, a garantia da qualidade dos dados necessários para estudo decorre, além da sistematização e da padronização dos métodos de coleta, também da estratégia adotada para a sua obtenção, o que se denomina o delineamento ou, mais corretamente, o desenho de estudo. (Zangirolami, R.; Echeimberg e Leone, 2018.p.1).

Zangirolami, R; Echeimberg e Leone (2018), ratificam que a análise de múltiplas variáveis também pode ser realizada a partir do desenho do corte transversal. Logo, os autores destacam inúmeras vantagens da utilização deste tipo de desenho na pesquisa, como a maior agilização temporal para a realização da mesma, menor custo, assim como menores possíveis perdas quanto a observação, as quais podem ser diretas dos fenômenos estudados.

Logo, destaca-se que o corte transversal na pesquisa científica de nível descritivo se apresenta com bastante utilidade na mesma, mesmo assim, se deve ter cautela e bom senso em sua utilização nas pesquisas, haja vista que a investigação científica necessita, o máximo possível, de confiabilidade, observação e cuidado em sua execução.

Elucida-se, portanto, que o desenho da pesquisa é, Segundo Silva (2023), a relação indissociável entre técnica, teoria, conhecimento e caracterização do

objeto, porém, ela não é uma fórmula acabada, sendo que pode e deve variar mediante as perspectivas das diversificadas esferas e/ou áreas do conhecimento.

Há nesse sentido uma dupla associação a ser feita com relação aos desenhos de pesquisa. Por um lado, eles estão relacionados a uma dimensão mais geral que se refere ao diálogo teórico no qual a pesquisa se insere. Nesse sentido, o desenho de pesquisa trata de questões teóricas e, mais remotamente, das suas associações de cunho filosófico ou metateórico. Essa dimensão receberá o nome aqui de “dimensão ampla”. Por outro lado, os desenhos de pesquisa encaminham uma série de procedimentos que o pesquisador deve cumprir. (SILVA, 2023. p.8).

Assim sendo, a partir do levantamento de dados nesta pesquisa, pode-se fazer a relação direta entre o arcabouço teórico com os dados, em si, levantados, da pesquisa. Sem que ocorra qualquer tipo de intervenção empírica ou subjetiva da pesquisadora.

3.4 Considerações Éticas

Em atendimento a resolução 466/12 está assegurada o anonimato de todas as pessoas pesquisadas na enquete. Ademais, será respeitada a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, na qual, a ética na pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

Para isto, será necessária a permissão das instituições de ensino na qual estão inseridos, através de uma carta de apresentação, com a autorização para cada local. Além disso, os instrumentos elaborados serão submetidos a prova de validade de três doutores da área de educação indicados pela orientadora bem como avaliação do comitê científico da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC e somente após validação dos mesmos, estes instrumentos serão aplicados.

Segundo a Res. 466/2013 “considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade. O pesquisador deve fazer o exercício da alteridade colocando-se no lugar do sujeito participante para detectar possíveis riscos, que podem ser físicos, morais, psicológicos etc.”. A obrigatoriedade de autorização para a pesquisa envolvendo contato com os participantes não interfere no que se refere à parte da pesquisa bibliográfica ou documental.

Os participantes que serão convidados a fazer parte do estudo receberão informações detalhadas dos objetivos da pesquisa, métodos, benefícios, riscos

e importância deste estudo, forma de participação e orientação quanto ao preenchimento do questionário, será também esclarecido que poderão retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhum tipo de constrangimento ou coerção uma vez que serão participantes voluntários. Após estarem devidamente esclarecidos, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em duas vias, o qual será elaborado em conformidade com os princípios da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS para pesquisas envolvendo seres humanos, buscando atender criteriosamente aos aspectos éticos, por isso serão seguidos todos os trâmites para desenvolvimento de pesquisa na área de saúde. Os participantes do estudo receberão uma cópia do referido Termo assinada pela autora.

Segundo a Resolução 466/2012, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, obtém-se a anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa. O TCLE é um dos mais importantes documentos do protocolo e deve ser redigido em linguagem acessível aos sujeitos participantes.

De acordo com a Resolução 466/2012, ao pesquisador cabe “manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP”.

3.5 População

Segundo Souza (2020, p.31) “denominamos população ou universo estatístico o conjunto de todos os elementos que estão sendo investigados em uma pesquisa. Quando a pesquisa é censitária todos os elementos da população são investigados. ”

A população participante deste estudo compreende o Gestor Estadual de Educação e da Assistência Social, os Gestores e os Professores das disciplinas objeto das provas aplicadas pelo SAEB, no ano escolar de 2021, das Escolas participantes do Estudo totalizando um quantitativo de 30 participantes.

3.5.1 Definição da população

A população supramencionada é definida como se segue:

Âmbito Institucional: a população, objeto de pesquisa abrange o Gestor Estadual de Educação e da Assistência Social, os Gestores e os Professores do Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto da rede pública estadual do município de Maceió no estado de Alagoas / Brasil.

Alcance humano: a população em estudo envolve 30 pessoas.

Tempo de incidência transversal: 2021 / 2023

Unidades amostrais humanos: 01 Gestor Estadual de Educação, 01 Gestor Estadual da Assistência Social; 01 Gestor, 02 Coordenadores e 10 professores do Colégio Tiradentes Polícia Militar; 01 Gestor, 03 Coordenadores e 11 professores da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto.

Tamanho da População: a população é composta pelos Gestores Estadual da Educação e Municipal da Assistência Social, no total de 02 Gestores; e 02 Gestores, 31 professores do Colégio Tiradentes Polícia Militar, no total de 33 profissionais da educação; e 01 Gestor, e 11 professores da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, no total 12 profissionais da educação.

Quadro 2: Tamanho da população

GRUPOS DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE	NÚMERO DE PARTICIPANTES		
		COL.TIRADENTES PM	E.E.DEP.RUBENS CANUTO
Gestor Estadual de Educação	01		
Gestor Municipal Assist. Social	01		
Docentes		31 Profissionais	11 Profissionais
Gestores		02 Profissionais	01 Profissionais
Total	02	33	12

Fonte: própria – 2023

Quadro 3: Descrição da população pesquisada / amostra

GRUPOS DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Gestor Estadual de Educação	01
Gestor Municipal de Assistência Social	01
Gestores das Escolas sob estudo	03
Professores das Escolas sob estudo	45
Total	47

Fonte: própria – 2023

3.5.2 Critérios de inclusão

Os critérios para inclusão na amostra serão o de eleger por aceitação, os atores diretamente envolvidos no problema, tais como: Gestores (as) Estadual da Educação, da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Colégio Tiradentes Polícia Militar e da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto; professores (as) das Instituições de Ensino participantes do Estudo que estejam gozando de saúde plena para ler e responder às perguntas dos questionários.

3.5.3 Critérios de exclusão

Os critérios observados para exclusão da amostra serão identificar aqueles atores, diretamente envolvidos, que não se sintam em perfeitas condições físicas e mentais para responder às perguntas dos questionários.

3.6 Hipóteses

3.6.1 Hipótese primária:

O baixo rendimento escolar apresentado pelos alunos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, na prova IDEB 2021, quando correlacionado com o rendimento dos alunos do Colégio Tiradentes Polícia Militar, tem uma correlação positiva com a rigidez das normas disciplinares adotadas por cada escola e negativa com o baixo IDHM do entorno das Instituições de Ensino.

3.6.2 Hipóteses secundárias:

- A insuficiência de políticas públicas municipais no entorno da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto acentuou as dificuldades de assimilação dos conteúdos ministrados resultando na baixa proficiência dos (as) alunos (as) na Prova SAEB;
- A evasão escolar e/ou as faltas constantes às aulas pode ser apontada como consequência da carência de políticas públicas municipais que elevem a qualidade de vida dos residentes no entorno da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto;
- A metodologia utilizada pelos (as) professores (a) da Escola Estadual Rubens Canuto não foi adequada para que os (as) alunos (as) lograssem obter melhor pontuação na Prova SAEB;

3.7 Técnicas, Instrumentos e Procedimentos Para Coleta de Dados.

Em se tratando de um estudo com enfoque quantitativo, as técnicas e instrumento de coleta de dados utilizadas foram a entrevista do tipo semiestruturada. Para GIL (2008.p.109), “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. ”

3.7.1 Instrumento de coleta de dados.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de questionários com perguntas fechadas e manifestação de opinião pessoal que seguiram um roteiro de perguntas previamente estabelecidas. Gil (2002), destacamos que a entrevista semiestruturada também permite que o entrevistador retome a questão original ao perceber desvios, ao passo que o entrevistado tem a liberdade de falar abertamente sobre o assunto elencado.

3.7.2 Técnica de coleta de dados

A coleta de dados envolve determinar a população que deverá ser pesquisada, a elaboração dos instrumentos para coleta e a programação da coleta. De acordo com Pereira, (2018, p.42) “As técnicas são procedimentos que operacionalizam os métodos. Para todo método de pesquisa, correspondem uma ou mais técnicas. Estas estão relacionadas com a coleta de dados, isto é, a parte prática da pesquisa. ”

Para SAMPIERI; COLLADO e LUCIO (2013), o autopreenchimento é uma técnica que reduz ou evita induções ou viés ao se registrar as informações, dos participantes em entrevistas semiestruturadas ou aplicação de questionários. Assim, os entrevistados responderão às perguntas preestabelecidas no roteiro da entrevista, garantindo maior precisão no registro de suas respostas.

3.7.3 Procedimentos de coleta de dados

Para a coleta de dados foram observados os métodos de procedimentos. “Os métodos de procedimento, também chamados de específicos ou discretos, estão relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos pelo

pesquisador dentro de determinada área de conhecimento. ” (PRODANOV, 2013, p.36)

Isto posto:

A pesquisadora visitou o Colégio Tiradentes Polícia Militar situado no bairro Trapiche da Barra e a Escola Estadual Deputado Rubens Canuto localizada no bairro Benedito Bentes, ambos no município de Maceió, estado de Alagoas, e realizou os procedimentos de pesquisa abaixo:

- Procurou a Secretaria de Estado da Educação a fim de obter autorização para realização da pesquisa nos estabelecimentos escolares estaduais;
- Entrou em contato com o Gestor Estadual da Educação para prestar-lhe as devidas explicações acerca do estudo e convidá-lo a participar da entrevista entregando-lhe o respectivo roteiro;
- Entrou em contato do o Gestor Estadual de Assistência Social para prestar-lhe as devidas explicações acerca do estudo e convidá-lo a participar da entrevista entregando-lhe o respectivo roteiro;
- Entrou em contato com a equipe diretiva dos dois estabelecimentos educacionais para agendar visitas;
- Encontrou com os gestores dos estabelecimentos educacionais para prestar-lhes as devidas explicações acerca do estudo, entregar-lhes o roteiro das entrevistas;
- Encontrou com os docentes que participaram do período letivo de 2021, convidados a participar da pesquisa, para devida explicações sobre o estudo e entregar-lhes do roteiro da entrevista;
- Compareceu nos dias agendados para aplicação das entrevistas;
- Organizou os dados das entrevistas de acordo com o grupo da população da amostra para a devida análise.

3.8 Procedimento Para Análise dos Dados

Concluída a coleta de informações/dados, procedeu-se à análise de documentos, os quais foram submetidos a uma triagem analítica, em seguida foram tabuladas as respostas de acordo com as categoria e codificação das inferências e variáveis com foco no objeto de estudo.

Os dados obtidos/coletados dos participantes do estudo no Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió – Alagoas / BR foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. A autora ainda salienta que a análise do conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras.

Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. No processo de escolha de categorias foram adotados os critérios semântico (temas associados ao sentido). Este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em duas etapas: inventário (onde isolam-se os elementos comuns) e classificação (onde divide-se os elementos e impõem-se organização).

Uma vez ordenados e classificados, os dados foram tabulados para proceder a sua análise temática. Por fim, se desenhou os quadros para representar os resultados com suas respectivas interpretações.

3.8.1 Procedimentos para a apresentação, interpretação e discussão de dados

Para a interpretação dos dados, foram consideradas como base as inferências relacionadas aos tópicos dimensionais deste projeto.

- ✓ A interpretação foi efetivada a partir da tabulação dos dados e desenhados os quadros a eles relacionados;
- ✓ Para a interpretação pedagógica foram revisados dado por dado segundo cada objetivo específico, procurando assim, possíveis conexões e relações que direcionem as interpretações acerca do fenômeno investigado;
- ✓ Estabeleceu-se uma relação entre o referencial teórico e as bases conceituais para encontrar a explicação pedagógica dos resultados colhidos na pesquisa, assim como a experiência com os conhecimentos já acumulados sobre o objeto de investigação.

- ✓ Executadas a análise e interpretação, divulgam-se as explicações dos resultados da pesquisa e selecionam-se as análises mais representativas para a conclusão do estudo.

3.9 Apresentação e Discussão dos Resultados

A análise dos dados efetuada a partir da revisão da literatura, da pesquisa documental, do levantamento de dados recolhidos com o instrumento questionário aplicado aos Gestores Estaduais da Educação e da Assistência Social do Estado de Alagoas, com os Gestores e Professores do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Tiradentes Polícia Militar e da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

O processamento da análise dos dados foi efetuado em 3 etapas. A primeira etapa compreendendo o levantamento dos dados, elaboração do questionário direcionado para os Secretários, Gestores e Professores, definição da amostra, tabulação e análise do teste piloto, revisão do questionário, aplicação dos questionários, coleta de dados, codificação e tabulação dos dados, bem como o processamento e análise dos dados com análise estatística e correlacional.

A segunda etapa compreendeu o levantamento documental, com definição do material para análise, elaboração de ficha documental, preenchimento da ficha, codificação e tabulação dos dados, bem como o processamento e análise dos dados.

A terceira etapa compreendeu a observação por meio de visita às escolas, elaboração da ficha de observação para caracterização dos educandários, teste piloto, coleta de dados com o preenchimento da ficha de observação, codificação e tabulação dos dados, além de finalmente efetuar o processamento e análise dos dados.

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1 Exposição e Análise dos Resultados

4.1.1 Análise documental

A pesquisa documental relativa à análise da SAEB/INEP, aos resultados da Prova Brasil aplicada nos estabelecimentos de ensino escolhidos para desenvolver este estudo demonstrou que, não obstante estarem os estabelecimentos de ensino situados em bairros classificados como de baixo IDHM – Significa dizer que dimensões como Renda da População, Saúde/Longevidade e Educação utilizadas para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos seus moradores está abaixo do desejado - apresentaram resultados altamente discrepantes como se pode observar na sequência:

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar – taxa de aprovação -

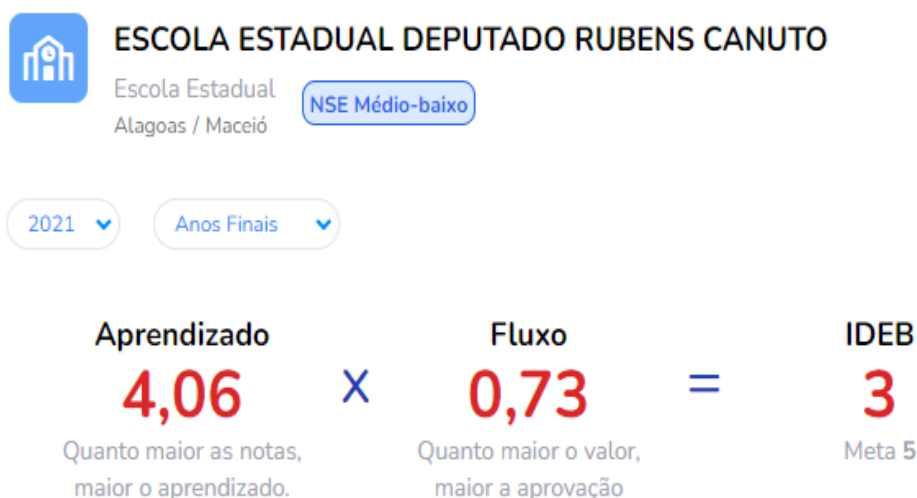
Quadro 04 – Proficiência na Prova Brasil – Ideb (CTPM)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

Os (as) estudantes do Colégio Tiradentes Polícia Militar obtiveram o Ideb de 6,2 para uma meta estipulada, em função do desempenho nas provas anteriores, de 5,8.

Quadro 05 – Proficiência na Prova Brasil – Ideb (EEDRC)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

Os (as) estudantes da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto alcançaram o Ideb 3,0 para uma média estipulada de 5,0.

Quadro 06 – Aproveitamento Escolar Prova Brasil – (CTPM)



9º ano

68%

Português

51%

Matemática

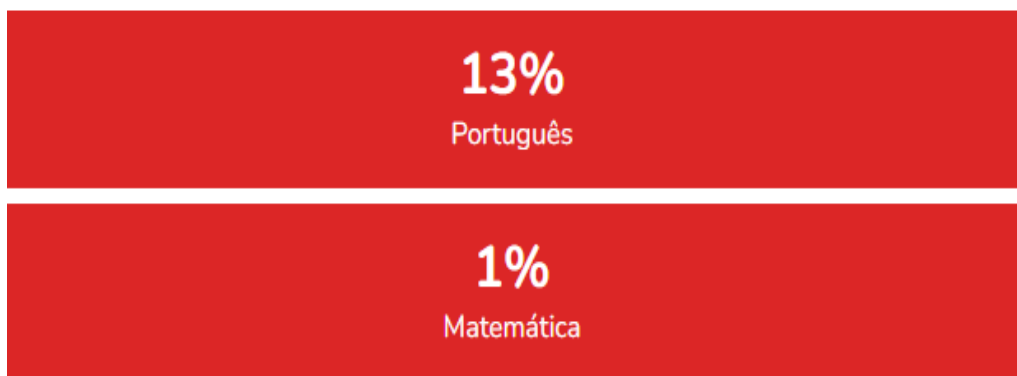
Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O quadro revela que os (as) estudantes do CTPM apresentaram aproveitamento de 68% na prova de Português e de 51% na prova de Matemática.

Quadro 07 – Aproveitamento Escolar Prova Brasil – (EEDRC)



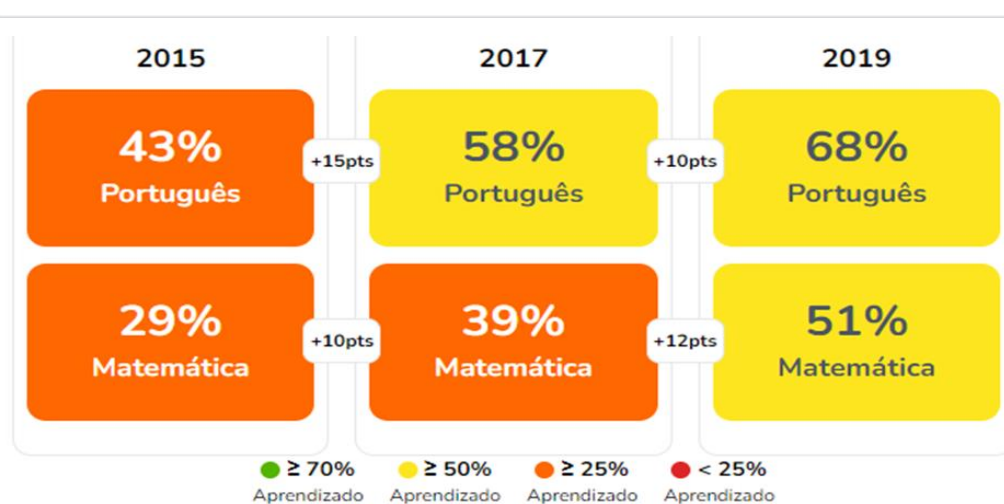
9º ano



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

Neste quadro observamos que os alunos da EEDRC obtiveram aproveitamento de 13% na prova de Português e de apenas 1% na prova de Matemática.

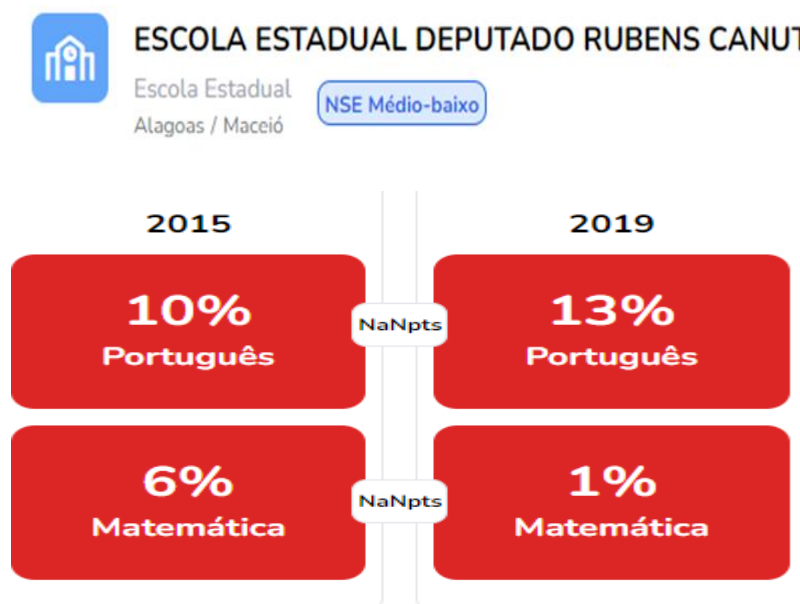
Quadro 08 – Evolução do Aprendizado Prova Brasil – (CTPM)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O quadro acima revela que os (as) estudantes do CTPM apresentam melhorias crescentes, ao longo dos últimos anos, nas provas de Português e Matemática.

Quadro 09 - Evolução do Aprendizado Prova Brasil – (EEDRC)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

Os dados aqui registrados mostram que os (as) alunos (as) da EEDRC não vêm apresentando aproveitamento adequado nas provas de Português e Matemática.

Quadro 10– Interesse dos Pais com o que Acontece na Escola – (CTPM)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

A pesquisa feita com os (as) alunos (a) do CTPM, pela Prova Brasil, retrata que 26% das mães possuem ensino superior; que 42% dos pais se interessam em saber o que acontece na escola e 27% dos (as) alunos (as) leem livros diferentes dos indicados para aprendizagem no Colégio.

Quadro 11 – Interesse dos Pais com o que Acontece na Escola – (EEDRC)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

As respostas oferecidas pelos (as) alunos (as) da EEDRC mostram que 5% das mães cursaram o ensino superior; 28% dos pais mostram interesse pelo que acontece na escola e 22% leem livros que não são das matérias.

Quadro 12 – Indicador de Aprendizado Prova Brasil – (CTPM)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O quadro registra além da nota padronizada obtida pelos (as) estudantes do CTPM a média de proficiência separada por disciplina.

Quadro 13 – Indicador de Aprendizado Prova Brasil – (EEDRC)



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

Neste quadro pode ser observada além da nota padronizada alcançada pelos (as) estudantes da EEDRC a média de proficiência separada por disciplina.

Quadro 14 – Metas de Evolução do IDEB Para o CTPM



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

No quadro acima pode ser verificado que as metas para evolução do Ideb apresentam crescimento constante no período avaliativo de 2007 a 2021.

Quadro 15 – Metas de Evolução do Ideb Para a EEDRC



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O quadro acima aponta que para a EEDRC foram atribuídas as mesmas metas de evolução do Ideb no período de 2007 a 2021.

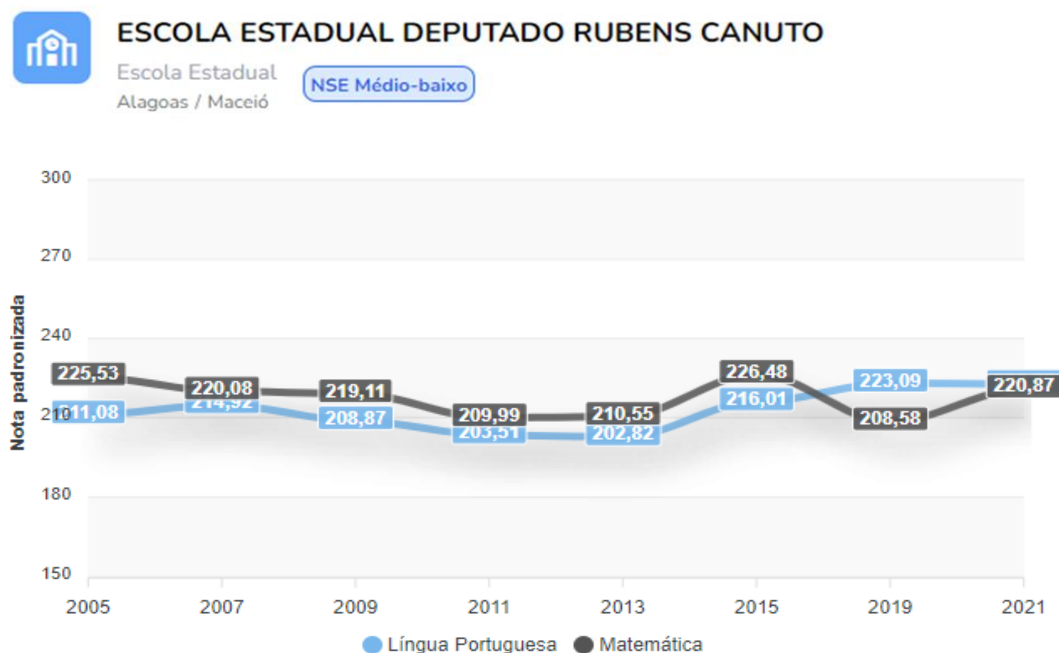
Quadro 16 – Evolução das Notas de Português e Matemática do CTPM



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O Quadro 16 acima evidencia que a proficiência em língua portuguesa e matemática apesar de apresentar pequenas oscilações foi crescente ao longo dos anos.

Quadro 17 - Evolução das Notas de Português e Matemática da EEDRC.



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O Quadro 17 retrata que durante o período avaliativo, de 2007 a 2021, não houve evolução na proficiência de matemática e insignificante evolução na de língua portuguesa.

Quadro 18 – Percentual de Alunos (as) Aprovados (as) no CTPM

COLEGIO TIRADENTES POLICIA MILITAR
Escola Estadual
Alagoas / Maceió **NSE Médio-alto**

2021

Anos Finais

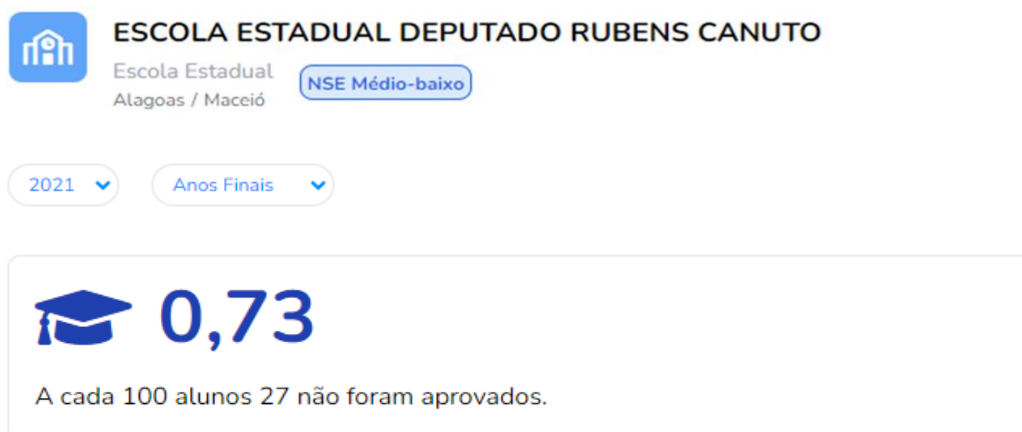
0,99

A cada 100 alunos 1 não foram aprovados.

Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O Quadro 18 reflete o ótimo trabalho desenvolvido no CTPM indicando apenas uma não aprovação a cada 100 alunos que chegaram ao ano final do Ensino Médio.

Quadro 19 – Percentual de Alunos (as) Aprovados (as) na EEDRC



Fonte: SAEB/INEP, 2022.

O índice registrado no Quadro 19 revela que inobstante os esforços despendidos pelos (as) educadores (as) da EEDRC a cada 100 estudantes que chegaram ao final do Ensino Médio 27 não lograram obter aprovação.

Quadro 20 – Infraestrutura Disponível CTPM



Fonte: Censo Escolar, 2022, INEP.

O Quadro 20 mostra que o CTPM possui a infraestrutura padrão das escolas estaduais em Alagoas.

Quadro 21 – Infraestrutura Disponível EEDRC



Fonte: Censo Escolar, 2022, INEP.

O quadro 21 evidencia que a EEDRC disponibiliza aos seus estudantes a mesma infraestrutura do CTPM com algumas melhorias de acessibilidade.

4.1.2 Análise das respostas com a aplicação de questionários

Através dos instrumentos questionários, Anexos III, IV, V, VI, VII e VIII, a população incluída no estudo: Secretário de Assistência Social do Município de Maceió; o Gestor Administrativo do CTPM; o Gestor Pedagógico do CTPM; 31 Professores do CTPM; o Gestor Geral da EEDRC; e 11 Professores da EEDRC, respectivamente, externaram suas opiniões acerca da implementação de políticas públicas para elevação dos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e das avaliações de proficiência dos estudantes, das instituições eleitas para análise técnica, obtidas nas provas do SAEB e utilizadas para efeito classificatório no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

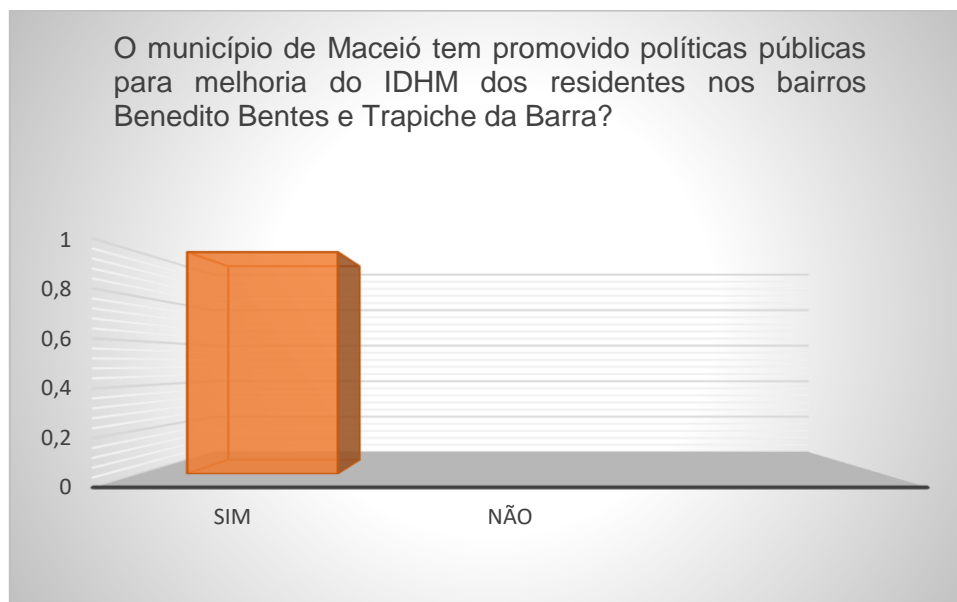
4.1.2.1 O gestor de assistência social do município de Maceió

Consideramos relevante, para o desenvolvimento deste estudo, o posicionamento deste gestor acerca das implementações das políticas públicas com o objetivo de alavancar e melhorar os indicadores das dimensões do desenvolvimento humano como: longevidade, educação e renda.

O primeiro questionamento dirigido ao Gestor de Assistência Social, Anexo III, foi para que ele esclarecesse se o Município de Maceió tem promovido políticas públicas para melhoria do IDHM da população residente nos bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra.

A resposta do Sr. Gestor está representada no gráfico 01, abaixo:

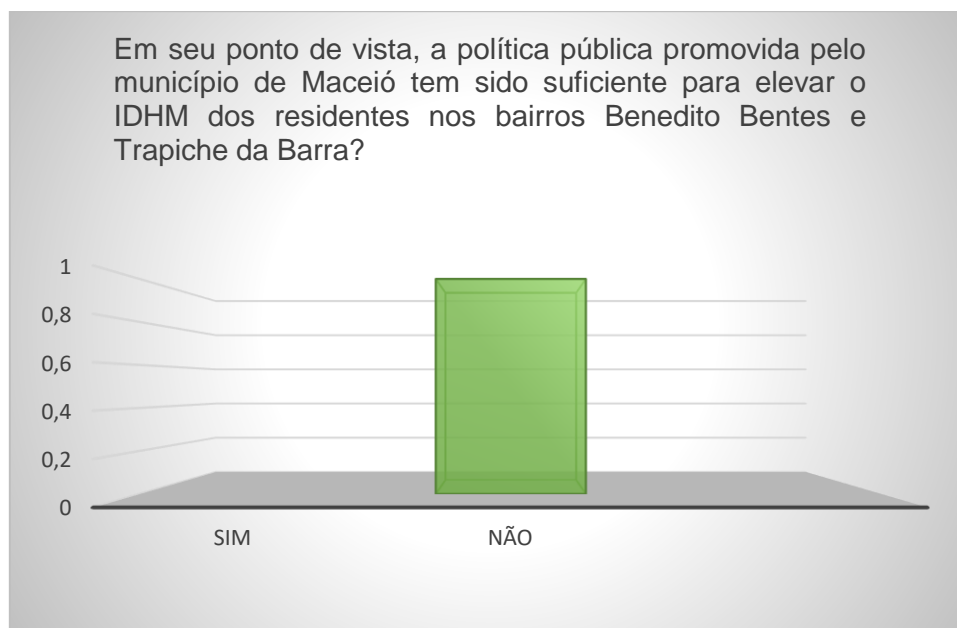
Gráfico 01



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

O segundo questionamento teve como objetivo identificar se as políticas públicas levadas a efeito pela municipalidade de Maceió têm sido suficientes para elevar o IDHM dos residentes nos Bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra. A resposta do questionado está representada no gráfico 02, abaixo:

Gráfico 02



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

A pergunta de número 03 dirigida ao participante foi para que ele respondesse se, como gestor da pasta de assistência social tem visitado os bairros citados para conhecer a realidade e as necessidades dos seus moradores e apresentado projetos de políticas públicas para a apreciação do executivo municipal com vistas a atender as necessidades mais urgentes dos bairros? Sua resposta está representada no gráfico 03, abaixo:

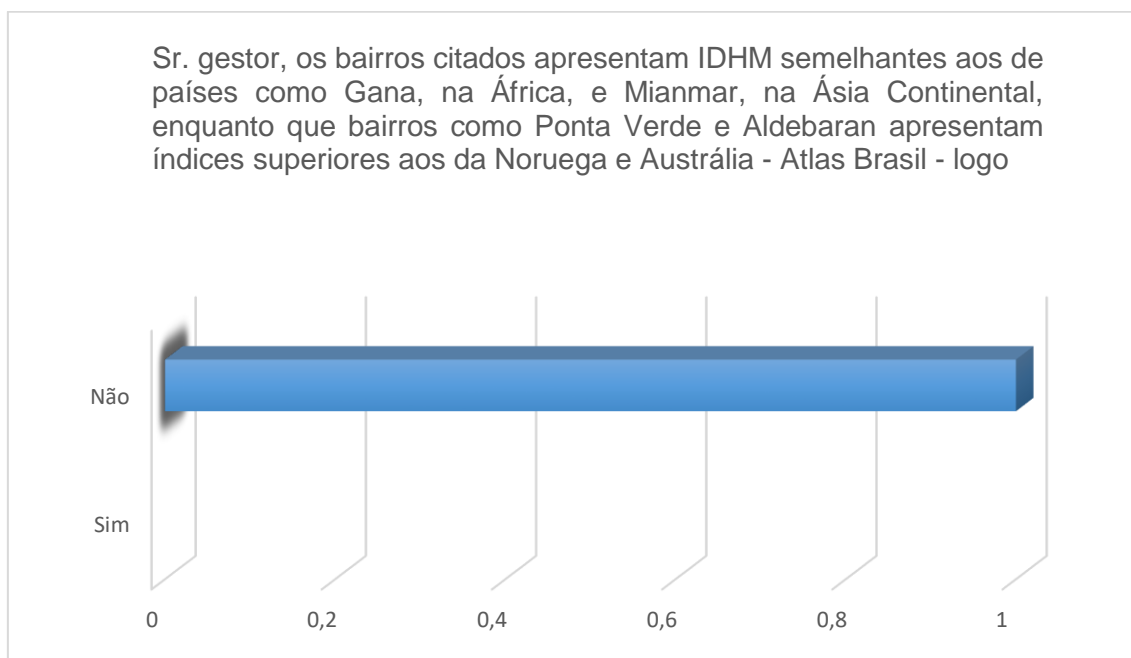
Gráfico 03



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

No questionamento seguinte perguntamos: “Sr. Gestor, os bairros citados apresentam IDHM semelhantes aos de países como Gana, na África, e Mianmar, na Ásia Continental, enquanto que bairros como Ponta Verde e Aldebaran apresentam índices superiores aos da Noruega e Austrália – dados publicados pelo Atlas Brasil – logo, este fato, pode ser explicado que o município de Maceió tem priorizado a adoção de políticas públicas com maior intensidade nestes bairros? Retratamos no gráfico 04, abaixo, a resposta do participante.

Gráfico 04



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Encerrando nossos questionamentos solicitamos a opinião do participante a respeito das análises realizadas pelo Atlas Brasil demonstrando que desde a criação do IDHM o município de Maceió vem apresentando crescimento do Índice, subiu de posição no ranking nacional, mas ainda está abaixo da média do Brasil devido ao lento desenvolvimento humano. Isto pode ser explicado pela necessidade de investimentos com enfoque em bairros como Benedito Bentes e Trapiche da Barra para melhorar a qualidade de vida da população neles residentes? A opinião do Sr. Gestor está registrada no gráfico número 05, abaixo:

Gráfico 05



Fonte: Elaboração da Autora. 2023..

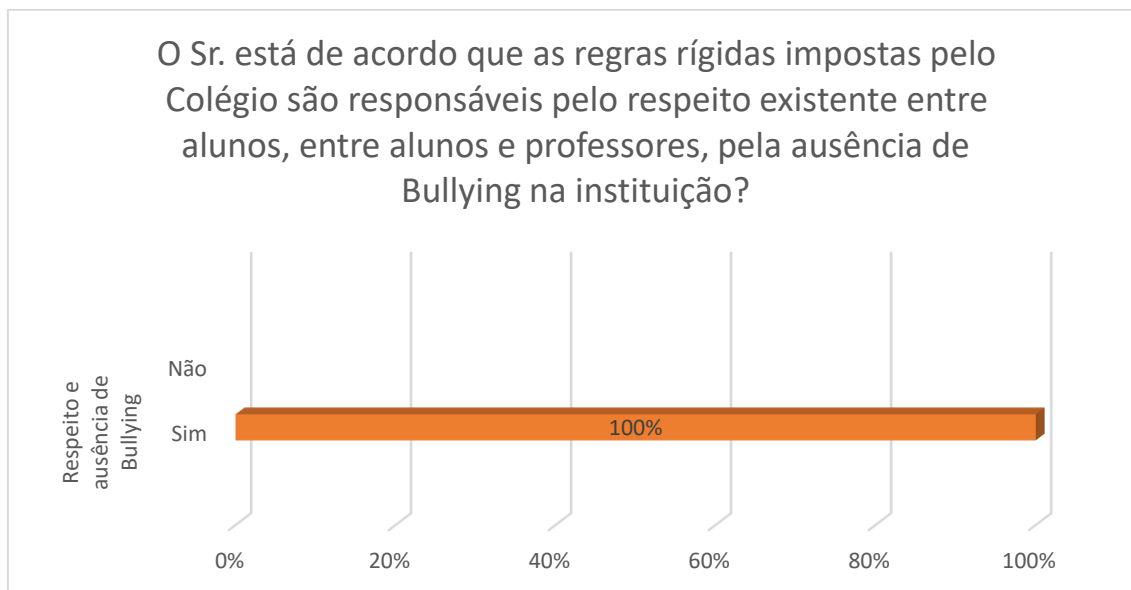
4.1.2.2 O gestor administrativo do Colégio Tiradentes Polícia Militar

Os questionamentos do Anexo IV, dirigidos ao gestor administrativo do CTPM, responsável pela Instituição de Ensino que tem sistematicamente superado as metas estabelecidas pelo IDEB, buscam subsídios que auxiliem no entendimento das ações desenvolvidas no âmbito do CTPM e que possam auxiliar as demais Instituições a também atingir o mesmo êxito.

No primeiro questionamento ao Sr. gestor administrativo procuramos saber a sua opinião sobre o sistema disciplina posto em prática pela Instituição:

“O Sr., em sua opinião, concorda que as regras rígidas impostas pelo Colégio são responsáveis pelo respeito existente entre alunos, entre alunos e professores, pela ausência do famigerado *bullying* na instituição? A resposta dada pelo participante está expressa no gráfico 06, abaixo:

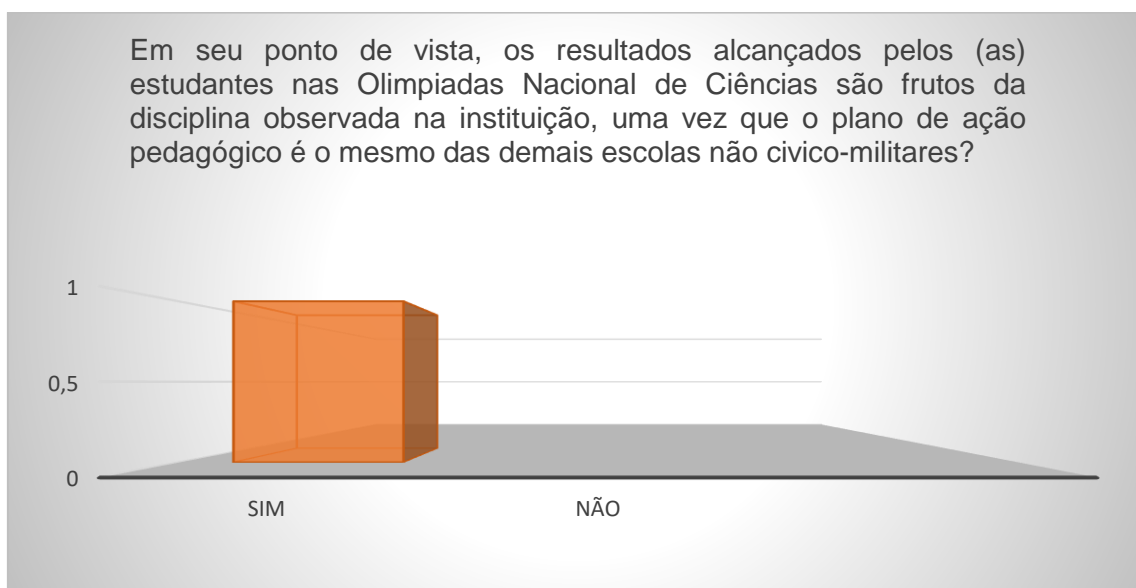
Gráfico 06



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Ainda a respeito do regime disciplinar, solicitamos a opinião do Sr. gestor sobre os resultados obtidos pelo alunado da Instituição: “Em seu ponto de vista, os resultados alcançados pelos (as) alunos (as) do ensino médio nas Olimpíadas Nacional de Ciências – ONC são frutos da disciplina observada na Instituição, uma vez que o plano de ação pedagógico é o mesmo das demais escolas não cívico-militares? A resposta está retratada no gráfico 07, abaixo:

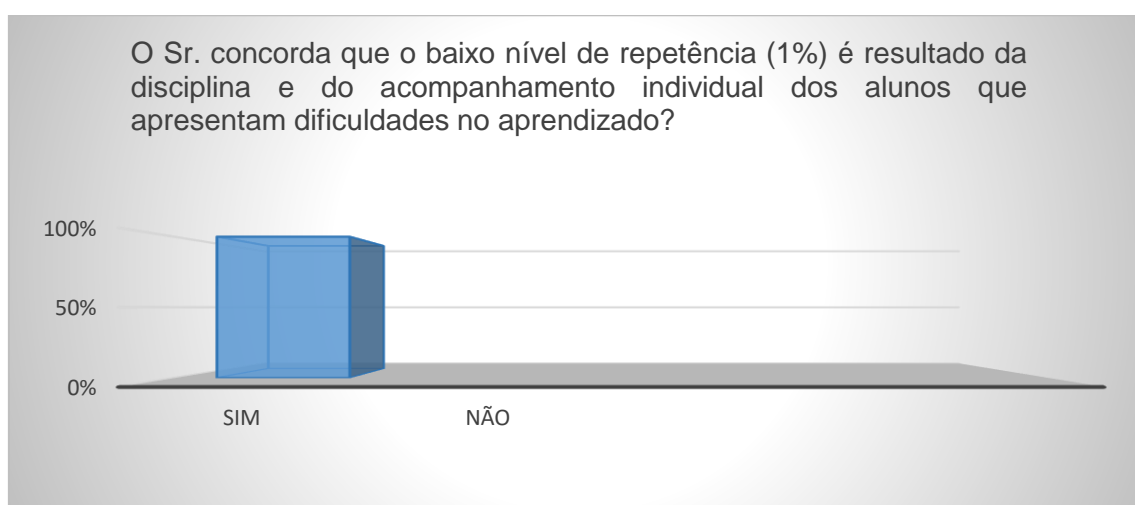
Gráfico 07



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

Questionamos, ainda, o Sr. gestor administrativo do CTPM a respeito do ótimo índice de aprovação observado na Instituição por ser um componente da maior importância na apuração do IDEB: “O Sr. concorda com a afirmação “o baixo nível de repetência” no ensino médio da Instituição – uma repetência para cada 100 alunos –, aproveitamento de 99%, é resultado da disciplina e do acompanhamento individual dos alunos que apresentam dificuldades no aprendizado? A resposta está registrada no gráfico 08, abaixo:

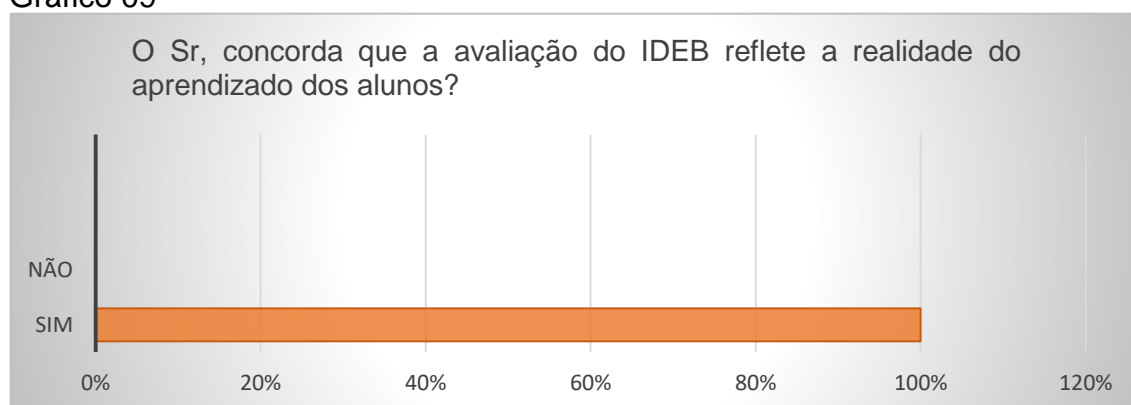
Gráfico 08



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

Questionamos o participante sobre a sua concordância a respeito das avaliações do IDEB: “O Sr., em sua opinião, concorda que a avaliação do IDEB reflete a realidade do aprendizado dos alunos? Segundo o participante é necessária organização pedagógica e sua opinião está no gráfico 09, abaixo:

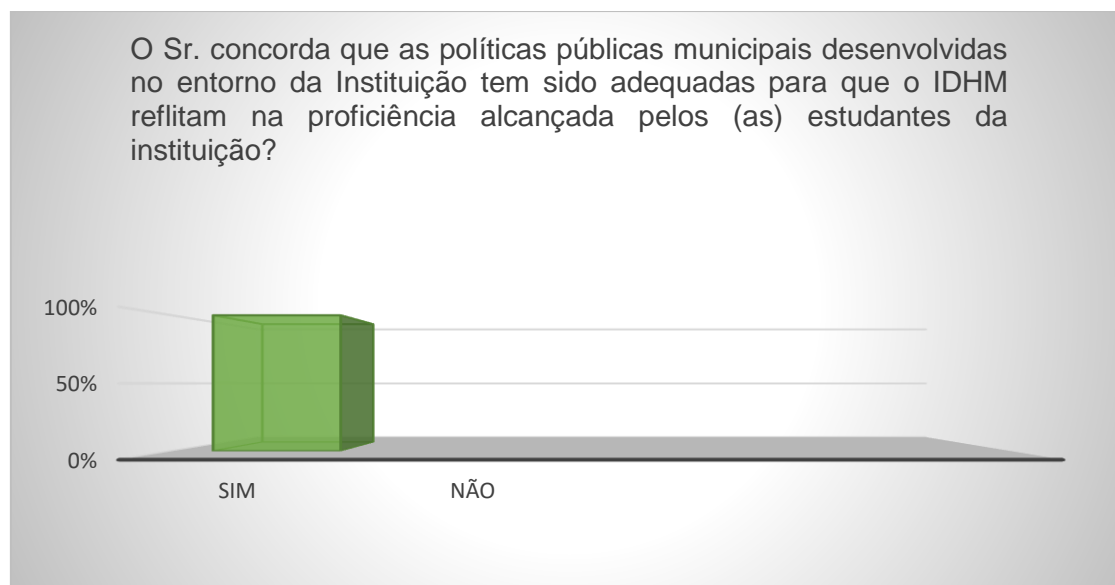
Gráfico 09



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

Perguntamos, ainda, ao participante: “O Sr. concorda que as políticas públicas municipais desenvolvidas no entorno do Colégio Tiradentes têm sido adequadas para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM reflitam na proficiência alcançada pelos (as) estudantes da instituição? ” O participante justificou que as políticas públicas colaboram com a formação cidadã/social e, sua opinião está expressa no gráfico 10, abaixo:

Gráfico 10

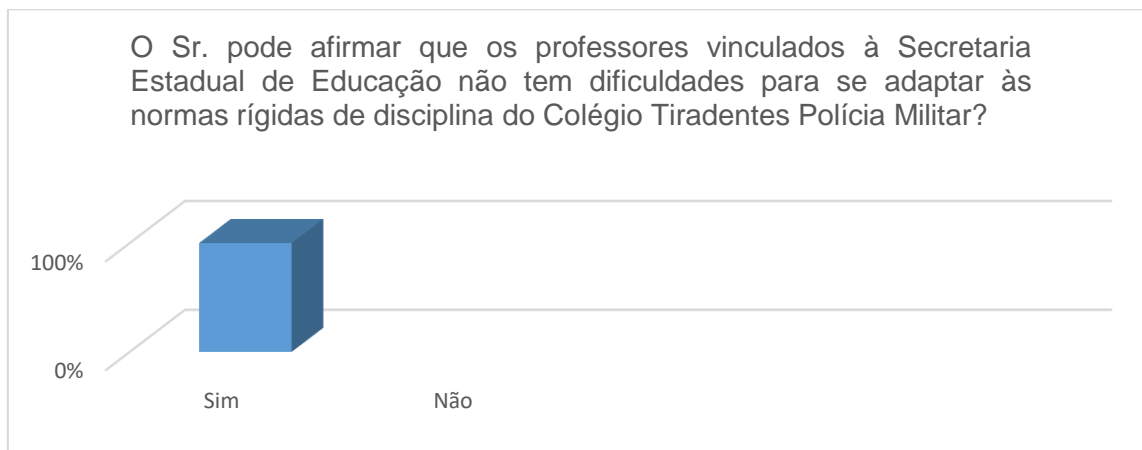


Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

4.1.2.3 O gestor pedagógico do CTPM

Os questionamentos do Anexo V estão direcionados ao gestor pedagógico da Instituição de Ensino. No CTPM esta função é exercida exclusivamente por pedagogos e profissionais de educação, diferente da administrativa e de conduta que são exercidas por militares. Sabendo-se dos resultados positivos alcançados pelo alunado nas avaliações do IDEB e da rigidez disciplinar observada no CTPM, inicialmente procuramos investigar se o corpo de professores, originários da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, encontraram dificuldades para adaptação ao regime disciplinar: “O (A) Sr. (a), pode afirmar que os (as) professores (as) vinculados à Secretaria Estadual de Educação não têm dificuldades em se adaptar às regras rígidas de disciplina do Colégio Tiradentes Polícia Militar? A resposta está expressa no gráfico 11, abaixo:

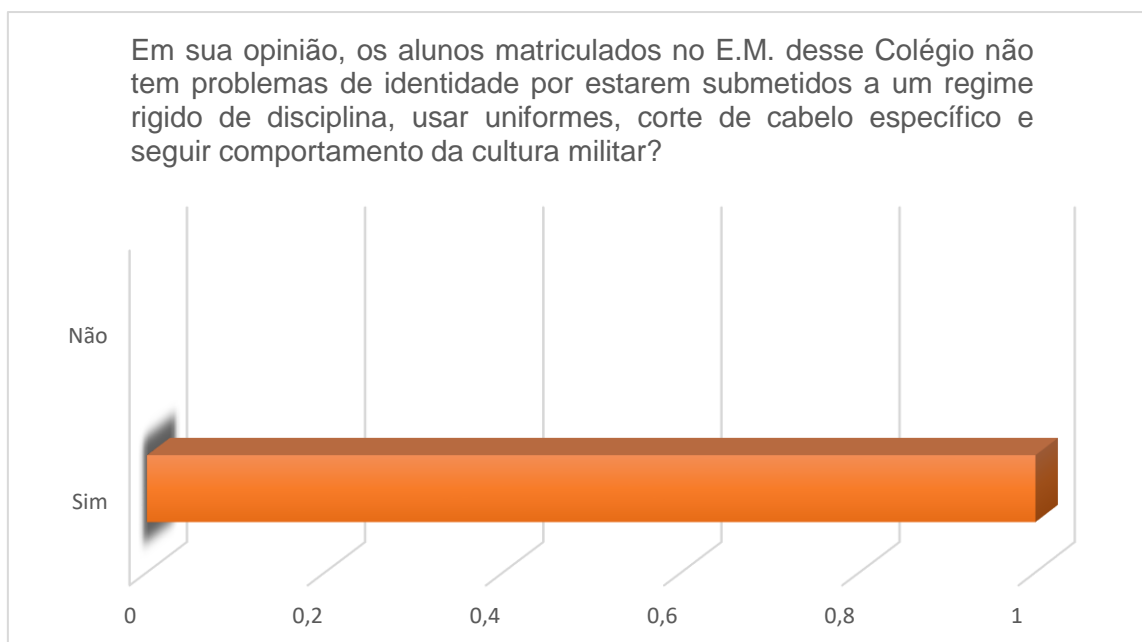
Gráfico 11



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

O segundo questionamento dirigido ao gestor pedagógico faz referência à adaptação dos estudantes ao sistema disciplinar da Instituição: “Em sua opinião, os (as) alunos (as) matriculados no ensino médio do Colégio Tiradentes não têm problemas de identidade por estarem submetidos (as) a um regime rígido de disciplina, usar uniformes, corte de cabelos específicos e seguir comportamentos da cultura militar? “. A resposta está registrada no gráfico 12, abaixo:

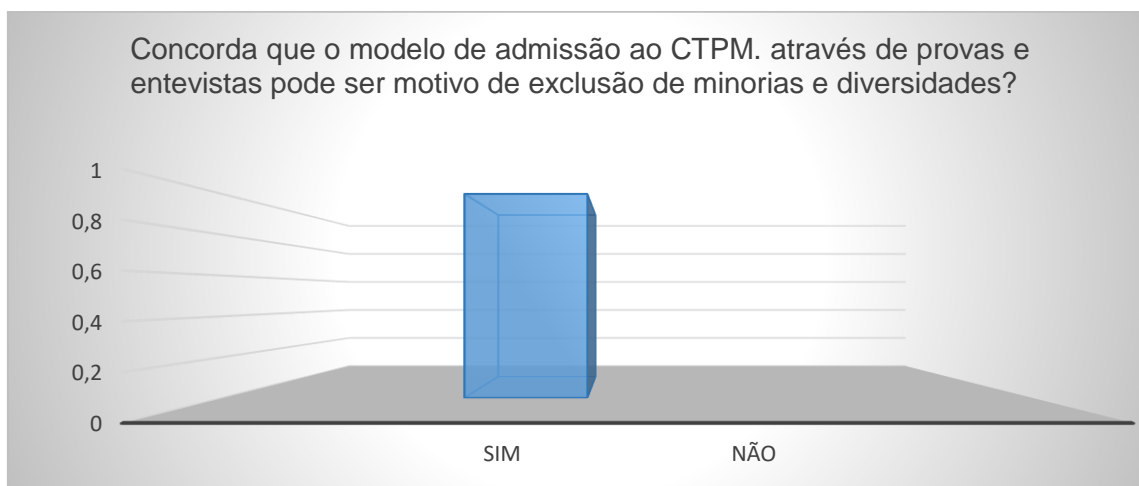
Gráfico 12



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Gestores e professores de escolas públicas não cívico-militares tem criticado a forma de admissão de alunos no CTPM, em razão dessas críticas, questionamos o gestor pedagógico quanto à sua concordância: “O (A) Sr. (a) concorda que o modelo de admissão ao Colégio Tiradentes, por meio de prova de conhecimentos e entrevistas de perfil pode ser considerado motivo de exclusão de minorias e diversidade? A resposta está expressa no gráfico 13, abaixo:

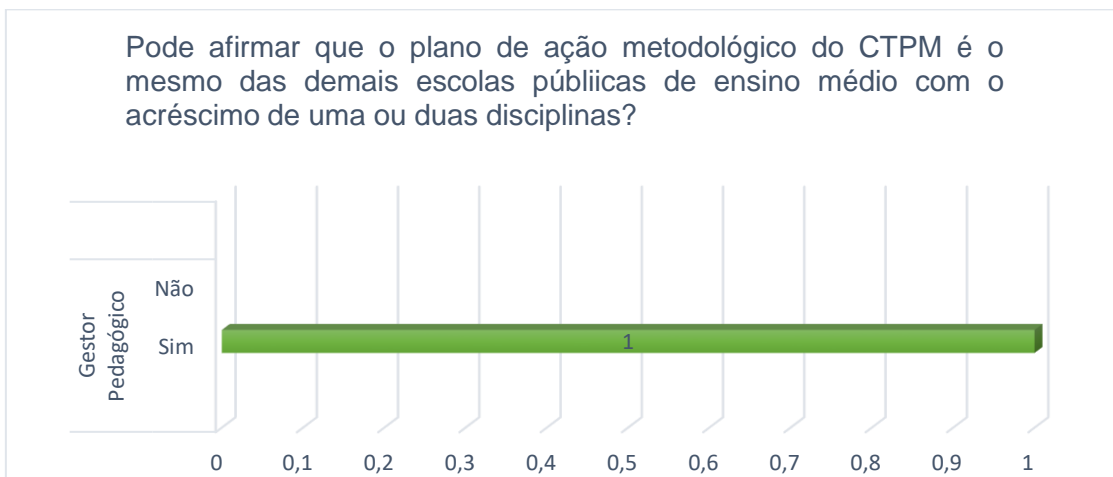
Gráfico 13



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Em razão da proficiência dos estudantes do CTPM nas avaliações do IDEB, considerando que o IDHM do bairro de localização da Instituição é semelhante ao do bairro da escola, na qual os estudantes não conseguem ter o mesmo desempenho nas avaliações, questionamos se, realmente, o plano de ação metodológico empregado no CTPM é o mesmo das outras escolas públicas: “O (A) Sr. (a) pode afirmar que o plano de ação metodológico posto em prática pelo Colégio Tiradentes é o mesmo das demais escolas públicas de ensino médio, com exceção do acréscimo de uma ou duas disciplinas? ”. A resposta está registrada no gráfico 14, abaixo, e acrescentou que a única disciplina que é acrescentada ao plano de ação pedagógico é: Continência e Sinais de Respeito – CSR.

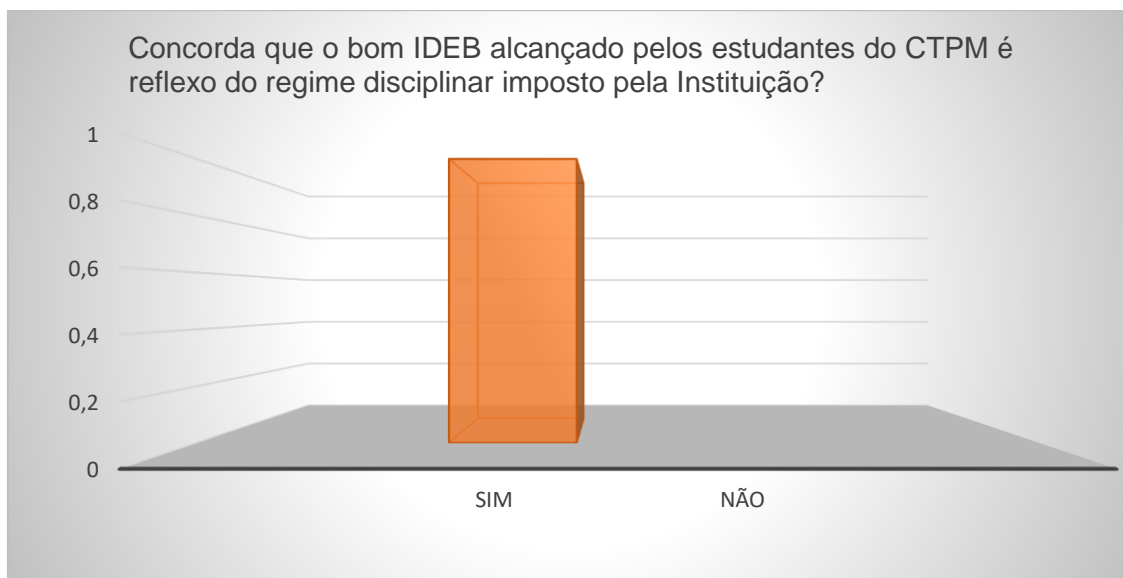
Gráfico 14



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

Finalizando as questões dirigidas ao gestor pedagógico foi lhe perguntado se a boa proficiência dos alunos do CTPM na avaliação do IDEB é resultante do regime disciplinar da Instituição de Ensino: “O (A) Sr. (a) concorda que o bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB alcançado pelos (as) alunos (as) do ensino médio matriculados no Colégio Tiradentes é reflexo do regime disciplinar imposto pela instituição?” À sua resposta, registrada no gráfico 15, abaixo, e acrescentou que o cumprimento das normas escolares de regime interno fez a diferença.

Gráfico 15 – Questionário aplicado ao gestor pedagógico do CTPM



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

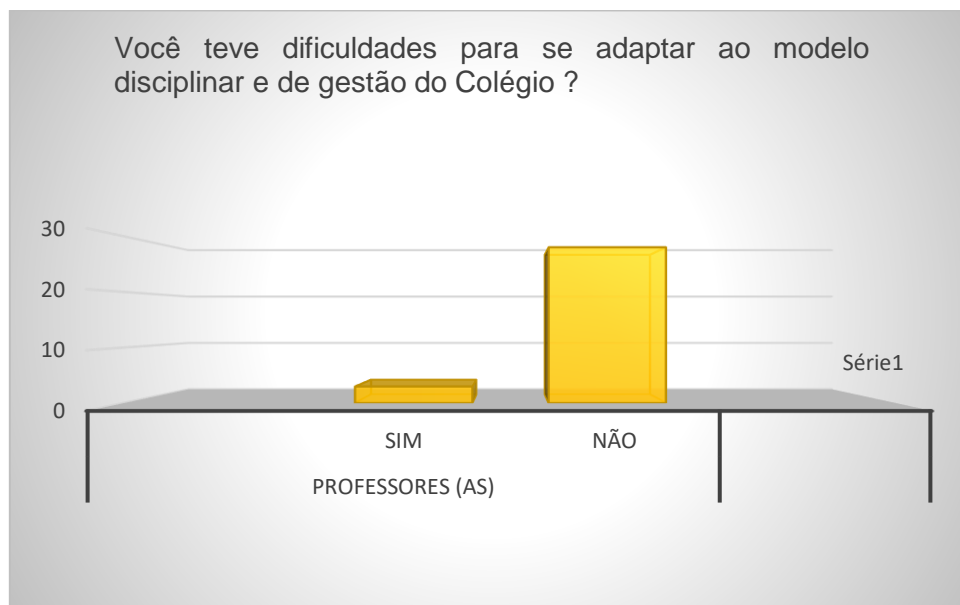
4.1.2.4 Os professores do CTPM

As perguntas elaboradas para serem apresentadas aos professores do CTPM, Anexo VI, tem o objetivo de questionar os profissionais que estão em contato direto com os estudantes e por isso mesmo detêm a melhor percepção das dificuldades por eles apresentadas, quer seja de relacionamentos com os colegas e/ou professores, disciplinares ou de aprendizagem.

Por outro lado, sendo os professores oriundos da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas não estão acostumados com regimes disciplinares mais rígidos, assim como, não tem vínculos empregatícios com entidades militares.

Isto posto, o primeiro questionamento dirigido aos 31 professores participantes do estudo foi relacionado com a adaptação ao sistema disciplinar do CTPM: “Você teve dificuldades para se adaptar ao modelo disciplinar e de Gestão do Colégio Tiradentes? “. A esta questão 30 (trinta) participantes responderam que não tiveram dificuldades; 01 (um) participante respondeu que sentiu dificuldades. O gráfico de número 16, abaixo, ilustra as respostas.

Gráfico 16

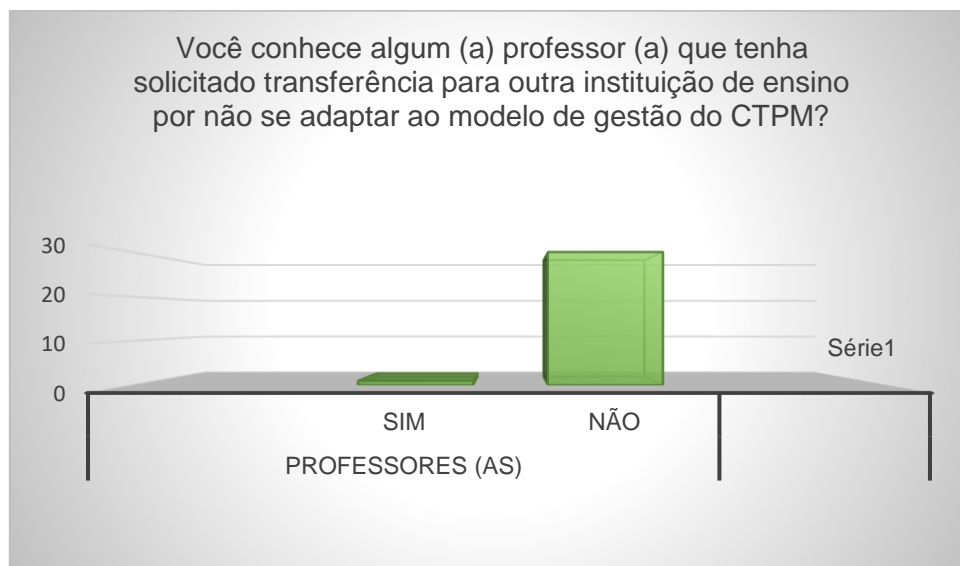


Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Reforçando ainda, a questão de adaptação, foi perguntado aos professores; “Voce conhece algum (a) professor (a) que tenha solicitado transferência para outra instituição de ensino por não se adaptar ao modelo de Gestão do Colégio Tiradentes? A esta questão 30 (trinta) professores

responderam negativamente e, 01 (um) professor respondeu afirmativamente, conforme registrado no gráfico 17, abaixo:

Gráfico 17



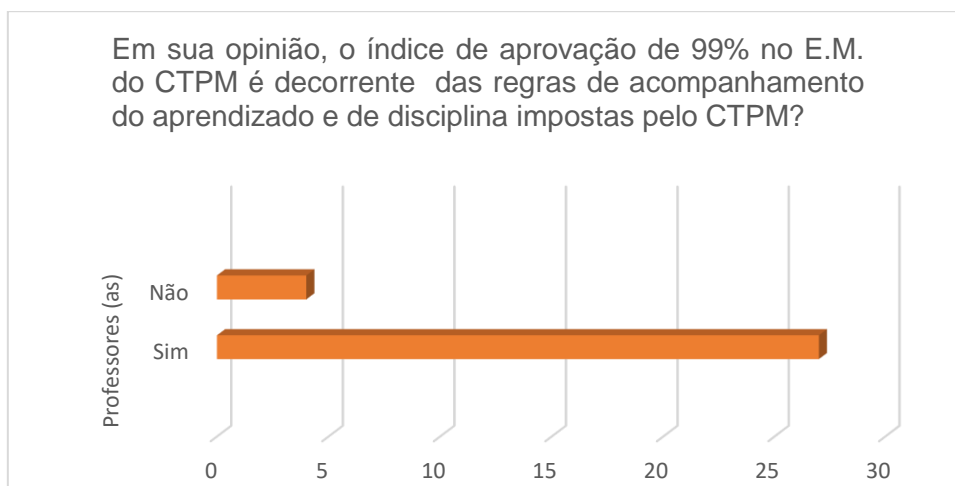
Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Os participantes foram questionados a respeito do ótimo percentual de aprovação dos alunos do ensino médio – 99% (noventa e nove por cento) – se de fato, este percentual, decorre das regras de acompanhamento dos alunos com dificuldades e aprendizado e da observância das normas disciplinares: “Em sua opinião, o fato de no Colégio Tiradentes ter sido observado um índice de aprovação no ensino médio igual a 99% (apenas uma reprovação a cada cem alunos) é decorrente das regras de acompanhamento das dificuldades de aprendizado dos alunos (as) e de disciplina impostas pela instituição de ensino?”.

As respostas oferecidas por 27 (vinte e sete) participantes são afirmativas e, 04 (quatro) participantes responderam que não.

No gráfico de número 18 (abaixo) pode ser visualizada as respostas dadas pelos participantes.

Gráfico 18



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Os professores participantes foram questionados sobre a veracidade de uma crítica ao sistema cívico-militar alegando que os alunos da Instituição que apresentem dificuldades de aprendizado são convidados a procurar outra escola: “Voce concorda com a afirmação de que os alunos que apresentam dificuldade de aprendizado e necessitam de maior atenção são convidados a deixar o Colégio Tiradentes?”

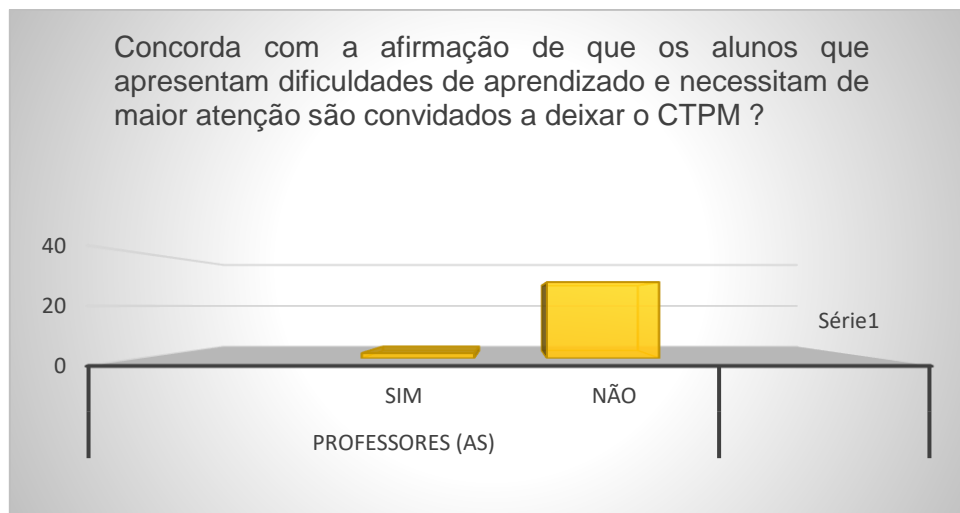
A este questionamento 29 (vinte e nove) participantes responderam que não concordam com a afirmação e, 02 (dois) responderam que sim. Os professores participantes apresentaram justificativas para embasar suas respostas:

- Porque o objetivo do colégio no processo de ensino e aprendizagem é voltado para inclusão, trabalhando, assim, as dificuldades dos alunos, principalmente, aqueles que apresentam baixo rendimento no aprendizado.
- É dada uma atenção maior a esses alunos.
- Creio que essa prática não exista no colégio Tiradentes.
- Não tenho conhecimento desse fato.
- Todos têm o mesmo direito.
- Em cada caso haverá fatores diferentes, após seu estudo deverá ser tomada uma decisão que não desfavoreça o aluno.
- Há conselho de classe e plantão pedagógico que auxiliam direção e professores a buscar alternativas.

- São analisados vários fatores antes do aluno pedir a transferência ou ter a transferência emitida pela escola.

As respostas estão registradas no gráfico número 19, abaixo:

Gráfico 19



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Os participantes foram questionados se concordam com a afirmação de que a boa proficiência apresentada pelos estudantes do CTPM é consequência do modelo disciplinar da Instituição: “Em sua opinião, a proficiência acima da meta apresentada pelos alunos do ensino médio matriculados no Colégio Tiradentes nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB é consequência do modelo disciplinar rígido praticado na instituição de ensino?”.

A este questionamento 16 (dezesesseis) participantes responderam que sim; outros 15 (quinze) participantes responderam que não.

Justificativas apresentadas pelos participantes:

- Sim, pois em outras escolas que lecionei perde-se muito tempo com indisciplina.

- Não diria regime rígido, mas pelo acompanhamento e preservação da disciplina empregada pelo colégio.

- A disciplina contribui bastante para a assimilação do conteúdo ajudando na formação como um todo, mas existe também o interesse do aluno e a metodologia, abordagem do professor em conduzir o alunado ao conhecimento que é de grande relevância no processo de ensino e do aprendizado

- Manter a qualidade de ensino elevada no CTPM é um compromisso que os professores se empenham juntamente com a coordenação pedagógica.

- Creio que se deve mais ao acompanhamento pedagógico, visto que dentro da sala de aula, adolescentes são sempre adolescentes e, exige um cuidado como qualquer outra escola.

- É consequência da formação e comprometimento docente e discente em relação ao ensino.

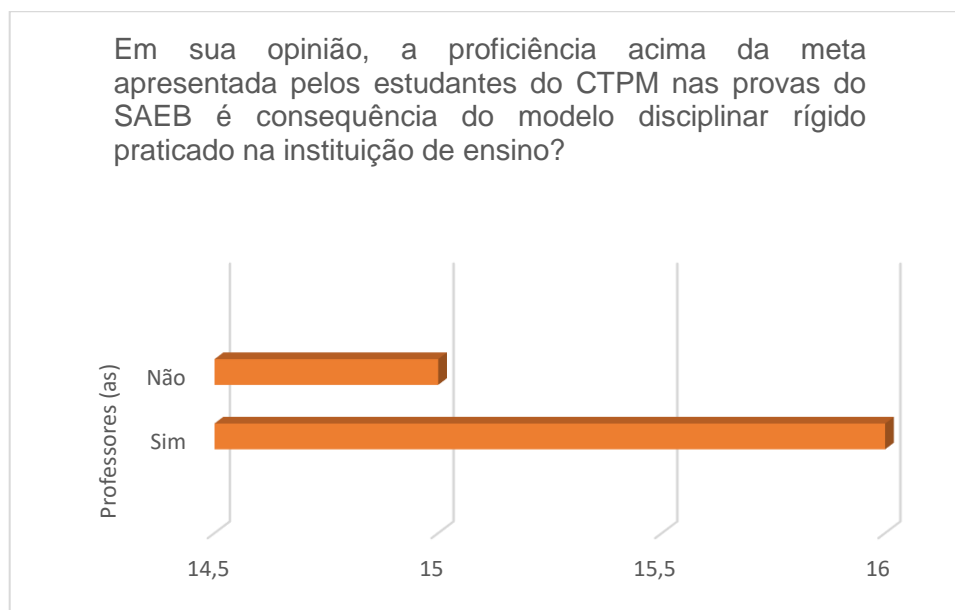
- É devido a um esforço conjunto de todos que fazemos o Tiradentes: direção, coordenação, professores e estudantes.

- Porque a escola detém de bons profissionais que caminham a um único objetivo que é a melhoria do colégio.

- Acredito que é um conjunto de bom nível do alunado, dos docentes e do compromisso que ambos possuem.

As respostas estão retratadas no gráfico número 20, abaixo:

Gráfico 20



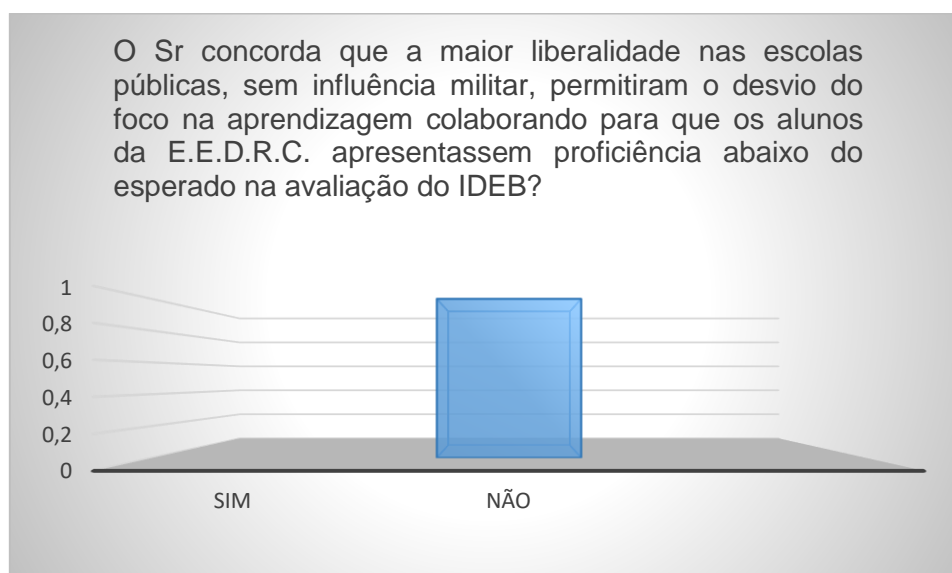
Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

4.1.2.5 O gestor da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto – EEDRC

As questões elaboradas no Anexo VII, direcionadas ao gestor geral da EEDRC, responsável pela Instituição de Ensino que vem sistematicamente não alcançando as metas estabelecidas pelo IDEB, buscam elementos que auxiliem no entendimento dos possíveis motivos para esse fenômeno.

No primeiro questionamento ao Sr. gestor geral procuramos saber a sua opinião se o possível desvio no foco da aprendizagem decorrente da maior tolerância às normas disciplinares poderiam ter influenciado nas avaliações do IDEB : “O (A) Sr. (a) concorda que a tolerância às normas disciplinares, ou seja, a maior liberalidade permitida nas escolas públicas sem influencia militar, permitiram que ocorresse desvio no foco da aprendizagem colaborando para que os alunos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto apresentassem proficiência na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, base do IDEB, aquém do esperado? ” . A resposta do participante foi posicionada no gráfico número 21, abaixo:

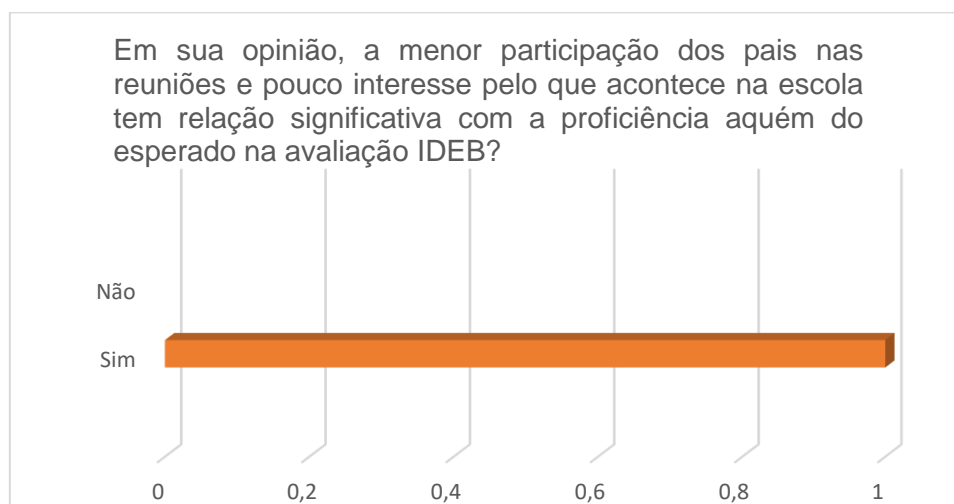
Gráfico 21



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

No intuito de compreender porque os estudantes da EEDRC têm apresentado proficiência aquém do esperado foi solicitada nova manifestação do gestor geral da Instituição: “Em sua opinião, a menor participação dos pais/responsáveis nas reuniões e pouco interesse pelo que acontece na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto tem relação significativa com a proficiência na prova SAEB, base do IDEB, aquém do esperado? ”. A manifestação de opinião do participante foi de concordância com o questionado, e pode ser vista no gráfico de número 22, abaixo:

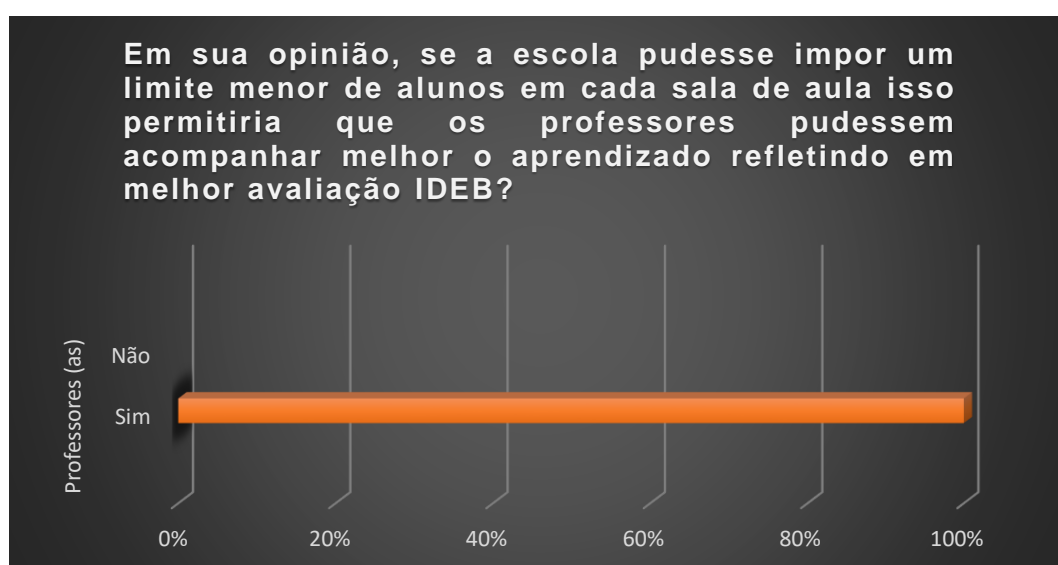
Gráfico 22



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Por meio desta inquirição, solicitamos ao Sr. gestor geral que opinasse se na escola houvesse um limite menor de alunos nas salas de aula facilitaria aos professores promover melhor acompanhamento dos estudantes: “Em sua opinião, se a Escola pudesse impor um limite menor de alunos (as), em cada sala de aula, isso permitiria que os professores (as) pudessem proporcionar um melhor acompanhamento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, refletindo em melhor proficiência na prova SAEB, base do IDEB? A resposta está exposta no gráfico número 23, abaixo:

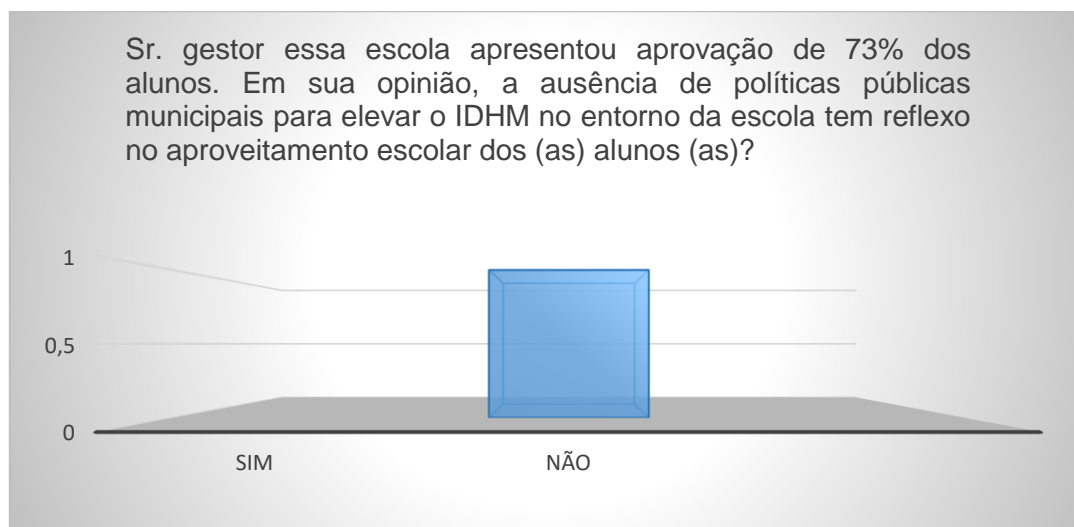
Gráfico 23



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Esta pergunta dirigida ao gestor geral apresenta um dado crucial para a avaliação do IDEB – percentual de aprovação de 73% dos alunos – e solicita que o participante apresente sua opinião se o baixo IDHM do bairro tem influenciado no aproveitamento escolar dos estudantes: “Sr. (a) Gestor (a) o último resultado do SAEB registrou que nessa Escola o percentual de aprovação de alunos do ensino médio é de 73% - a cada 100 alunos 27 não foram aprovados – então, perguntamos se, em sua opinião, a ausência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano no entorno da escola tem reflexo no aproveitamento escolar dos alunos da instituição de ensino? ”. O participante respondeu que em sua opinião o baixo IDHM do bairro não teve influência no desempenho dos estudantes e, justificou alegando que a melhoria do IDEB na unidade escolar está relacionada à qualidade do ensino ofertado pela escola, assim como a presença da família no acompanhamento da vida escolar do aluno. A resposta do participante pode ser visualizada no gráfico nº 24, abaixo:

Gráfico 24

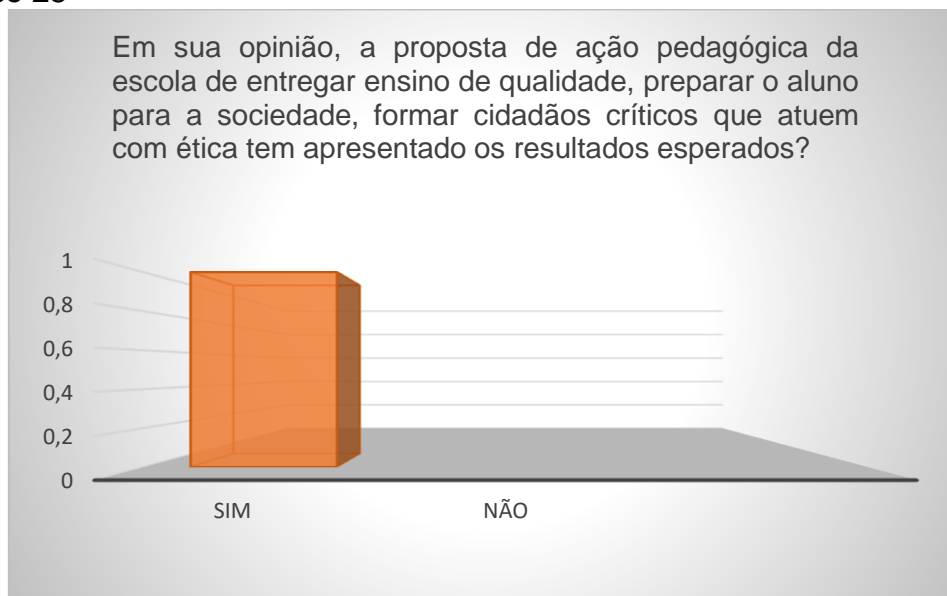


Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Foi perguntado ao gestor geral se a proposta de ação pedagógica da escola tem cumprido seus objetivos e apresentado os resultados esperados: “Em sua opinião, a proposta de ação pedagógica da escola de entregar ensino de qualidade, preparar o aluno para a sociedade, formar cidadãos críticos que atuem com ética têm apresentado os resultados esperados? ”. O participante respondeu afirmativamente à pergunta e, justificou que “o conhecimento é a porta para o desenvolvimento de uma mente sã. Daí, então, forma-se um

cidadão crítico para a sociedade. ” A resposta está retratada no gráfico número 25, abaixo:

Gráfico 25



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

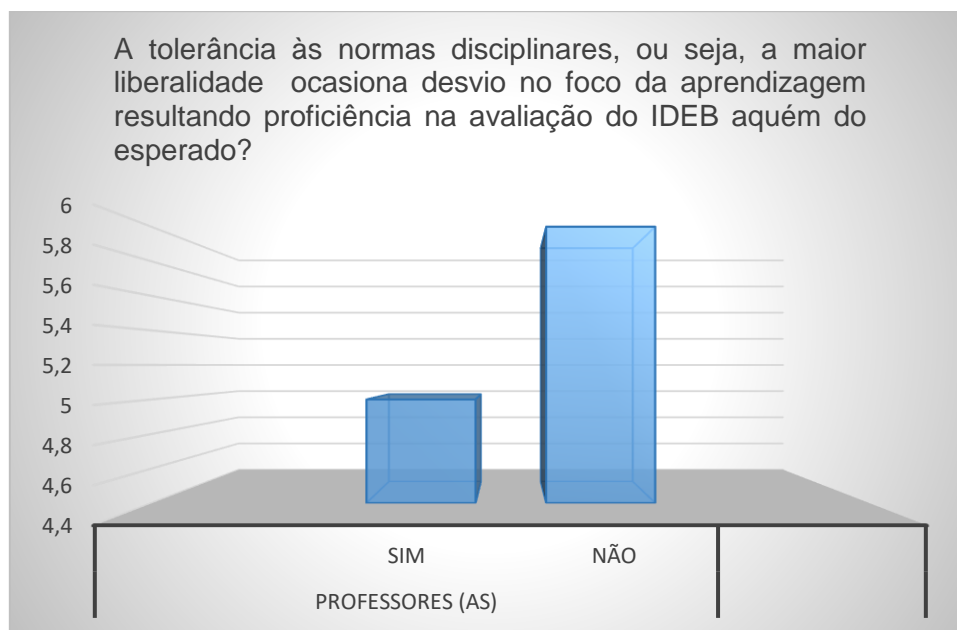
4.1.2.6 Os professores da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto

As questões do Anexo VIII foram elaboradas para serem apresentadas a 11 (onze) professores da EEDRC, com o objetivo de perguntar aos profissionais que por estarem em contato direto com os estudantes possuem a melhor percepção das dificuldades por eles apresentadas, quer seja de relacionamentos com os colegas e/ou professores, familiares, disciplinares ou de aprendizagem.

A primeira questão procura identificar se a tolerância às normas disciplinares teve influência no desempenho dos estudantes: “Para você, o regime de tolerância às normas disciplinares, ou seja, a maior liberalidade, acaba ocasionando o desvio no foco da aprendizagem colaborando para que os (as) alunos (as) da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto apresentem proficiência na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, base do IDEB, aquém do esperado? ” A esta pergunta 05 (cinco) participantes responderam que sim; outros 06 (seis) participantes responderam que não.

As respostas estão retratadas no gráfico número 26, abaixo:

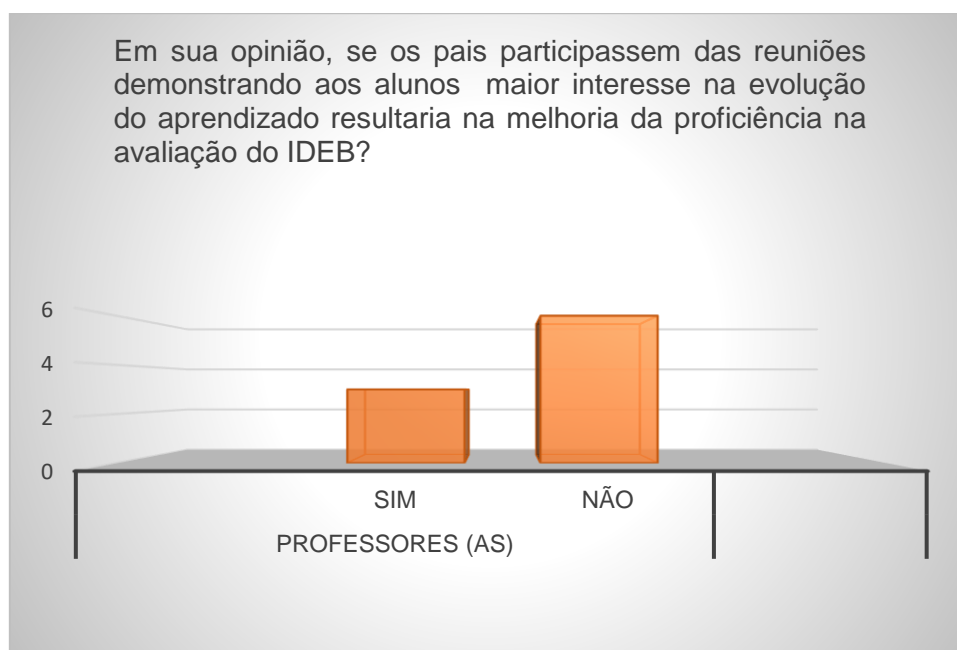
Gráfico 26



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Esta questão foi elaborada com o objetivo de apurar junto aos professores se os pais dos alunos apresentassem maior interesse pelo desempenho dos filhos e suas ações na escola resultasse na evolução do aprendizado: “Em sua opinião, se os pais/responsáveis pelos alunos (as) participassem das reuniões demonstrando aos (às) alunos (as) maior interesse pela evolução do aprendizado e pelo que acontece na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto resultaria na melhoria da proficiência na prova SAEB, base do IDEB? ”. Ao questionamento 03 (três) participantes opinaram que sim e, outros 08 (oito) responderam que não resultaria em melhor proficiência. As respostas estão expostas no gráfico número 27, abaixo:

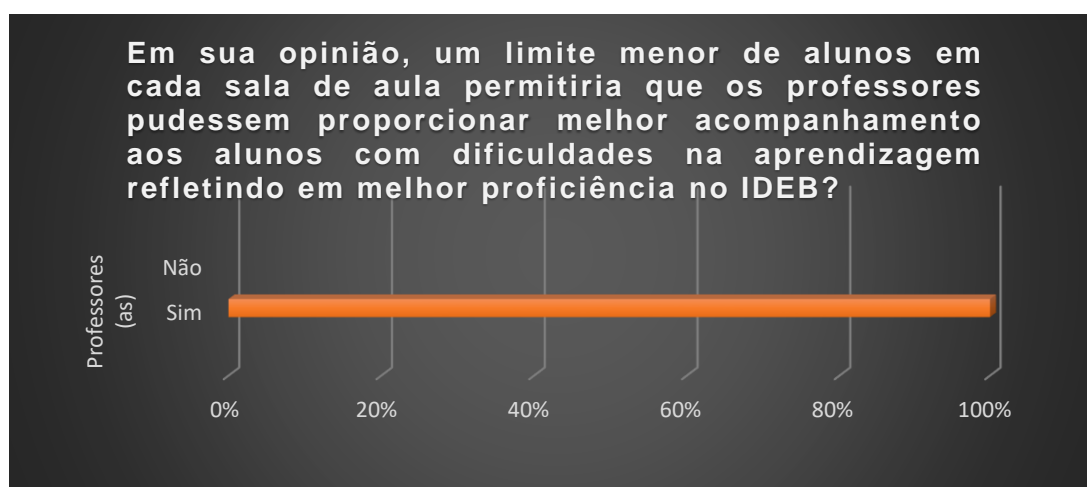
Gráfico 27



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Os professores foram questionados a respeito de haver um limite menor de alunos em sala de aula se esse fator resultaria em melhor acompanhamento dos alunos que apresentassem dificuldades de aprendizado: “Em sua opinião, um limite menor de alunos (as), em cada sala de aula, permitiria que os professores (as) pudessem proporcionar um melhor acompanhamento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, refletindo em melhor proficiência na prova SAEB, base do IDEB?”. A esta questão todos os 11 (onze) professores concordaram que sim. A resposta está registrada no gráfico número 28, abaixo:

Gráfico 28



Fonte: Elaboração da Autora. 2023

Os professores foram inquiridos a respeito da insuficiência de políticas públicas para melhoria do IDHM do bairro e se essa ausência tem refletido no aproveitamento escolar dos estudantes: “Em sua opinião, a ausência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano no entorno da escola tem reflexo no percentual de repetência – 27 em cada 100 alunos não são aprovados - e aproveitamento escolar dos alunos da instituição de ensino? ”. Dos participantes 03 (três) responderam que não e, 08 (oito) responderam que sim. Para justificar suas respostas, acrescentaram:

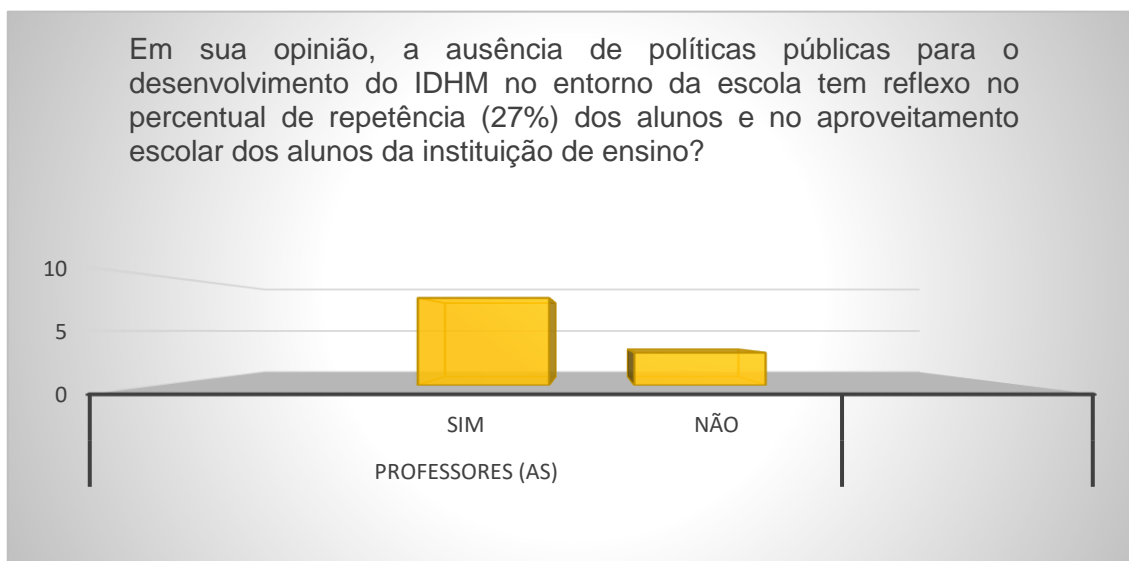
- Boa parte dos alunos reprovados não tem assistência em casa e acabam não participando do estudo complementar contínuo por necessitar realizar atividades diárias em casa, às vezes, acabam não separando tempo para desenvolver os conteúdos apresentados na escola, e alguns se tornam infrequentes, justamente por terem que escolher entre a escola e essas atividades (tomar conta de irmão, arrumação de casa, ajuda os pais no trabalho, etc.)

- Políticas públicas que favoreçam a comunidade escolar já mostraram que fazem diferença.

- Problemas disciplinares entre os alunos e, com alguns funcionários do quadro docente.

As respostas estão registradas no gráfico número 29, abaixo:

Gráfico 29



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

Aos educadores participantes do estudo foi questionado se a proposta de ação pedagógica tem entregado ensino de qualidade e apresentado os resultados esperados: “Em sua opinião, a proposta de ação pedagógica da escola de entregar ensino de qualidade, preparar o aluno para a sociedade, formar cidadãos críticos que atuem com ética têm apresentado os resultados esperados? “. Para 02 (dois) participantes a resposta oferecida foi não; e para 09 (nove) a resposta foi sim. Os participantes apresentaram como justificativa:

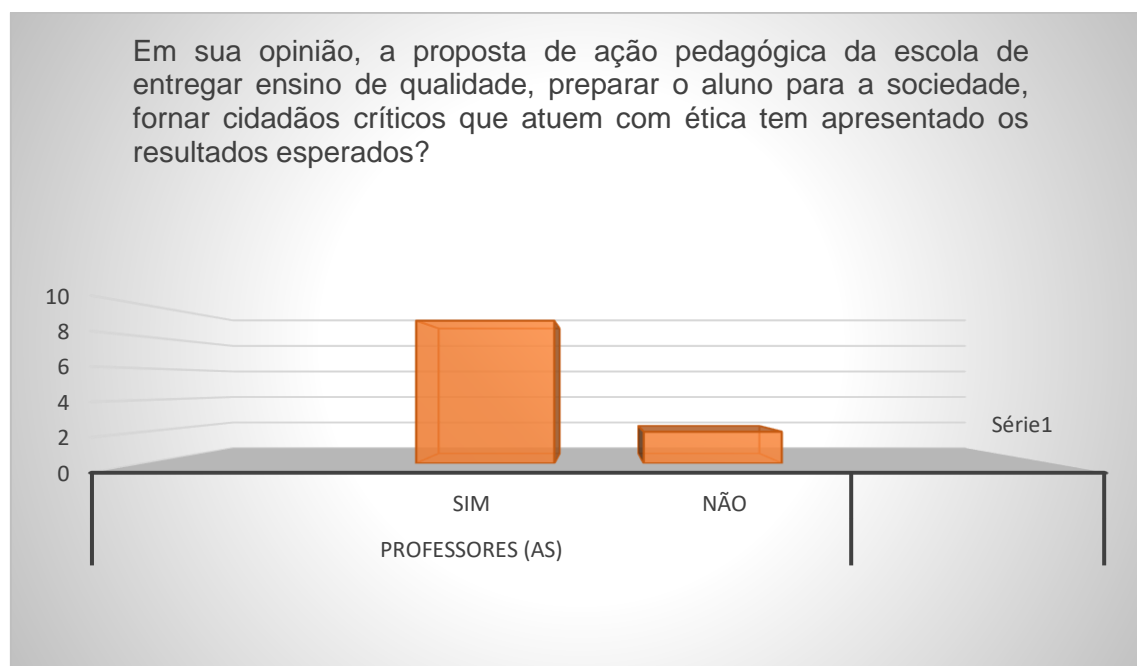
- As últimas avaliações externas, principalmente das turmas finais, mostram que existem pontos que a escola precisa melhorar para que seja possível alcançar os resultados esperados.

- Problemas na disciplina dos alunos e com alguns funcionários do quadro docente.

- Acredito que um cidadão com senso crítico apurado se torna uma pessoa menos suscetível às ideologias e mais conscientes do seu papel enquanto profissional.

As respostas estão expressas no gráfico número 30, abaixo:

Gráfico 30



Fonte: Elaboração da Autora. 2023.

4.2 Resultados Gerais

4.2.1 Análise documental Colégio Tiradentes Polícia Militar

A análise documental dos resultados divulgados pelo SAEB/INEP-2022, referentes ao ano de 2021, revelam o bom desempenho apresentando fluxo de 0,99 – noventa e nove por cento – de aprovação de alunos (as) matriculados (as) no ensino médio, ou seja, apenas 01 (um) aluno a cada 100 (cem) não obteve aprovação ao final do curso. (Quadro 04, p.71)

Segundo os dados do SAEB/INEP-2022 os (as) estudantes do CTPM vem, desde a criação do sistema de avaliações, apresentando crescimento constante de proficiência em Língua portuguesa e Matemática. (Quadros 06 e 08, páginas 78, e 79)

De acordo com o SAEB/INEP-2022, os (as) alunos (as) do CTPM nas três últimas avaliações apresentaram a seguinte evolução crescente de proficiência do aprendizado, conforme demonstrado abaixo: (Quadro 08, p.79)

Disciplinas	2015	2017	2019
Língua portuguesa	43%	58%	68%
Matemática	29%	39%	51%

Fonte: RELATÓRIO SAEB/INEP, 2022 – Elaboração da Autora, 2023.

Os questionários aplicados, durante a Prova Brasil 2021, aos alunos pelo SAEB apontam que 26% (vinte e seis por cento) das mães dos (as) alunos (as) têm curso superior completo; que 42% (quarenta e dois por cento) dos pais se interessam pelo que acontece na escola e, 27% (vinte e sete por cento) dos alunos do CTPM tem o hábito de ler livros que não são de matérias da escola. (Quadro 10, p.80)

O Relatório SAEB/INEP-2022, no quadro 12, página 81, divulgou para conhecimento as médias de proficiência obtidas pelos (as) estudantes do CTPM nas disciplinas de Língua portuguesa = 282,81 e de Matemática = 291,32 resultando na nota padronizada de 6,24.

Segundo o citado Relatório no quadro 14, página 82, as metas propostas ao CTPM para a evolução do IDEB mostram crescimento constante a cada avaliação e, no quadro 16, página 83, - Evolução das Notas de Português e Matemática – evidencia que a proficiência dos (as) alunos (as) em Língua

portuguesa e Matemática, com pequenas oscilações, foi crescente no período avaliativo.

A infraestrutura disponibilizada pelo CTPM apresenta todas as comodidades padrão das escolas públicas do Estado de Alagoas. (Quadro 20, p.85)

4.2.2 Análise documental Escola Estadual Deputado Rubens Canuto

A análise documental dos resultados apresentados pela Escola Estadual Deputado Rubens Canuto constantes do Relatório SAEB/INEP-2022 revelam que a unidade educativa não tem cumprido uma trajetória razoável de proficiência em Língua portuguesa e Matemática.

No quadro 05, página 78, verificamos que a EEDRC no ano de 2021 recebeu na avaliação do IDEB a nota 3,0 distante da meta estabelecida de 5,0. Apresentou, ainda, fluxo de 0,73 – 73% (setenta e três por cento) dos (as) alunos (as) conseguiram ser aprovados no final do curso de ensino médio.

Segundo este Relatório o aproveitamento dos (as) estudantes da EEDRC na Prova Brasil foi de 13% (treze por cento) em Língua portuguesa e de 1% (um por cento) em Matemática. (Quadro 07, p.79)

Apointa, ainda, o Relatório no quadro 09, página 80, a evolução do aprendizado dos (as) estudantes da EEDRC nas últimas avaliações, conforme ilustrado abaixo:

Disciplinas	2015	2019
Língua portuguesa	10%	13%
Matemática	6%	1%

Fonte: RELATÓRIO SAEB/INEP, 2022 – Elaboração da Autora, 2023.

Os questionários aplicados, durante a Prova Brasil 2021, aos alunos pelo SAEB apontam que 5% (cinco por cento) das mães dos (as) alunos (as) têm curso superior completo; que 28% (vinte e oito por cento) dos pais se interessam pelo que acontece na escola e, 22% (vinte e dois por cento) dos alunos da EEDRC tem o hábito de ler livros que não são de matérias da escola. (Quadro 11, p.81)

O Relatório SAEB/INEP-2022, no quadro 13, página 82, divulgou para conhecimento, as médias de proficiência obtidas pelos (as) estudantes da

EEDRC nas disciplinas de Língua portuguesa = 222,72 e de Matemática = 220,87 resultando na nota padronizada de 4,06.

De acordo com o Relatório, no quadro 15, página 83, as metas propostas à EEDRC para a evolução do IDEB mostram crescimento constante a cada avaliação embora a unidade escolar não tenha alcançado a anterior e, no quadro 17, página 84, - Evolução das Notas de Português e Matemática – retrata que no período avaliativo entre 2007 a 2021 a evolução da proficiência dos (as) alunos (as) em Língua portuguesa foi insignificante e não houve evolução em Matemática.

No quadro 19, página 85, o Relatório mostra que no ano de 2021 o percentual de aprovação da Instituição de Ensino foi de 73% (setenta e três por cento) representando uma significativa porcentagem de reprovados, ou seja, a cada 100 alunos (as) 27 (vinte e sete) não conseguiram concluir o ensino médio com êxito.

De acordo com o Censo Escolar-2022/INEP a infraestrutura disponibilizada pela EEDRC é idêntica à do CTPM com algumas melhorias no quesito de acessibilidade. (Quadro 21, p. 86)

4.2.3 Análise dos questionários

As respostas dadas aos questionários aplicados aos participantes, Gestores de Assistência Social do Município de Maceió, Administrativo e Pedagógico do CTPM, Geral da EEDRC e Professores das duas Unidades de Ensino.

As respostas, explicações, pontos de vista e/ou opiniões emitidas pelo Gestor de Assistência Social do município de Maceió – Gráficos 01 a 05 - deixa a convicção de que o município tem implementado políticas públicas em todos os bairros não ocorrendo o favorecimento de uns em detrimento de outros e que embora o município tenha apresentado crescimento nas avaliações de IDHM não tem conseguido alcançar e ficar dentro da média Brasil.

Na opinião do Gestor as políticas públicas desenvolvidas ainda são insuficientes para a elevação da qualidade de vida da população necessitada

As respostas, explicações, ponto de vista e/ou opiniões oferecidas pelo Gestor administrativo do CTPM – Gráficos 06 a 10 - evidenciam que na Instituição de Ensino predomina um clima de respeito entre os alunos (as),

alunos (as) e professores (as) e, que devido ao regime disciplinar não há casos de bullying e que neste clima harmonioso entre professores (as) e alunos (as), apesar de o plano de ação pedagógico do Colégio ser o mesmo das demais escolas públicas de ensino médio, os (as) estudantes lograram obter ótimos resultados nas Olimpíadas Nacional de Ciências; que o ótimo percentual de aprovação de alunos (as) – 99% (noventa e nove por cento) – é resultado da disciplina e do acompanhamento individual de alunos (as) que apresentem dificuldades no aprendizado. O Gestor afirmou ainda que a avaliação do IDEB reflete a realidade do aprendizado dos (as) estudantes e a organização pedagógica da Instituição e, em sua opinião as políticas públicas municipais desenvolvidas no entorno do CTPM são adequadas para a formação cidadã/social e refletem na proficiência alcançada pelos (as) estudantes.

As respostas, explicações, ponto de vista e/ou opiniões expostas pelo Gestor pedagógico do educandário – Gráficos 11 a 15 - que, desde a criação do sistema de avaliações, apresenta crescimento constante de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática evidenciam que os bons resultados alcançados pelo alunado são frutos do modelo disciplinar e de gestão do CTPM.

O Gestor pedagógico quando inquirido respondeu que os professores lotados na Instituição, apesar de originários da Secretaria Estadual de Educação, não encontraram dificuldades para se adaptar ao regime disciplinar e, que os (as) alunos (as) matriculados no ensino médio se adaptaram, sem problemas, ao rígido regime disciplinar. O entrevistado concorda que o modelo de admissão do CTPM, por meio de provas e entrevistas, é motivo de exclusão de minorias e diversidades, foi pelo participante confirmado que o plano de ação metodológico da Instituição é o mesmo das demais escolas públicas de ensino médio com o acréscimo de uma disciplina: Continência e Sinais de Respeito-CSR. Para o entrevistado o bom IDEB alcançado pelos (as) alunos (as) é reflexo do cumprimento das normas escolares de regime interno e das normas disciplinares do CTPM.

Para avaliar o bom desempenho dos estudantes do CTPM quer seja nas avaliações do IDEB como nas competições estudantis onde se destacaram no conhecimento de outras disciplinas além de língua portuguesa e matemática as perguntas do Anexo VI dirigidas aos seus professores tiveram como finalidade apurar, ouvir dos profissionais que tem convivência direta com os estudantes e,

por isso mesmo possuem a melhor percepção das dificuldades enfrentadas por eles, quer seja de relacionamentos na família, com os colegas e/ou professores, disciplinares ou de aprendizagem.

Das respostas obtidas – Gráficos 16 a 20 - podemos ter a convicção que os participantes não tiveram dificuldades para se adaptarem ao modelo de gestão e disciplinar da entidade cívico-militar à exceção de apenas um educador que solicitou transferência para outra unidade de ensino; que o ótimo desempenho dos alunos, alcançando 99% (noventa e nove por cento) de aprovação ao final do curso foi decorrente de dois fatores: a) do acompanhamento, pelos professores, dos alunos que durante o curso apresentaram dificuldades de aprendizagem; b) das normas disciplinares praticadas no CTPM; também ficou evidente que o educandário não descarta, não oferece transferência para outras unidades de ensino, aos alunos, por simplesmente apresentar dificuldades de aprendizado; e que a boa proficiência que os (as) alunos (as) apresentaram nas avaliações do IDEB decorre não só do regime disciplinar da unidade de ensino, embora a disciplina contribua fortemente para a assimilação dos conteúdos o acompanhamento dos alunos pelos professores foi de suma relevância para que todos se apropriassem dos conhecimentos ministrados e, o interesse dos (as) alunos (as) em assimilar os conteúdos mantendo o foco na aprendizagem.

A unidade educacional Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, situada em um bairro cujo IDHM é classificado como baixo e, de forma sistemática, desde a criação da avaliação de desempenho pelo IDEB, os seus alunos (as) não conseguem atingir as metas de proficiência em Língua portuguesa e Matemática. Com a finalidade de encontrar elementos que auxiliem no entendimento dos possíveis motivos desse fenômeno foram elaboradas as questões que compõem o Anexo VII, direcionadas ao Gestor geral da EEDRC, responsável pela Instituição de Ensino. (Gráficos 21 a 25)

O Gestor geral da unidade de ensino, ao longo dos questionamentos que lhe foram dirigidos, deixou patente sua discordância quando se trata de comparação da observância das normas disciplinares, ou seja, na maior tolerância permitida nas escolas públicas com a rigidez disciplinar nas escolas cívico-militares e dos resultados de proficiência obtidos pelos (as) alunos (as)

matriculados no educandário sob a sua gestão com os atingidos pelos (as) estudantes matriculados no CTPM.

O dirigente da EEDRC discorda plenamente que a baixa proficiência dos (as) alunos (as) nas avaliações do IDEB tenha relação com a tolerância às normas disciplinares transferindo a responsabilidade para os pais e/ou responsáveis que pouco participam das reuniões da escola demonstrando desinteresse pelo que acontece na unidade de ensino e pelo desempenho escolar dos (as) alunos (as). O Sr. Gestor geral ponderou que se houvesse um limite menor de alunos por sala de aulas, os professores poderiam dispensar melhor acompanhamento aos (às) estudantes com dificuldades de aprendizagem e, esse fato poderia resultar em menor percentual de repetência de alunos (as) no final do curso. Afirmou, ainda, que o baixo IDHM observado no bairro e/ou entorno da escola não influenciou no baixo desempenho dos (as) estudantes e que a melhoria do IDEB na unidade tem relação direta com a “qualidade de ensino ofertada pela escola”, assim como, à presença da família no acompanhamento da vida escolar do (a) aluno (a) e, finalizando o participante afirmou que a proposta de ação pedagógica da escola tem apresentado os resultados esperados.

As questões do Anexo VIII, direcionadas aos 11 (onze) professores da EEDRC que participaram do estudo, - Gráficos 26 a 30 - tinham por objetivo ampliar os esclarecimentos sobre os pontos que dificultam o desenvolvimento educativo e a proficiência dos (as) alunos (as) nas avaliações da prova SAEB. Os profissionais que por estarem em contato direto com os estudantes possuem a melhor percepção das dificuldades por eles apresentadas, quer seja de relacionamentos com os colegas e/ou professores, familiares, disciplinares ou de aprendizagem.

Para a maioria dos professores a tolerância às normas disciplinares e a baixa participação dos pais e/ou responsáveis nas reuniões da escola não foram preponderantes para a baixa proficiência em Língua portuguesa e Matemática dos (as) alunos (as) no IDEB; que consideram o alto número de alunos (as) por sala de aulas como fator responsável pelo baixo aproveitamento escolar e consideram que se houvesse limite menor de alunos (as) eles poderiam prestar melhor acompanhamento àqueles de apresentam dificuldades de aprendizado resultando na melhoria do percentual de aprovados (as) ao final do curso; não

foi possível entender se, na opinião dos professores, a ausência de melhoria do IDHM no entorno da unidade escolar teve influência na baixa performance dos (as) alunos (as) – 27% responderam negativamente e outros 73% responderam às vezes), entretanto, apontaram nas justificativas que “boa parte dos reprovados não recebem assistência em casa e acabam não participando dos estudos complementares contínuos por necessitarem realizar atividades diárias em casa, como: tomar conta do irmão, arrumação de casa, ajuda aos pais no trabalho, etc.”; e, na opinião deles, as últimas avaliações externas evidenciam que existem pontos, nos quais, a escola precisa melhorar para que o plano de ação pedagógica alcance os resultados esperados.

4.2.4 Correlação entre os índices IDHM e IDEB apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, no ano de 2021.

Apresentamos a correlação entre o IDHM com as notas obtidas pelos (as) estudantes das duas unidades escolares participantes do estudo (IDEB) utilizando o cálculo de correlação linear simples de Pearson.

Segundo Oliveira (2017), o coeficiente de correlação simples de Pearson é uma medida de associação linear entre variáveis quantitativas que oscilam entre -1 e $+1$. De acordo com o autor, quando o valor é -1 , a correlação é perfeita negativa, ou seja, os valores altos em uma variável correspondem aos valores baixos da outra variável. Quando seu valor é $+1$, a correlação é perfeita positiva, ou seja, os valores altos de uma variável correspondem aos valores altos da outra. E quando seu valor é 0 , significa que não existe correlação.

Quadro 22 - Correlação de Pearson

Coefficiente de Correlação	Correlação
$r = 1$	Perfeita Positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte Positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada Positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca Positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima Positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima Negativa
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca Negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada Negativa
$-1 < r \leq -0,8$	Forte Negativa
$r = -1$	Perfeita Negativa

estatisticamente significativa, ou seja, valor- $r > 0,05$; *= correlação estatisticamente significativa, ou seja, valor- $r \leq 0,05$.

O resultado apresentado de $0 < r < 0,1$ (maior que zero e menor que 0,1) diagnostica a existência de uma correlação técnica ÍNFIMA POSITIVA entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

. Desta forma pode-se afirmar que a insuficiência de políticas públicas municipais responsáveis pela melhoria do IDHM no entorno das escolas, teve interferência insignificante nas notas das avaliações dos (as) alunos (as).

CAPITULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Este estudo teve como objetivo estabelecer uma correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

5.1.1 Conclusão específica

O estudo documentou fartamente que as duas Instituições de ensino, localizadas em bairros do município de Maceió – Trapiche da Barra e Benedito Bentes - classificados pelo Atlas Brasil como de baixo IDHM, onde as políticas públicas implantadas não têm sido suficientes para elevar a qualidade de vida dos moradores, tem apresentado sistematicamente, desde a criação do sistema de avaliações, resultados opostos no IDEB: A primeira atingiu a pontuação de 6,2 superando a meta de 5,8; a segunda pontuou 3,0 aquém da meta 5,0; o estudo ressalta, ainda, que o plano de ação pedagógico da Secretaria da Estadual de Educação é o mesmo para as duas Instituições.

Ficou devidamente documentado no estudo que o melhor desempenho do Colégio Tiradentes Policia Militar, verificado através dos resultados publicados pelo SAEB/INEP (2022) e nas notas de proficiência dos seus alunos (as) no IDEB, está alicerçado no limite de alunos em cada sala de aulas o que propiciou o acompanhamento, pelos professores, dos (as) alunos (as) que apresentaram problemas com a aprendizagem; que o sistema de monitoramento disciplinar dos (as) alunos (as) não permitiu que ocorresse a perda do foco nos estudos; que a insuficiência de políticas públicas para elevar a qualidade de vida no entorno da escola – baixo IDHM – não teve influência negativa no aprendizado dos (as) estudantes matriculados no CTPM.

Isto posto, consideramos que os objetivos específicos foram atingidos e confirmadas as hipóteses, podemos assim afirmar que a pesquisa atingiu a contento os seus objetivos de:

- Analisar se a insuficiência de políticas públicas municipais no entorno da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, durante o ano de 2021, acentuaram as dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos (as) alunos (as) da referida instituição de ensino.

- Averiguar se a evasão escolar e/ou faltas constantes às aulas pode ser apontada como consequência da carência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano nas imediações da escola.

- Verificar se a metodologia, utilizada pelos (as) professores (as) da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, contribuiu para que os (as) alunos (as) não lograssem obter melhor proficiência nos resultados IDEB 2021.

5.1.2 Primeira conclusão específica

No desenvolvimento deste estudo, através da análise das respostas, impressões pessoais, opiniões e pontos de vista oferecidos aos questionários pelos diversos participantes como, gestores e professores, conclui-se que as políticas municipais para o desenvolvimento humano-IDHM, destinadas aos bairros onde se localizam as escolas investigadas, não tiveram influência significativa para que os (as) alunos (as) de uma instituição apresentassem rendimento escolar superior aos de outra.

Gestores e professores manifestaram seus pontos de vista/opiniões a respeito da influência do IDHM no resultado do aprendizado dos (as) alunos (as):

O Gestor de Assistência Social do município de Maceió reconheceu que as políticas públicas desenvolvidas ainda são insuficientes para a elevação da qualidade de vida da população necessitada.

Para o Gestor administrativo do CTPM as políticas públicas municipais desenvolvidas no entorno do CTPM são adequadas para a formação cidadã/social e refletem na proficiência alcançada pelos (as) estudantes.

Na opinião do Gestor geral da EEDRC o baixo IDHM do bairro não teve influência no desempenho dos (as) estudantes e, justificou alegando que a melhoria do IDEB na unidade escolar está relacionada à qualidade do ensino ofertado pela escola.

As opiniões dos Professores da EEDRC se dividiram: 03 (três) participantes responderam que o baixo IDHM não teve influência no aprendizado

e, 08 (oito) responderam que sim e, para justificar suas respostas, acrescentaram:

- Boa parte dos alunos reprovados não tem assistência em casa e acabam não participando do estudo complementar contínuo por necessitar realizar atividades diárias em casa, como: tomar conta do irmão, arrumação de casa, ajuda aos pais no trabalho, etc.”.

5.1.3 Segunda conclusão específica

Por meio das respostas do Gestor administrativo e dos professores participantes do estudo foi possível apurar que os alunos (as) matriculados no ensino médio, na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, que apresentaram no decorrer do ano letivo de 2021 dificuldades de aprendizagem dos conteúdos ministrados, devido ao elevado número de alunos em cada sala de aulas, não receberam atenção especial dos professores para poder acompanhar a aprendizagem como os demais alunos (as).

O Gestor geral da EEDRC afirmou que, em sua opinião, se a Escola tivesse um limite menor de alunos (as), em cada sala de aula, isso permitiria que os professores (as) pudessem proporcionar um melhor acompanhamento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, fato que poderia refletir em melhor proficiência na prova SAEB, base do IDEB.

Os professores da EEDRC responderam que se a escola tivesse imposto um limite menor de alunos por sala de aulas, eles poderiam ter proporcionado um acompanhamento individual mais efetivo aos alunos que apresentaram dificuldades na assimilação dos conteúdos e, como resultado certamente a proficiência dos alunos nas avaliações seriam melhores.

Dessa forma, pelas respostas e opiniões acima elencadas, concluímos que os alunos com dificuldades na aprendizagem, matriculados na EEDRC, não receberam acompanhamento individual que lhes permitisse obter boa proficiência nas avaliações.

5.1.4 Terceira conclusão específica

No desenvolvimento deste estudo foi possível verificar que a metodologia utilizada não teve influência para que os alunos (as) não lograssem obter melhor proficiência nos resultados IDEB 2021.

O Gestor administrativo do CTPM em suas respostas ao questionário afirmou que o plano de ação pedagógico da Instituição de Ensino é o mesmo das demais escolas não cívico-militares.

No mesmo sentido o Gestor pedagógico afirmou que o plano de ação metodológico posto em prática pelo Colégio Tiradentes é o mesmo das demais escolas públicas de ensino médio e que a única disciplina que é acrescentada ao plano de ação pedagógico é: Continência e Sinais de Respeito – CSR.

Pelo exposto, podemos concluir que se dois educandários utilizam a mesma metodologia de ensino e uma consegue obter resultados de proficiência superiores aos da outra, evidentemente, o motivo do insucesso não está na metodologia utilizada.

5.1.5 Conclusão geral

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo realizar uma correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

O IDHM reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento – educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda.

Este índice populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas e viabiliza a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo. O ranking do IDHM estimula a implementação de políticas públicas no nível municipal priorizando a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

O Bairro Trapiche da Barra, no momento, apresenta o IDHM de 0,573 que de acordo com os índices de classificação é considerado baixo.

Da mesma forma, o Bairro Benedito Bentes, com IDHM de 0,522 também está classificado como baixo.

O IDEB é um indicador importante na medida em que demonstra fragilidades nas escolas brasileiras relacionadas a fluxo e desempenho escolar;

no entanto, é insuficiente para medir a qualidade da educação por restringir-se apenas a essas duas variáveis, desconsiderando outros aspectos igualmente importantes para a qualidade, como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias, e o estilo de gestão e liderança.

O estudo confirmou a existência de correlação ínfima positiva – maior que zero e inferior a 0,1 - entre o IDHM e o IDEB das escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto.

5.2 Recomendações

Os resultados do estudo evidenciam que a média de alunos (as) por turma tem grande influência na taxa de rendimento dos estudantes de forma negativa, ou seja, quanto mais alunos (as) há em uma turma pior o desempenho escolar deles - quanto menor a turma, maior será sua taxa de rendimento.

Destacamos que o desempenho escolar pode ser influenciado por aspectos que não foram abordados nesta pesquisa. Portanto, recomenda-se para estudos futuros a abrangência de outros indicadores do Inep e a análise de sua correlação com os indicadores de desempenho escolar. Como os indicadores são de ordem quantitativa, apontamos também a importância de se considerar aspectos qualitativos da realidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ABRILEDUCAÇÃO. **Diferenças entre colégio militar e colégio cívico militar.** Educação. 08.12.2020. Disponível em: <https://abrieducacao.com.br/diferenca-entre-colegio-militar-e-colegio-civico-militar/>: Acesso em: 08.05.2023.
- AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas contemporâneas.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013.
- ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. *Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- AZEVEDO, J. C. Educação pública: o desafio da qualidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 7-26, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a02v2160.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BEZERRA, C.; RODRIGUES, M.; ROMÃO, W. **Instituições Participativas no governo Bolsonaro: impactos do Decreto 9.759/2019 sobre os Conselhos de Direitos Humanos.** Capítulo em elaboração para o livro da AT de Participação. ABCP, 2022. No prelo.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.
- _____. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.** Brasília. 1990.
- _____. LEI 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disciplina a educação escolar. Presidência da República. Casa Civil. Publicado no Diário Oficial da União-DOU 23.12.1996
- _____. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB.** Brasília. 2007

- _____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o **Programa Mais Educação**, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, 2007^a
- _____. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Diário Oficial da União. Brasília, 2010a
- _____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Brasília. 2009
- _____. Ministério da Educação/INEP. **Prova Brasil**. Brasília. 2011
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 2010. 6^a ed. Saraiva. p. 76. 540 páginas.
- CARVALHO, L. O. R.; DUARTE, F. R.; MENEZES, A. H. N.; SOUZA T. E. S. [et al.]. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância** / Petrolina-PE, 2019
- CASTRO, A. M. D. A. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, M.; BEZERRA, M. C. (Org.). *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Líber, 2009.
- CASTRO, M. H. G.; TORRES, H. G.; FRANÇA, D. Os jovens e o gargalo do Ensino Médio brasileiro. *Revista 1ª Análise SEADE*, São Paulo, v. 1, n.5, p.1-30, ago. 2013.
- CAVALCANTI, S.; LOTTA, G.; PIRES, R. R. C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: PIRES, R. R. C.; LOTTAL, G.; OLIVEIRA, V. E. (Orgs.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA, 2018.
- CHECHIA, V. A.; ANDRADE, A. S. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. *Estudos psicológicos*, Natal, v.10, n.3, p.431-440, dez. 2005.
- CHIRINÉA, A. M. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.
- COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

- DAMÁSIO, B.F. Método de pesquisa correlacional e experimental.2003.
Disponível em: www.psicometriaonline.com.br/método-de-pesquisa-correlacional-e-experimental/ Acesso em 08/dez/2023.
- FALEIROS, Vicente de Paula; **O que è Política Social**. Coleção Primeiros Passos, 5ª Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1991.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; e FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; **As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil** In HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; Marques, Eduardo Orgs; Políticas Públicas no Brasil. 2ª Reimpressão. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2010.
- FARRANHA, A. C.; BATAGLIA, M. B. B. B.; DE PAULA, A. P. P. Democracy and participation: changes and challenges in Bolsonaro's government—**analyzing brazilian federal decree 9.759/2019**. Revista Videre, v. 13, n. 28, 2021.
- FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FRANCO, C; ALVES, F; BONAMINO, A. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidade, seus limites. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007.
- FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007.
- GODOY, A. S. **INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA ESUAS POSSIBILIDADES**. Revista de Administração de Empresas; São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar. /Abr. 1995.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas. São Paulo. 2008.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2018.
- HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos, **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001
- HORTA NETO, J. L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, v. 42, p. 1-14, 2007.
Disponível em:<<http://www.rioei.org/deloslectores/1533Horta.pdf>>.
Acesso em: 2 jun. 2023.
- » <http://www.rioei.org/deloslectores/1533Horta.pdf>

- INEP/ MEC, Governo Federal; Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar 2009. 2011.
- LASCOURMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Editora da UFAL, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais a profissão docente. São Paulo: Cortez, 2009
- LIMA, L. C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia, Orgs; **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, Salvador, 2010.
- LOTTA, G. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, C. A (org). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2012.
- MADEIRO, C. Aluno-xerife, beijo punido, hino de cor: **um dia em uma escola militar**. UOL, Educação, 05.02.2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/05/escola-militar-aluno-xerife-hino-de-cor.htm?cmpid=> Acesso em 08.05.2023.
- MENEZES, J. S. S.; DINIZ JÚNIOR, C. A. Comitês de Educação Integral: mo (vi) mentos dos/nos documentos editados pelo Ministério da Educação. Educação em Revista, v. 36, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/9tHhGZrHQ4RGQkDwBtKWDXx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22.05.2023
- MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. Revista Sustinere, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 414 - 430, jan. 2020. ISSN 2359-0424. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193>>. Acesso em: 04 mai. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.41193>.
- NÓVOA, A. (Org.). As organizações escolares em análise. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, D. A. A qualidade total na educação: os critérios da economia privada na gestão da escola pública. In: BRUNO, L. (Org.). Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, E. F. T, Cosseno de Salton, índice de jaccard e correlação de Pearson: comparando índices normalizados e absolutos em análise de cocitação de autores. Em Questão, v. 23, p. 235-253, 2017.

- OLIVEIRA, J. B. A.; SCHWARTZMAN, S. A Escola vista por dentro. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2002
- OLIVEIRA, R. P.; ARAÚJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.
- PARO, V. H. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.
- PEREIRA, A. S. [et al.]. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.
- PINTO, J. M. R. O custo de uma educação de qualidade. In: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (Org.). Política educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008.
- PIRES, R. R. C. (Org.) **Implementando Desigualdades:** Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 1990. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br>., acesso em 15.04.2023.
- POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v.9, n.2, p.303-312, dez. 2005.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013
- SERAFIM, L. **O Que é Política Pública? Como e Por Quem é Construída?** BLOG MANUAL DE RESISTÊNCIA URBANA. 02.05.2022. Disponível em:
<https://www.redemru.com.br/post/o-que-%C3%A9-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-como-e-por-quem-%C3%A9-constru%C3%ADda>.
Acesso em: 24.05.2023
- SILVA, G. P. **Desenho de pesquisa** / Márcia Miranda Soares e José Ângelo Machado. -- Brasília: Enap, 2018.
- SILVA, I. F. O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 427-448, set/dez. 2010.
- SOUSA, S. Z; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de Avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010.

- SOUZA, C. Estado da Arte da pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN et. al. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- _____. Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas, in HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; Marques, Eduardo Orgs; **Políticas Públicas no Brasil**. 2ª Reimpressão. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2010
- SOUZA, J. R. **Multiversos Matemática: Estatística e Probabilidade** – Ensino Médio 1 ed. São Paulo, Editora FTD, 2020.
- SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 31-45.
- SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 264-283.
- SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003.
- VARANI, A.; SILVA, D. C. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 91, p.511-527, 2010.
- ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis. SEaD/UFSC, 2006. 144p.: il.
- ZANGIROLAMI, R. J.; ECHEIMBERG, J. de O.; LEONE, C. Tópicos de metodologia de pesquisa: Estudos de corte transversal. J Hum Growth Dev, v. 28, n. 3, p. 356-60, 2018.

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL

FACULTAD DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS

APROBACIÓN DE TEMA Num. 84/2023.

POR LA CUAL SE APRUEBA EL TEMA DE INVESTIGACIÓN PARA WILMA KARLLA PAIXAO SILVESTRE DENTRO DEL PROGRAMA DE DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN.

Fernando de la Mora, 09 de mayo del 2023.

VISTA: La solicitud de tema presentado por el citado estudiante, de la **Sede Empresariales y Postgrado**, para la investigación dentro del programa de Doctorado en Ciencias de la Educación.

CONSIDERANDO: Que, el resultado de análisis acerca de la pertinencia y viabilidad del Tema es favorable, y conforme a las condiciones del Inicio de la Producción del Trabajo de Conclusión de Carrera (TCC) estipuladas en el Reglamento General de Conclusión de Carreras y a las líneas de investigación de la Universidad, se concluye que el tema se ajusta a los requerimientos establecidos para el efecto.

Por tanto, y en uso de sus atribuciones,

EL DECANO DE LA FACULTAD DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS

RESUELVE:

Art. 1º: **Aprobar** el tema "ÍNDICE DE DESENVOLVIMIENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)" **solicitada** por WILMA KARLLA PAIXAO SILVESTRE para realizar la investigación, dentro del programa de Doctorado en Ciencias de la Educación.

Art. 2º: **Derogar** la resolución N.º 71/2021 de la Facultad de Ciencias Humanas y Ciencias Exactas.

Art. 3º: **Autorizar** a dicha estudiante la continuación del proceso de elaboración del Trabajo de Conclusión de Programa con la orientación de la **Prof. Dra. Sandra Siqueira Santos**.

Art. 4º: **Recordar** que el siguiente paso consiste en la presentación del proyecto de investigación, que el estudiante debe remitir para la lectura correspondiente.

Art. 5º: **Comunicar** esta aprobación de tema a quienes corresponda y, cumplida, archivarla.



Prof. Dr. Silvio Torres Chávez
Decano

Anexo II

Senhor Secretário da Educação do Estado de Alagoas,

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor Secretário, solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – O Sr., em sua opinião, os resultados obtidos nas Olimpíadas Estudantis, a nível nacional, pelos (as) alunos (as) do ensino médio do Colégio Tiradentes Polícia Militar se justifica pelo regime disciplinar imposto pela instituição de ensino?

() Sim; () Não.

2 – Do seu ponto de vista o destaque de proficiência obtido pelos (as) alunos (as) do ensino médio do Colégio Tiradentes Polícia Militar no IDEB se deve às regras rígidas de disciplina impostas pela instituição de ensino?

() Sim; () Não.

3 – O fato de no Colégio Tiradentes Polícia Militar ser observado, no ensino médio, apenas uma reprovação a cada cem alunos (as) pode ser imputado às regras impostas pela instituição de ensino?

() Sim; () Não.

4 – O Sr. Concorde que a proposta pedagógica do Colégio Tiradentes Polícia Militar que tem como objetivo entregar ensino de qualidade, preparar o aluno para a vida em sociedade, formar cidadãos críticos para atuarem com ética, cidadania e guiados por valores vem apresentando bons resultados devido à rigidez das regras internas da instituição?

() Sim; () Não.

5 – O Sr. concorda que gestão compartilhada em que militares e diretores pedagógicos, atuando de maneira colaborativa na gestão administrativa e

didático-pedagógica do Colégio Tiradentes Policia Militar tem sido responsável pelos resultados dos alunos nas provas SAEB?

() Sim; () Não.

Anexo III

Senhor (a) Secretário (a) da Assistência Social do Município de Maceió,

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor (a) Secretário (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – O (A) Sr. (a), em sua opinião, o município de Maceió tem promovido políticas públicas necessárias para a melhoria do IDHM-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos residentes nos bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra?

() Sim; () Não.

2 – Em seu ponto de vista, a política pública promovida pelo município de Maceió tem sido suficiente para elevar o IDHM dos residentes nos bairros Benedito Bentes e Trapiche da Barra?

() Sim; () Não.

3 – O (A) Sr. (a), Gestor (a) da pasta de Assistência Social do município de Maceió tem visitado os bairros citados para conhecer a realidade e as necessidades dos seus moradores e apresentado projetos de políticas públicas para apreciação do executivo municipal com vistas a atender as necessidades mais urgentes dos bairros?

() Sim; () Não.

4 – Sr. (a) Gestor (a), os bairros citados apresentam IDHM semelhantes aos de países como Gana, na África, e Mianmar, na Ásia Continental, enquanto que bairros como Ponta Verde e Aldebaran apresentam índices superiores aos da Noruega e Austrália – dados publicados pelo Atlas Brasil – logo, este fato, pode ser explicado que o município de Maceió tem priorizado a adoção de políticas públicas com maior intensidade nestes bairros?

() Sim; () Não.

5 – Sr. (a) Gestor (a) o Atlas Brasil tem demonstrado em suas análises que desde a criação do IDHM o município de Maceió vem apresentando crescimento do

Índice, subiu de posição no ranking nacional, mas ainda está abaixo da média do Brasil devido ao lento desenvolvimento humano. Isto pode ser explicado pela necessidade de investimentos com enfoque em bairros como Benedito Bentes e Trapiche da Barra para melhorar a qualidade de vida da população neles residentes?

() Sim; () Não.

Anexo IV

Senhor (a) Gestor (a) Administrativo do Colégio Tiradentes Policia Militar

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor (a) Gestor (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – O (A) Sr. (a), em sua opinião, concorda que as regras rígidas impostas pelo Colégio são responsáveis pelo respeito existente entre alunos, entre alunos e professores, pela ausência do famigerado *bullying* na instituição?

() Sim; () Não.

2 – Em seu ponto de vista, os resultados alcançados pelos (as) alunos (as) do ensino médio nas Olimpíadas Nacional de Ciências – ONC são frutos da disciplina observada na Instituição, uma vez que o plano de ação pedagógico é o mesmo das demais escolas não cívico-militares?

() Sim; () Não.

3 – O (A) Sr. (a) concorda com a afirmação “o baixo nível de repetência* no ensino médio da Instituição – uma repetência para cada 100 alunos –, aproveitamento de 99%, é resultado da disciplina e do acompanhamento individual dos alunos que apresentam dificuldades no aprendizado?”

() Sim; () Não.

4 – O (A) Sr. (a), em sua opinião, concorda que a avaliação do IDEB reflete a realidade do aprendizado dos alunos?

() Sim; () Não.

Porque? _____
_____.

5 – O (A) Sr. (a) concorda que as políticas públicas municipais desenvolvidas no entorno do Colégio Tiradentes têm sido adequadas para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM reflitam na proficiência alcançada pelos (as) estudantes da instituição?

() Sim; () Não.

Porque? _____

_____.

Anexo V

Senhor (a) Gestor (a) Pedagógico do Colégio Tiradentes Policia Militar

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor (a) Gestor (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – O (A) Sr. (a), pode afirmar que os (as) professores (as) vinculados à Secretaria Estadual de Educação não têm dificuldades em se adaptar às regras rígidas de disciplina do Colégio Tiradentes Polícia Militar?

() Sim; () Não.

2 – Em sua opinião, os (as) alunos (as) matriculados no ensino médio do Colégio Tiradentes não têm problemas de identidade por estarem submetidos (as) a um regime rígido de disciplina, usar uniformes, corte de cabelos específicos e seguir comportamentos da cultura militar?

() Sim; () Não.

3 – O (A) Sr. (a) concorda que o modelo de admissão ao Colégio Tiradentes, por meio de prova de conhecimentos e entrevistas de perfil pode ser considerado motivo de exclusão de minorias e diversidade?

() Sim; () Não.

4 – O (A) Sr. (a) pode afirmar que o plano de ação metodológico posto em prática pelo Colégio Tiradentes é o mesmo das demais escolas públicas de ensino médio, com exceção do acréscimo de uma ou duas disciplinas?

() Sim; () Não.

Se a resposta for Sim, por favor, justifique: _____

_____.

5 – O (A) Sr. (a) concorda que o bom Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB alcançado pelos (as) alunos (as) do ensino médio matriculados no Colégio Tiradentes é reflexo do regime disciplinar imposto pela instituição?

() Sim; () Não.

Porque? _____

_____.

Anexo VI

Senhor (a) Professor (a) do Colégio Tiradentes Policia Militar

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor (a) Professor (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – Você teve dificuldades para se adaptar ao modelo disciplinar e de Gestão do Colégio Tiradentes?

() Sim; () Não.

2 – Você conhece algum (a) professor (a) que tenha solicitado transferência para outra instituição de ensino por não se adaptar ao modelo de Gestão do Colégio Tiradentes?

() Sim; () Não.

3 – Em sua opinião, o fato de no Colégio Tiradentes ter sido observado um índice de aprovação no ensino médio igual a 99% (apenas uma reprovação a cada cem alunos) é decorrente das regras de acompanhamento das dificuldades de aprendizado dos alunos (as) e de disciplina impostas pela instituição de ensino?

() Sim; () Não.

4 – Você concorda com a afirmação de que os alunos que apresentam dificuldade de aprendizado e necessitam de maior atenção são convidados a deixar o Colégio Tiradentes?

() Sim; () Não.

Porque? _____

5 – Em sua opinião, a proficiência acima da meta apresentada pelos alunos do ensino médio matriculados no Colégio Tiradentes nas provas do Sistema de

Avaliação da Educação Básica – SAEB é consequência do modelo disciplinar rígido praticado na instituição de ensino?

() Sim; () Não.

Porque? _____

_____.

Anexo VII

Senhor (a) Gestor (a) da Escola Estadual Dep. Rubens Canuto, Maceió

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor a) Gestor (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – O (A) Sr. (a) concorda que a tolerância às normas disciplinares, ou seja, a maior liberalidade permitida nas escolas públicas sem influencia militar, permitiram que ocorresse desvio no foco da aprendizagem colaborando para que os alunos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto apresentassem proficiência na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, base do IDEB, aquém do esperado?

() Sim; () Não.

2 – Em sua opinião, a menor participação dos pais/responsáveis nas reuniões e pouco interesse pelo que acontece na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto tem relação significativa com a proficiência na prova SAEB, base do IDEB, aquém do esperado?

() Sim; () Não.

3 – Em sua opinião, se a Escola pudesse impor um limite menor de alunos (as), em cada sala de aula, isso permitiria que os professores (as) pudessem proporcionar um melhor acompanhamento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, refletindo em melhor proficiência na prova SAEB, base do IDEB?

() Sim; () Não.

4 - Sr. (a) Gestor (a) o último resultado do SAEB registrou que nessa Escola o percentual de aprovação de alunos do ensino médio é de 73% - a cada 100 alunos 27 não foram aprovados – então, perguntamos se, em sua opinião, a ausência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano no entorno da escola tem reflexo no aproveitamento escolar dos alunos da instituição de ensino?

() Sim; () Não.

Porque? _____

_____.

5 – Em sua opinião, a proposta de ação pedagógica da escola de entregar ensino de qualidade, preparar o aluno para a sociedade, formar cidadãos críticos que atuem com ética têm apresentado os resultados esperados?

() Sim; () Não.

Porque? _____

_____.

Anexo VIII

Senhor (a) Professor (a) da Escola Estadual Dep. Rubens Canuto, Maceió

Sou Wilma Karlla Paixão Silvestre estudante de Doutorado em Ciências da Educação na Universidad Tecnológica Intercontinental na República do Paraguay. Estou realizando uma pesquisa acadêmica como trabalho de conclusão do curso. O tema escolhido de Pedagogia, Metodologia e Didática tem como foco a correlação técnica entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió.

Senhor (a) Professor (a), solicito a sua colaboração em responder cada item do presente questionário escolhendo uma opção entre SIM ou NÃO.

Asseguro-lhe que as informações aqui prestadas serão utilizadas somente para embasar a pesquisa e serão tratadas com total confidencialidade.

Agradeço a sua gentileza em colaborar com este trabalho.

Questionário

1 – Para você, o regime de tolerância às normas disciplinares, ou seja, a maior liberalidade, acaba ocasionando o desvio no foco da aprendizagem colaborando para que os (as) alunos (as) da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto apresentem proficiência na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, base do IDEB, aquém do esperado?

() Sim; () Não.

2 - Em sua opinião, se os pais/responsáveis pelos alunos (as) participassem das reuniões demonstrando aos (às) alunos (as) maior interesse pela evolução do aprendizado e pelo que acontece na Escola Estadual Deputado Rubens Canuto resultaria na melhoria da proficiência na prova SAEB, base do IDEB?

() Sim; () Não.

3 - Em sua opinião, um limite menor de alunos (as), em cada sala de aula, permitiria que os professores (as) pudessem proporcionar um melhor acompanhamento aos alunos com dificuldades na aprendizagem, refletindo em melhor proficiência na prova SAEB, base do IDEB?

() Sim; () Não.

4 - Em sua opinião, a ausência de políticas públicas municipais para o desenvolvimento humano no entorno da escola tem reflexo no percentual de repetência – 27 em cada 100 alunos não são aprovados - e aproveitamento escolar dos alunos da instituição de ensino?

() Sim; () Não.

Porque? _____

5 – Em sua opinião, a proposta de ação pedagógica da escola de entregar ensino de qualidade, preparar o aluno para a sociedade, formar cidadãos críticos que atuem com ética têm apresentado os resultados esperados?

() Sim; () Não.

Porque? _____

ANEXO IX

**FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
TERMO DE VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Ilm^a Senhor(a) Prof.^a Doutor(a)

DR. MAURICIO DIASCÂNIO

Eu, Wilma Karlla Paixão Silvestre, portadora do RG: 6.419.873 SSP / PE, doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnologia Intercontinental – UTIC, sob a tutoria da Professora PhD. Sandra Siqueira Santos, através do presente, solicito seu juízo experto para a validação dos instrumentos de coleta de dados o qual aplicarei em minha pesquisa de campo, com a finalidade de coletar informações necessária visando construção da minha tese de doutorado o qual tem como **tema**: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) e como título: Uma correlação entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

Este trabalho de pesquisa científica, tem como objetivo geral: Analisar se os fatores relacionados à aprendizagem que levaram os (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar a obterem, segundo divulgação do IDEB, proficiência superior aos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, apresentam correlação com as políticas de desenvolvimento humano municipal-IDHM realizadas no bairro Trapiche da Barra pela Prefeitura Municipal de Maceió, com o intuito de alcançarmos o êxito mediante as buscas das compreensões desses impactos na educação, temos como objetivos específicos:



-Averiguar se os alunos (as) matriculados no ensino médio da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto que apresentavam, no decorrer do ano letivo de 2021, dificuldades de assimilação dos conteúdos ministrados receberam atenção especial para poder acompanhar a aprendizagem como os demais alunos (as).

-Verificar se houve monitoramento dos alunos (as) do ensino médio com histórico de faltar constantemente às aulas com vistas a evitar a evasão escolar.

-Investigar se as políticas municipais para o desenvolvimento humano destinadas aos bairros onde se localizam as escolas investigadas influíram de tal forma que os alunos (as) de uma instituição apresentassem rendimento escolar superior aos de outra.

-Verificar se as ferramentas tecnológicas presentes na escola para enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem estavam disponíveis para utilização por todos os alunos (as), sem exceção, no período letivo anterior à avaliação do Ideb.

Sendo assim, escolhemos como instrumentos de coleta de dados para este estudo científico a técnica de entrevista semiestruturada a qual seguirá um roteiro de perguntas previamente estabelecidas. As quais serão aplicadas ao público alvo especificado no projeto compreendendo o Gestor Estadual de Educação do Estado de Alagoas: O Gestor Municipal da Assistência Social de Maceió; os Gestores e os Professores das disciplinas objeto das provas aplicadas pelo SAEB, no ano escolar de 2021, das Escolas participantes do Estudo totalizando um quantitativo de 30 participantes.

Declaro que para o desenvolvimento desses instrumentos de coleta de dados, foram considerados as consistências dos itens da pesquisa com os referenciais teóricos em que se baseia o nosso objetivo geral e específicos.

Bem como, para fundamentar eticamente esta pesquisa de campo a ser realizada na Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado



Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, utilizaremos a ética na conduta esperada pelas pessoas, em um comportamento pautado por normas atendendo a resolução 466/12 que assegura o anonimato de todas as pessoas pesquisadas na enquete. Ademais, será respeitada a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, na qual, a ética na pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

A finalidade deste trabalho deste estudo é obter e fornecer informações para a construção de práticas pedagógicas que contribuam para o processo de ensino aprendizagem dos educandos (as), principalmente nas comunidades periféricas, para que todos possam atingir os índices de proficiência esperados.

Diante do exposto, solicito de vossa senhoria, emitir o seu julgamento como Especialista em Pesquisa Científica – EPC, nos espaços reservados para o efeito.

Segue em anexo: Quadro das variáveis ou dimensões; Roteiro da entrevista para com os Secretários Estadual de Educação e Municipal de Assistência Social; Roteiro da entrevista para os Gestores (as) das Instituições de Ensino; Roteiro para entrevista com os Professores (as) das Entidades Educacionais participantes deste estudo.

Grato pela vossa colaboração.

Att: Prof. Me. Wilma Karlla Paixão Silvestre

ANEXO X

**FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
TERMO DE VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Ilm^a Senhor(a) Prof.^a Doutor(a)

DR. SERGIO DEFENSOR BRANDÃO

Eu, Wilma Karlla Paixão Silvestre, portadora do RG: 6.419.873 SSP / PE, doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnologia Intercontinental – UTIC, sob a tutoria da Professora PhD. Sandra Siqueira Santos, através do presente, solicito seu juízo experto para a validação dos instrumentos de coleta de dados o qual aplicarei em minha pesquisa de campo, com a finalidade de coletar informações necessária visando construção da minha tese de doutorado o qual tem como **tema**: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) e como título: Uma correlação entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

Este trabalho de pesquisa científica, tem como objetivo geral: Analisar se os fatores relacionados à aprendizagem que levaram os (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar a obterem, segundo divulgação do IDEB, proficiência superior aos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, apresentam correlação com as políticas de desenvolvimento humano municipal-IDHM realizadas no bairro Trapiche da Barra pela Prefeitura Municipal de Maceió, com o intuito de alcançarmos o êxito mediante as buscas das compreensões desses impactos na educação, temos como objetivos específicos:



-Averiguar se os alunos (as) matriculados no ensino médio da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto que apresentavam, no decorrer do ano letivo de 2021, dificuldades de assimilação dos conteúdos ministrados receberam atenção especial para poder acompanhar a aprendizagem como os demais alunos (as).

-Verificar se houve monitoramento dos alunos (as) do ensino médio com histórico de faltar constantemente às aulas com vistas a evitar a evasão escolar.

-Investigar se as políticas municipais para o desenvolvimento humano destinadas aos bairros onde se localizam as escolas investigadas influíram de tal forma que os alunos (as) de uma instituição apresentassem rendimento escolar superior aos de outra.

-Verificar se as ferramentas tecnológicas presentes na escola para enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem estavam disponíveis para utilização por todos os alunos (as), sem exceção, no período letivo anterior à avaliação do Ideb.

Sendo assim, escolhemos como instrumentos de coleta de dados para este estudo científico a técnica de entrevista semiestruturada a qual seguirá um roteiro de perguntas previamente estabelecidas. As quais serão aplicadas ao público alvo especificado no projeto compreendendo o Gestor Estadual de Educação do Estado de Alagoas; O Gestor Municipal da Assistência Social de Maceió; os Gestores e os Professores das disciplinas objeto das provas aplicadas pelo SAEB, no ano escolar de 2021, das Escolas participantes do Estudo totalizando um quantitativo de 30 participantes.

Declaro que para o desenvolvimento desses instrumentos de coleta de dados, foram considerados as consistências dos itens da pesquisa com os referenciais teóricos em que se baseia o nosso objetivo geral e específicos.

Bem como, para fundamentar eticamente esta pesquisa de campo a ser realizada na Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado



Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, utilizaremos a ética na conduta esperada pelas pessoas, em um comportamento pautado por normas atendendo a resolução 466/12 que assegura o anonimato de todas as pessoas pesquisadas na enquete. Ademais, será respeitada a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, na qual, a ética na pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

A finalidade deste trabalho deste estudo é obter e fornecer informações para a construção de práticas pedagógicas que contribuam para o processo de ensino aprendizagem dos educandos (as), principalmente nas comunidades periféricas, para que todos possam atingir os índices de proficiência esperados.

Diante do exposto, solicito de vossa senhoria, emitir o seu julgamento como Especialista em Pesquisa Científica – EPC, nos espaços reservados para o efeito.

Segue em anexo: Quadro das variáveis ou dimensões; Roteiro da entrevista para com os Secretários Estadual de Educação e Municipal de Assistência Social; Roteiro da entrevista para os Gestores (as) das Instituições de Ensino; Roteiro para entrevista com os Professores (as) das Entidades Educacionais participantes deste estudo.

Grato pela vossa colaboração.

Att: Prof. Me. Wilma Karlla Paixão Silvestre

ANEXO XI

**FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS Y CIENCIAS EXACTAS DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
TERMO DE VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Ilma^a Senhor(a) Prof.^a Doutor(a)

CHRISTIANE KLLINE DE LACERDA SILVA

Eu, Wilma Karlla Paixão Silvestre, portadora do RG: 6.419.873 SSP / PE, doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Tecnologia Intercontinental – UTIC, sob a tutoria da Professora PhD. Sandra Siqueira Santos, através do presente, solicito seu juízo experto para a validação dos instrumentos de coleta de dados o qual aplicarei em minha pesquisa de campo, com a finalidade de coletar informações necessária visando construção da minha tese de doutorado o qual tem como **tema**: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) e como título: Uma correlação entre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresentado pelas escolas de ensino médio Colégio Tiradentes Policia Militar e Escola Estadual Deputado Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, durante o ano de 2021.

Este trabalho de pesquisa científica, tem como objetivo geral: Analisar se os fatores relacionados à aprendizagem que levaram os (as) alunos (as) do Colégio Tiradentes Polícia Militar a obterem, segundo divulgação do IDEB, proficiência superior aos da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto, apresentam correlação com as políticas de desenvolvimento humano municipal-IDHM realizadas no bairro Trapiche da Barra pela Prefeitura Municipal de Maceió, com o intuito de alcançarmos o êxito mediante as buscas das compreensões desses impactos na educação, temos como objetivos específicos:



-Averiguar se os alunos (as) matriculados no ensino médio da Escola Estadual Deputado Rubens Canuto que apresentavam, no decorrer do ano letivo de 2021, dificuldades de assimilação dos conteúdos ministrados receberam atenção especial para poder acompanhar a aprendizagem como os demais alunos (as).

-Verificar se houve monitoramento dos alunos (as) do ensino médio com histórico de faltar constantemente às aulas com vistas a evitar a evasão escolar.

-Investigar se as políticas municipais para o desenvolvimento humano destinadas aos bairros onde se localizam as escolas investigadas influíram de tal forma que os alunos (as) de uma instituição apresentassem rendimento escolar superior aos de outra.

-Verificar se as ferramentas tecnológicas presentes na escola para enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem estavam disponíveis para utilização por todos os alunos (as), sem exceção, no período letivo anterior à avaliação do Ideb.

Sendo assim, escolhemos como instrumentos de coleta de dados para este estudo científico a técnica de entrevista semiestruturada a qual seguirá um roteiro de perguntas previamente estabelecidas. As quais serão aplicadas ao público alvo especificado no projeto compreendendo o Gestor Estadual de Educação do Estado de Alagoas; O Gestor Municipal da Assistência Social de Maceió; os Gestores e os Professores das disciplinas objeto das provas aplicadas pelo SAEB, no ano escolar de 2021, das Escolas participantes do Estudo totalizando um quantitativo de 30 participantes.

Declaro que para o desenvolvimento desses instrumentos de coleta de dados, foram considerados as consistências dos itens da pesquisa com os referenciais teóricos em que se baseia o nosso objetivo geral e específicos.

Bem como, para fundamentar eticamente esta pesquisa de campo a ser realizada na Secretaria Estadual de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; Colégio Tiradentes Polícia Militar e Escola Estadual Deputado



Rubens Canuto no município de Maceió, Estado de Alagoas, utilizaremos a ética na conduta esperada pelas pessoas, em um comportamento pautado por normas atendendo a resolução 466/12 que assegura o anonimato de todas as pessoas pesquisadas na enquete. Ademais, será respeitada a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, na qual, a ética na pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

A finalidade deste trabalho deste estudo é obter e fornecer informações para a construção de práticas pedagógicas que contribuam para o processo de ensino aprendizagem dos educandos (as), principalmente nas comunidades periféricas, para que todos possam atingir os índices de proficiência esperados.

Diante do exposto, solicito de vossa senhoria, emitir o seu julgamento como Especialista em Pesquisa Científica – EPC, nos espaços reservados para o efeito.

Segue em anexo: Quadro das variáveis ou dimensões; Roteiro da entrevista para com os Secretários Estadual de Educação e Municipal de Assistência Social; Roteiro da entrevista para os Gestores (as) das Instituições de Ensino; Roteiro para entrevista com os Professores (as) das Entidades Educacionais participantes deste estudo.

Grato pela vossa colaboração.

Att: Prof. Me. Wilma Karlla Paixão Silvestre



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
FACULDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

• FOLHA DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA ACADÊMICA

TIPO DE ABORDAGEM DA INVESTIGAÇÃO: Quantitativa

NÍVEL DE PROFUNDIDADE DA INVESTIGAÇÃO: Descritivo

DESENHO DA INVESTIGAÇÃO: Não experimental

TIPO DE INSTRUMENTO: Questionário semiaberto e entrevista

DOUTORANDO (A): Wilma Karlla Paixão Silvestre

TUTOR: Dra. Sandra Siqueira Santos

DITAME TÉCNICO DO VALIDADOR

a) Validade do conteúdo

Aprovado sem necessidade de correções ou ajustes

b) validade de construção

Aprovado sem necessidade de correções ou ajustes

c) Validade do critério

Aprovado sem necessidade de correções ou ajustes

JULGAMENTO DO VALIDADOR

Nome do validador: José Maurício Diascânio

Qualificação acadêmica máxima do validador: Doutor

Julgamento de validade: Válido sem ajustes (X); Válido com as configurações recomendadas ();

Julgamento de invalidez: Inválido por padrão de: Constructo (); Contente (); Critério ()

Data:18 de maio de 2023.....

Assinatura do validador:

ANEXO XIII



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
FACULDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

● **FOLHA DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA ACADÊMICA**

TIPO DE ABORDAGEM DA INVESTIGAÇÃO: Quantitativa

NÍVEL DE PROFUNDIDADE DA INVESTIGAÇÃO: Descritivo

DESENHO DA INVESTIGAÇÃO: Não experimental

TIPO DE INSTRUMENTO: Questionário semiaberto e entrevista

DOUTORANDO: Wilma Karlla Paixão Silvestre

TUTORA: Dra. Sandra Siqueira Santos

DITAME TÉCNICO DO (A) VALIDADOR (A)

a) Validade do conteúdo: Aprovado sem ajustes ou correções

b) validade de construção: Aprovado sem ajustes ou correções

c) Validade do critério: Aprovado sem ajustes ou correções

JULGAMENTO DO (A) VALIDADOR (A)

Nome do (a) validador (a): Dr. SÉRGIO DEFENSOR BRANDÃO

Qualificação acadêmica máxima do (a) validador (a): DOUTOR

Julgamento de validade: Válido sem ajustes (X); Válido com as configurações recomendadas ();

Julgamento de invalidez: Inválido por padrão de: Constructo (); Contente (); Critério ()

Data: 18 de Maio de 2023.....

Assinatura do (a) validador (a)

ANEXO XIV



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
FACULDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

- **FOLHA DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA ACADÊMICA**

TIPO DE ABORDAGEM DA INVESTIGAÇÃO: Quantitativa

NÍVEL DE PROFUNDIDADE DA INVESTIGAÇÃO: Descritivo

DESENHO DA INVESTIGAÇÃO: Não experimental

TIPO DE INSTRUMENTO: Questionário semiaberto e entrevista

DOUTORANDO: Wilma Karlla Paixão Silvestre

TUTORA: DR^a Sandra Siqueira Santos

DITAME TÉCNICO DO (A) VALIDADOR (A)

O instrumento apresenta boa organização estrutural, possui linguagem clara e objetiva.

JULGAMENTO DO (A) VALIDADOR (A)

Nome do (a) validador (a): CHRISTIANE KLLINE DE LACERDA SILVA

Qualificação acadêmica máxima do (a) validador (a):

Julgamento de validade: Válido sem ajustes (X); Válido com as configurações recomendadas ();

Julgamento de invalidez: Inválido por padrão de: Constructo (); Contente (); Critério ()

Data: 18 de maio de 2023.....

Assinatura do (a) validador (a):

Christiane Klline de Lacerda Silva